



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

DAIANE FRIGO

**O PROCESSO COLONIZATÓRIO E AS RELAÇÕES INTERÉTNICAS NA
FAZENDA SAUDADES, OESTE CATARINENSE: MEMÓRIA, IDENTIDADE E
PATRIMÔNIO.**

**CHAPECÓ
2019**

DAIANE FRIGO

**O PROCESSO COLONIZATÓRIO E AS RELAÇÕES INTERÉTNICAS NA
FAZENDA SAUDADES, OESTE CATARINENSE: MEMÓRIA, IDENTIDADE E
PATRIMÔNIO.**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito para obtenção do título de Mestre em História sob a orientação da Prof^a Dra. Mirian Carbonera.

CHAPECÓ

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Av. Fernando Machado, 108 E
Centro, Chapecó, SC - Brasil
Caixa Postal 181
CEP 89802-112

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

FRIGO, Daiane

O processo colonizatório e as relações interétnicas na Fazenda Saudades, Oeste Catarinense: memória, identidade e patrimônio / Daiane Frigo. -- 2019. 136 f.:il.

Orientadora: Dra. Mirian Carbonera. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História-PPGH, Chapecó, SC , 2019.

1. Relações interétnicas. 2. Fazenda Saudades. 3. Memória. 4. Patrimônio. I. Carbonera, Mirian, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

DAIANE FRIGO

**O PROCESSO COLONIZATÓRIO E AS RELAÇÕES INTERÉTNICAS NA
FAZENDA SAUDADES, OESTE CATARINENSE: MEMÓRIA, IDENTIDADE E
PATRIMÔNIO.**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de
Mestre em História, defendido em banca examinadora em 20/05/2019.

Aprovado em: 20/05/2019

BANCA EXAMINADORA


Prof^a. Dra. Mirian Carbonera – UNOCHAPECÓ/UFFS
Presidente da banca/orientadora


Prof^a. Dra. Arlene Anelia Renk – UNOCHAPECÓ
Membro titular externo


Prof. Dr. Antonio Myskiw – UFFS
Membro titular interno


Prof. Dr. Marlon Brandt – UFFS
Membro suplente

Chapecó/SC, maio/2019

Dedico este trabalho a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização da pesquisa, em especial à minha família.

AGRADECIMENTOS

Minha vida é repleta de seres incríveis, que fazem cada passo dessa jornada fonte de intenso aprendizado. Assim, antes de tudo, reconheço que sozinha não haveria nem este trabalho, nem uma vida feliz e, portanto, mais que tudo, agradeço:

A minha família, minha mãe Ivani, meu pai Idalgir, meus irmãos Juliano e Emerson, minha cunhada Suelen e minhas sobrinhas Beatriz e Cecília, pela dádiva que representam na minha vida, por todo apoio e, sobretudo pela compreensão nos momentos de necessário recolhimento e silêncio. Vocês são amor e luz na minha caminhada.

Aos meus avós Laudino e Ida (*in memoriam*), Luís e Rosalina, pelo carinho e por todos os ensinamentos transmitidos.

Aos meus animais de estimação, em especial a Lupy, pelo amor incondicional e por chamar minha atenção para a hora de brincar e relaxar nos fins de tarde.

As pessoas que considero como inspiração Carmen, Fernanda, Leila e Rosemeri. Gratidão por tudo, sempre.

A minha orientadora Mirian, que tem minha admiração por todas as suas potencialidades, mas especialmente pela generosidade de escutar, dialogar, ensinar e sugerir. Nos momentos em que o desafio parecia grande demais para mim, você esteve lá e me ajudou a superar e aprender.

A coordenadora do mestrado, professora Samira, pelo apoio, pelas orientações ao longo do curso e especialmente pela compaixão no momento das falhas e esquecimentos.

A professora Arlene e ao professor Antônio, examinadores da Banca de Qualificação e Defesa, pela generosidade de suas contribuições que propiciaram o aperfeiçoamento deste trabalho.

Aos colegas de mestrado, pelo convívio, pelo aprendizado e especialmente pelo apoio nos momentos de desafio. Vivemos, compartilhamos e projetamos muitos sonhos. Desejo que todos se realizem.

Aos participantes da pesquisa e colaboradores nos municípios de Formosa do Sul, São Lourenço do Oeste, Quilombo e Santiago do Sul, gratidão pela disponibilidade e contribuições a este trabalho.

Enfim, a força divina que move o universo e a todos os seres iluminados do plano espiritual e do plano terreno, minha eterna gratidão!

Comece onde você está. Use o que você tem. Faça o que você pode!

Arthur Ashe

RESUMO

Esta pesquisa objetivou investigar o processo colonizatório e as relações interétnicas nos municípios que compuseram a antiga Fazenda Saudades, no Oeste de Santa Catarina e como este processo se insere na construção da história regional, aprofundando o estudo sobre as memórias de seus habitantes e a resignificação dessas vivências sob a ótica patrimonial. A metodologia utilizada compreendeu o estudo de diferentes fontes e documentos que tratam do povoamento e colonização da região Oeste Catarinense, com base no gênero narrativo da micro-história e a perspectiva metodológica da história oral, como viés complementar de análise. Dessa forma, foram produzidas entrevistas com moradores de alguns dos municípios que integram a antiga Fazenda Saudades, no intuito de considerar o ponto de vista dos indivíduos que fizeram parte do processo de formação histórica da região. Os principais resultados desse estudo indicam processos de adaptação social por parte dos diferentes grupos étnicos, uma vez que o conjunto de fatores econômicos, políticos e sociais resultados da colonização, propiciou o surgimento de processos de assimilação, mas também fronteiras que permanecem até o presente em muitos contextos da região pesquisada. Sob a ótica do patrimônio cultural foram identificadas poucas iniciativas de patrimonialização de memórias e estratégias para minimizar injustiças sociais, integrando os indivíduos à margem do padrão de desenvolvimento. Nesse sentido, o diálogo entre diferentes grupos étnicos e as fronteiras sociais e culturais, a partir das frentes de expansão na antiga Fazenda Saudades, permitem expor experiências que contribuem para novas percepções sobre os sujeitos do Oeste Catarinense e a formação do espaço regional.

Palavras-chave: Relações interétnicas. Fazenda Saudades. Memória. Patrimônio.

ABSTRACT

This research aimed to investigate the colonization process and the interethnic relations in the municipalities that made up the old Fazenda Saudades, in the west of Santa Catarina and how this process is inserted in the construction of the regional history, deepening the study on the memories of its inhabitants and the re-signification of these experiences under patrimonial optics. The methodology used included the study of different sources and documents that deal with the settlement and colonization of the West region of Santa Catarina, based on the narrative genre of the micro-history and the methodological perspective of the oral history, as a complementary bias of analysis. Thus, interviews were conducted with residents of some of the municipalities that make up the former Fazenda Saudades, in order to consider the point of view of individuals who were part of the historical formation process of the region. The main results of this study indicate the processes of social adaptation by different ethnic groups, since the set of economic, political and social factors resulting from the colonization led to the emergence of assimilation processes, but also to the present-day borders. many contexts of the researched region. From the standpoint of cultural heritage, few patrimonial initiatives have been identified and strategies to minimize social injustices, integrating individuals to the margin of the development standard. In this sense, the dialogue between different ethnic groups and the social and cultural frontiers, starting from the fronts of expansion in the former Fazenda Saudades, allow to expose experiences that contribute to new perceptions about the subjects of Santa Catarina West and the formation of the regional space.

Keywords: Interethnic relations. Fazenda Saudades. Memory. Patrimony.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição Espacial da Mesorregião Oeste no Estado de Santa Catarina	33
Figura 2 - Mapa fitogeográfico do Estado de Santa Catarina.....	34
Figura 3 - Grupo exibindo cabeça de veado obtida durante caçada, década de 1960/1970	35
Figura 4 – Homens sobre ponte improvisada, com paisagem ao fundo devastada pela derrubada da madeira, década de 1960/1970.....	43
Figura 5 – Carta dos Campos de Guarapuava e Palmas (1881).....	46
Figura 6 – Principais rotas tropeiras do Planalto Meridional brasileiro	49
Figura 7 – Carta do Estado de Santa Catarina, 1917, com destaque para os municípios de Clevelândia e Cruzeiro	55
Figura 8 - Mapa da ocupação do Extremo e Meio Oeste de Santa Catarina. Áreas de atuação das companhias colonizadoras, em destaque na cor cinza a Fazenda Saudades	69
Figura 9 - Planta da Fazenda Saudades, denominada como parte da propriedade Rio Saudades.....	72
Figura 10 – Mapa da Fazenda Saudades pertencente a Empresa Colonizadora e ..	74
Figura 11 - Mapa dos doze municípios entre o curso dos rios Três Voltas e Saudades	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Concessão da Brazil Development & Colonization Company a empresas privadas de colonização	64
Quadro 2 – Fazendas adquiridas pela colonizadora Bertaso, Maia e Cia	68

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	OBJETIVOS	13
1.2	METODOLOGIA E FONTES	14
1.3	REFERENCIAL TEÓRICO	24
1.4	ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS.....	30
2	O OESTE CATARINENSE: CONTEXTUALIZAÇÃO AMBIENTAL E HISTÓRICA.....	32
2.1	O MEIO AMBIENTE, O HOMEM E A FORMAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL	32
2.2	O POVOAMENTO DO TERRITÓRIO CATARINENSE E AS PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DE INTERAÇÃO	44
3	REDESENHANDO TERRITÓRIOS: O PROCESSO COLONIZATÓRIO E A FAZENDA SAUDADES.....	57
3.1	A COLONIZAÇÃO NA FRONTEIRA SUL DO BRASIL	57
3.2	A FAZENDA SAUDADES NO ESPAÇO REGIONAL DO OESTE CATARINENSE	67
4	AS RELAÇÕES INTERÉTNICAS, A CONSTRUÇÃO DA ORDEM SOCIAL E A PATRIMONIALIZAÇÃO DE MEMÓRIAS	84
4.1	TROCAS CULTURAIS, INTEGRAÇÃO E CONFLITOS: PERSPECTIVAS PARA A ANÁLISE DAS RELAÇÕES INTERÉTNICAS	84
4.2	OS PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO DE MEMÓRIAS: A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO E DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL	104
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
	REFERÊNCIAS	126
	FONTES ORAIS – ENTREVISTAS	135

1 INTRODUÇÃO

Este estudo liga-se à linha de pesquisa “História do povoamento, da agricultura e do meio ambiente” e procura analisar as relações estabelecidas entre caboclos e descendentes de europeus, durante o processo colonizatório empreendido na primeira metade do século XX, na região da antiga Fazenda Saudades, Oeste Catarinense. Segundo Vicenzi (2008) essas terras foram comercializadas pela Empresa Colonizadora Ernesto Francisco Bertaso e de acordo com a pesquisa realizada, compreendem na atualidade parte dos municípios¹ de Formosa do Sul, Quilombo, Irati, Santiago do Sul, Campo Erê, São Lourenço do Oeste, Novo Horizonte, São Bernardino, Jupiá, Galvão, Coronel Martins e São Domingos², localizados no Oeste do Estado de Santa Catarina.

O tema central desta pesquisa resultou do interesse em mapear alguns aspectos referentes a ocupação do território, na região da antiga Fazenda Saudades, relacionando o processo colonizatório, com as dinâmicas estabelecidas entre os diferentes grupos que residiram e ainda residem neste espaço. Partindo desse pressuposto, cabe ressaltar que esta pesquisa não teve o objetivo de abordar os fatos ou dados históricos como verdades absolutas, mas sim como elementos constitutivos da história que, a qualquer momento, podem ser aprofundados ou ressignificados por novos pesquisadores.

Mesmo com o aumento do número de pesquisas que tratam das relações interétnicas na região Oeste Catarinense, a exemplo de Poli (2006), Renk (2006a), Vicenzi (2008), verifica-se a existência de lacunas, principalmente no que trata sobre a identidade cultural dos grupos étnicos a partir do encontro de diferentes costumes e tradições, e o espaço de reconhecimento social ocupado pelo migrante gaúcho, que adquire a posse legal das terras a serem ocupadas no Oeste Catarinense e a população cabocla, forçada a migrar, sem posses ou reconhecimento como parte do desenvolvimento da região a ser “desbravada”.

O termo caboclo é utilizado aqui como identificação cultural e não biológica. Sinônimo de sertanejo ou brasileiro, o uso da terminologia pretende fazer referência

¹ No capítulo 3 abordamos de forma mais detalhada os limites territoriais da Fazenda Saudades.

² Chitolina (2009) aponta os municípios de Galvão, Coronel Martins e São Domingos como parte da antiga Fazenda Rodeio Bonito. Considera-se neste estudo que, o que hoje se configura como limites territoriais dos municípios, não tem relação direta com a configuração espacial do período da colonização. Dessa forma, supõe-se que parcela dos territórios destes municípios na atualidade, estiveram configurados em diferentes fazendas durante o período colonizatório.

aos pequenos produtores rurais do povoamento histórico brasileiro, caracterizado pela “mistura racial” do branco e do índio. Para Renk (2006b, p. 37) “[...] os brasileiros, como se autodenominam, ou caboclos, como são estigmatizados pelos colonos de origem”, passaram por um processo de expropriação que representou o momento da descoberta da diferença, passando a questão étnica a ser um “[...] princípio de visão e divisão do mundo”. Considerando a complexidade da gênese cabocla, Machado (2004, p. 48), destaca que a característica principal deste termo é distinguir uma condição cultural e social, ou seja, “[...] são caboclos os homens pobres, pequenos lavradores posseiros, agregados ou peões que vivem em economia de subsistência [...]”.

Já o termo descendentes de europeus faz referência aos indivíduos que nasceram no Brasil, tendo seus ascendentes vindo da Europa. Na área que é tema deste estudo, os descendentes de europeus se tratam de italianos em sua maioria, incluindo ainda alemães e poloneses, que para além da questão étnica, são identificados pelo conjunto de hábitos e costumes característicos da coletividade da qual se identificam como parte, ou seja, trabalhadores, honestos e com visão empreendedora para o futuro, características que “[...] fazem com que a percepção de mundo social seja um constante embate [...]” (RENK, 2006a, p. 12) quando do encontro com os sujeitos caboclos.

Dessa forma, observa-se que no encontro de diferentes tradições e modos de vida, os grupos étnicos induzem à manifestação de fronteiras (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011), por inúmeros fatores como diferença cultural, racial, barreiras linguísticas entre outras peculiaridades que cada grupo de indivíduos mantém dentro de seu círculo de relações, na intenção de encontrar espaço, visibilidade e importância, na dinâmica de manutenção das tradições, que nas relações interétnicas passam por embates e redefinições.

1.1 OBJETIVOS

O objetivo central desta pesquisa é investigar novos elementos sobre a história local com base nas relações interétnicas no contexto dos municípios que compuseram a antiga Fazenda Saudades, no Oeste de Santa Catarina e como este processo se insere na construção da história regional, aprofundando o estudo sobre as memórias dos seus habitantes, a resignificação dessas vivências sob a ótica

patrimonial e como contextos históricos de desigualdades são minimizados ou perpetuados ao longo do tempo.

Dessa forma, pretende-se elaborar apontamentos sobre a constituição da região e a ocupação das terras na Fazenda Saudades, analisar o diálogo entre diferentes grupos étnicos, a constituição da identidade sociocultural, a organização comunitária, os processos de patrimonialização de memórias, e analisar as fronteiras sociais e culturais a partir das frentes de expansão no Oeste Catarinense.

1.2 METODOLOGIA E FONTES

A análise das fontes documentais pressupõe um estudo sobre a história social, analisada desde o movimento dos Annales³, fundado por Marc Bloch e Lucien Febvre em 1929. A importância da referência ao movimento dos Annales se apresenta como um marco “[...] real ou simbólico, de constituição de uma nova história, em oposição às abordagens ditas rankianas, predominantes entre os historiadores profissionais até a primeira metade do século.” (CASTRO, 1997, p. 76).

O movimento surge como resposta a uma historiografia centrada nos grandes acontecimentos, propondo a abertura e interligação das temáticas e métodos das demais Ciências Humanas, por meio de um processo de aperfeiçoamento metodológico constante. Conforme destaca Castro (1997, p. 77) nesse movimento surge a História Social, marcada pela interdisciplinaridade, com novos pontos de vista sob “[...] problemas, métodos e abordagens da pesquisa histórica [...]”, baseada no princípio de que todos os níveis de abordagem estão interligados ao social.

A partir de 1970, as posturas adotadas na perspectiva da história social passam a repensar o papel da ação humana na história, numa análise do social que se aproxima da antropologia e em que os critérios culturais interferem sob os processos sociais, num movimento conhecido como Nova História. O movimento de mudança da nova história surge com a terceira geração do movimento dos Annales “[...] a partir de uma percepção difundida da inadequação do paradigma tradicional” (BURKE, 1992, p. 19) se diferenciando das perspectivas até então apresentadas

³ Escola ou Movimento dos Annales, faz referência a criação do periódico Anais de História Econômica e Social, proposta de Marc Bloch e Lucien Febvre, que abre uma nova perspectiva em relação a história tradicional focada em política, ampliando os estudos para a história social e econômica (VAINFAS, 1997, p. 194).

pelos historiadores tradicionais, por estar “[...] mais preocupada com a análise das estruturas.” (BURKE, 1992, p. 12).

A Nova História abre outras possibilidades de abordagem como a micro-história⁴, gênero de narrativa e modo de fazer história que desloca atenção para a história dos pequenos grupos (VAINFAS, 1997). A micro-história surge propondo uma reformulação a certos procedimentos da História, ou como afirma Giovanni Levi (1992, p. 135) “[...] a micro-história é uma gama de possíveis respostas que enfatizam a redefinição de conceitos e uma análise aprofundada dos instrumentos e métodos existentes”. A escala de análise é reduzida permitindo a observação da sociedade em suas bases, com dados que possam ser compatíveis em outros contextos. No lugar de oferecer conclusões, são evidenciadas incoerências ou fragmentos da realidade, num movimento de intercâmbio com a macro-história.

As perspectivas sugeridas pela micro-história são questionadas sobre o modo que contribuiriam para entender as grandes transformações históricas. Essa questão pode ser entendida analisando como Giovanni Levi e Carlo Ginzburg compreendem a relação macro e micro. Levi (1992, p. 158) enfatiza a micro-história como prática que reduz à escala de observação, numa relação entre um enfoque mais detalhado e uma escala ampliada do contexto social:

A micro-história tenta não sacrificar o conhecimento dos elementos individuais a uma generalização mais ampla, e de fato acentua as vidas e os acontecimentos individuais. Mas, ao mesmo tempo, tenta não rejeitar todas as formas de abstração, pois fatos insignificantes e casos individuais podem servir para revelar um fenômeno mais geral.

Para Ginzburg (1989, p. 177-178), a micro-história deve acompanhar o sujeito na complexa rede de relações em que ele se insere, questionando e validando processos macro-históricos de análise do social, identificando as estruturas em que vivem os indivíduos e como se inserem na macro-história, considerando o movimento da micro-história em duas frentes:

A análise micro-histórica é, portanto, bifronte. Por um lado, movendo-se numa escala reduzida, permite em muitos casos uma reconstituição do

⁴ A micro-história é um gênero de narrativa historiográfica. Surgiu inicialmente como nome de uma coleção italiana, “*Microstorie*”, sob direção de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi. As publicações eram voltadas principalmente para pesquisas biográficas, estudos de comunidades e reconstituição de episódios da vida cotidiana (VAINFAS, 1997, p. 218).

vivido impensável noutros tipos de historiografia. Por outro lado, propõe-se indagar as estruturas invisíveis dentro das quais aquele vivido se articula.

A perspectiva de análise de fontes documentais deste trabalho é desenvolvida pelo gênero narrativo da micro-história, observando aspectos do cotidiano⁵ e da construção da ordem social. Nessa abordagem, tanto o ponto de vista do pesquisador quanto dos demais envolvidos estão conectados em uma relação dialético-dialógica ativa na construção do argumento histórico. Assim os problemas de como se obtém acesso ao conhecimento do passado são observados por meio de indícios e sinais, com procedimentos que tomam “[...] o particular como seu ponto de partida [...] e prossegue, identificando seu significado a luz de seu próprio contexto específico” (LEVI, 1992, p. 154).

Para evitar o risco de a abordagem produzir uma interpretação funcionalista, que reconhece a cultura local como homogênea, Levi (1992, p.155) sugere duas formas de interpretar um contexto social, pela via da micro-história. Por um lado, “[...] como um local que imputa significado a particulares supostamente estranhos ou anômalos [...]”, e por outro lado “[...] como um ponto de descoberta do contexto social em que um fato aparentemente anômalo ou insignificante assume significado [...]”. Por isso, a redução da escala de observação evidencia que as “delineações do contexto e sua coerência são aparentes”, podendo estar implícitas contradições que podem ser percebidas somente numa escala de referência alterada.

Com base nesse paradigma de análise, a metodologia utilizada para esta pesquisa compreendeu o estudo de diferentes fontes e documentos que tratam do povoamento e colonização da região Oeste Catarinense. Dessa forma, foram coletadas informações no acervo documental da Colonizadora Ernesto Francisco Bertaso, disponíveis no Centro de Memória do Oeste Catarinense (CEOM/Unochapecó), mapas da Biblioteca Nacional Digital e em publicações de outros pesquisadores que abordam a colonização em Santa Catarina.

Alguns documentos e informações encontradas apontaram indicativos sobre a área de terras da antiga Fazenda Saudades, bem como outros registros sobre seu povoamento. Como forma de complementar os dados encontrados, optou-se por

⁵ Del Priore (1997, p. 386) ao falar sobre a História do Cotidiano e da Vida Privada, sugere que a aplicação prática da história do cotidiano é dar voz aos humildes, de forma que ao observar seus aspectos conclui-se que “[...] os problemas colocados pelo cotidiano não são “menores” e que a história não é produto exclusivo dos grandes acontecimentos; ao contrário, ela se constrói no dia-a-dia de discretos atores que são a maioria”.

realizar entrevistas com coleta de dados referente às memórias dos moradores, em relação à constituição da região e as relações sociais estabelecidas no período da colonização.

Mesmo com a fragilidade metodológica da história oral, esse tipo de fonte é essencial quando uma pesquisa quer considerar o ponto de vista dos indivíduos que fizeram parte do processo de construção histórica. Sendo assim, as memórias quando analisadas em paralelo com fontes documentadas e historiográficas desvendam aspectos significativos que a primeira vista poderiam parecer irrelevantes.

As entrevistas foram realizadas nos municípios de Formosa do Sul, Quilombo, Santiago do Sul e São Lourenço do Oeste, entre maio e agosto de 2018, contemplando tanto descendentes de europeus, quanto caboclos, que ainda residem nestas localidades. As entrevistas tiveram como base roteiro semiestruturado, com adaptações em decorrência das respostas às perguntas. Após a realização, as mesmas foram transcritas, analisadas e cruzadas com as informações da bibliografia estudada. Além das entrevistas com moradores foram entrevistados gestores públicos, dos municípios acima citados, no intuito de relacionar como as memórias dos grupos étnicos que constituem os municípios vêm sendo patrimonializadas atualmente. Destaca-se ainda que foram utilizadas como referência, entrevistas e dados de outros pesquisadores, que estão referenciados ao final deste trabalho, como fontes documentais.

Em todas as entrevistas realizadas, os 29 participantes da pesquisa assinaram Termo de Consentimento autorizando a identificação de seus nomes. Dessa forma, o trabalho apresenta o primeiro nome dos entrevistados, quando se refere a entrevistas realizadas pela pesquisadora. No caso de citação de trechos de entrevistas realizadas por outros pesquisadores são mantidos os nomes completos dos participantes.

Procurou-se obter um relativo equilíbrio entre os depoimentos de homens e mulheres, de diferentes grupos étnicos, com objetivo de coletar relatos diversificados. Ao longo do texto são referenciadas as falas de parte dos entrevistados, conforme interesse desta pesquisa, não sendo utilizadas informações de todas as entrevistas devido ao vasto número de informações. As citações de depoimentos foram alteradas buscando a adequação gramatical, enfatizando o

cuidado para não modificar as informações ou opiniões transmitidas pelos participantes.

Para realizar as entrevistas o projeto passou pela avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, da Universidade Federal da Fronteira Sul. O Comitê é um colegiado interdisciplinar, com papel consultivo, educativo e deliberativo no que se refere às atividades de pesquisa que envolvem seres humanos. Sua contribuição fundamental é “[...] defender os interesses dos participantes de pesquisa em sua integridade e dignidade, e contribuir no desenvolvimento de pesquisas dentro de padrões éticos [...]” (UFFS, 2017, on-line).

A bibliografia de referência, para o trabalho com as entrevistas, seguiu à metodologia de pesquisa com história oral, sendo o tratamento das informações amparado em diretrizes éticas e jurídicas, comprometido com a verdade mesmo considerado-a utópica, possibilitando o levantamento de dados significativos para outros pesquisadores e mesmo para a memória das comunidades pesquisadas. Contudo, considera-se o pressuposto de que a interpretação sobre um fato se refere à primeira pessoa, e por essa razão, pode não ser compartilhada pelos outros membros de um grupo, de forma que “nada indica que duas pessoas produzam a mesma interpretação do mesmo acontecimento” (BARTH⁶ apud CANDAU, 2018, p. 36).

O caráter singular de toda memória e a forma como ela se reconstrói a partir do olhar do presente, fazem cada entrevista ter um significado muito próprio. Dessa forma, reconhecendo a existência de múltiplas narrativas, os dados obtidos a partir das entrevistas, carecem ser tratados com respeito intelectual, amparados no “[...] compromisso com a verdade, uma busca utópica e a vontade de saber ‘como as coisas realmente são’, equilibradas por uma atitude aberta às muitas variáveis de ‘como as coisas podem ser’” (PORTELLI, 1997, p. 15).

Entre as múltiplas variáveis há que se considerar o indivíduo como um agente ativo e o espaço como uma dimensão que atravessa relatos e trajetórias, imbuído com o tempo, em “[...] uma simultaneidade de trajetórias inacabadas e em curso” (MASSEY, 2012, p. 205). Ou seja, a construção das histórias e memórias são próprias de cada indivíduo, tomando conotações, significados e expressões diferenciadas, em trajetórias diversas. Todos estão vivendo e construindo suas

⁶ BARTH, Fredrik. Towards greater naturalism in conceptualizing society. In: KUPER, Adam (org.) **Conceptualizing society**. Londres: Routledge, 1992, p. 17-33.

narrativas, interferindo nas trajetórias uns dos outros, mas atribuindo significados próprios a suas experiências, de forma que não existe uma verdade oficial, mas sim múltiplas visões sobre um fato.

Sob essa mesma ótica e considerando que a memória, enquanto processo individual se vale de instrumentos criados e compartilhados, a interpretação de informações, indica um compromisso interpretativo que se impõe sobre o historiador uma vez que:

À semelhança de todos os pesquisadores, os historiadores orais tem a responsabilidade de obedecer não só a normas confiáveis, quando colidem informações, como também de respeitá-las, quando chegam a conclusões e fazem interpretações – correspondam ou não a seus desejos e expectativas (PORTELLI, 1997, p. 13).

Como uma instância criativa e não um simples depósito de dados e informações sobre as próprias vivências e à coletividade, a memória se constitui como uma dimensão fundamental da identidade, existindo como um espaço vivo, que entre lembranças e esquecimentos constitui o sujeito e o território que o permeia. Assim, ao mesmo tempo em que se constrói como espaço vivo, a memória é seletiva. Dessa forma, a pesquisa histórica ao se basear na memória coletiva e convertê-la em narrativa consegue construir um relato aproximado e nunca uma verdade absoluta. Longe de limitar a pesquisa, fatores como esse enriquecem as perspectivas sob o objeto em estudo.

Outra fonte de investigação e análise para a compreensão do objeto de pesquisa foi a leitura de referencial teórico sobre a historiografia do processo de povoamento da região Oeste, a construção das relações interétnicas e da ordem social. Além destas referências foi realizado o cruzamento com informações de fontes históricas documentais, que abordadas em paralelo com depoimentos dos moradores dos municípios pesquisados, tanto descendentes de europeus quanto caboclos, trouxeram elementos importantes para compreensão das relações estabelecidas no passado e seus reflexos na atualidade.

Conforme Renk (2006a) a colonização, com a chegada de novos ocupantes no território do Oeste Catarinense:

Introduziu valores externos, deixando à população local as alternativas: adaptar-se ou ser excluída, isto por duas razões: a primeira seria a

desestruturação do modo de vida anterior à colonização; a segunda, pelo descompasso criado entre o *habitus* da população e as estruturas econômicas introduzidas pelo colonizador (RENK, 2006a, p. 117-118).

Dessa forma, a abordagem das relações interétnicas e da ordem social irá tratar da desestruturação no modo de vida dos grupos que ocuparam a região da Fazenda Saudades, a partir do encontro entre diferentes tradições de descendentes de europeus e caboclos, observando as mudanças causadas principalmente para o modo de vida das famílias caboclas, que passam por uma “crise de desenraizamento”, com a colonização empreendida pelas Companhias.

Para Renk (2006a) a expropriação vivenciada pelos caboclos por ocasião da colonização, impacta diretamente na construção da identidade étnica e induz uma nova ordem social, posto que se introduzem valores externos, costumes e práticas de diferentes grupos, indicando adaptações, aceites e conflitos em diversos campos. Isso ocorre, principalmente, por fatores ligados as formas de cultivo da terra, produção de excedentes, acúmulo de capital e a relação dos caboclos com o meio ambiente e social, diversa dos migrantes e longe do ideal pretendido para a nação no século XX.

As dificuldades enfrentadas pelos grupos étnicos, em especial as famílias que migraram do Rio Grande do Sul para a região Oeste Catarinense, são lembradas com orgulho, bem como a denominação colonizadores ou pioneiros, como destaca Bloemer (2000, p. 64) “[...] a figura do pioneiro adquire o *status* de herói, aquele que enfrentou e venceu a área inóspita”, o que visa transparecer que não houve ocupação anterior a chegada das famílias “colonizadoras”, reduzindo e mesmo excluindo a importância do índio e dos pequenos posseiros, ditos brasileiros ou caboclos.

Em vista de observar e aprofundar estudos sobre os espaços de convívio e a própria questão da cidadania, nas infinitas relações possíveis na organização de um grupo social, a análise proposta procura compreender também a região, considerando que o espaço onde se constrói uma comunidade apresenta um espectro infinito de relações, de forma que os sujeitos projetam suas vidas construindo a noção de cidadania a partir do que criam, inventam, transformam, enfim, vivenciam.

Nesse sentido, podem ser analisadas diversas relações sociais harmônicas e outras conflituosas, nos pequenos municípios, originados a partir da antiga Fazenda

Saudades e colonizados por migrantes oriundos, principalmente do noroeste e nordeste rio-grandense, relação essa que a luz de Elias e Scotson (2000) define-se de forma antagônica como “os estabelecidos e os outsiders”. Em primeiro lugar, pelo senso de desenvolvimento associado à figura de quem migra para colonizar e, em segundo plano, a exclusão das contribuições dos povos nativos ou habitantes já instalados na localidade. Assim o processo de assimilação e associação de uma cultura à outra impacta diretamente na noção de cidadania, que conceitualmente indica o conjunto de direitos e deveres de cada indivíduo, com possibilidade de participação ativa na vida e no governo de seu povo.

Jean-William Lapierre, no prefácio da obra *Teorias da Etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras* de Frederik Barth (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011), analisa que o texto de Barth⁷ propõe uma concepção dinâmica da identidade étnica em substituição a tradicional concepção estática. Sua percepção é de que a identidade tanto individual quanto coletiva é transformada na interação, por meio de processos de inclusão e exclusão, induzindo, portanto, a formação de fronteiras.

Nesse sentido, a ordem social é diretamente influenciada pelas características que compõem a identidade dos indivíduos, estigmatizando de forma a marcar suas posições no campo social (RENK, 2006a). Assim, observa-se que a identidade não é estática, nem inerente ao indivíduo, mas fluída, em constante transformação, de forma que passa a ser construída e apropriada a partir das experiências do sujeito. Diante da percepção desse processo, não basta considerar somente a identidade, mas também a alteridade que identifica quem é o outro, processo este que leva a uma diferenciação, uma vez que estabelece disparidades e similaridades, hierarquizando e atribuindo características positivas e negativas em diferentes sentidos.

Conforme aponta Hall (2014) mudanças estruturais transformam as sociedades modernas no final do século XX. Contudo, enquanto se fala que as identidades estão descentradas ou fragmentadas nesse período, que suposição se poderia formular em relação a identidade dos grupos étnicos, em meados do século XX, sob o ponto de vista dos que já ocupavam o território, os caboclos, e de outro

⁷ O antropólogo norueguês Frederik Barth organizou em 1969, a obra *Ethnic groups and boundaries: the social organization of cultural difference*. Poutignat e Streiff-Fenart (2011), incluem na obra *Teorias da etnicidade*, a tradução do texto introdutório, da obra coletiva publicada sob direção de Barth.

ponto de vista, os descendentes de europeus que migraram buscando uma nova terra? Um dos olhares sobre este processo pode ser apresentado observando que as questões de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, até meados do século XX, forneciam parâmetros sólidos aos indivíduos. Ou seja, as identidades eram sentidas de forma estável, fixa, ser italiano e/ou ser caboclo, brancos e/ou negros, homens e/ou mulheres, a coerência dos discursos era imposta com papéis sociais bem definidos.

Já no final do século XX diversos fatores sociais, relacionados especialmente com a globalização, promovem a desestruturação dessa aparente estabilidade, tensionada pelo senso de pertencimento a um grupo social. Observando as diferenças étnicas, e tomando como base o pensamento de Hall (2014) o senso de pertencimento transforma a identidade do indivíduo e o próprio conceito de identidade étnica, a partir do momento em que os hábitos e costumes compartilhados em um grupo se mantêm, pela aparente uniformidade em relação ao que vestir, comer e como agir, e esse senso permanece como característica individual e coletiva, enquanto o grupo compartilha vínculos e hábitos comuns a todos. A aproximação de outros costumes, sujeitos ou grupos étnicos nem sempre inclui aquilo que é tido como estranho no seio da coletividade, mesmo partilhando determinadas práticas. Está lançado aí o que se supõe, compõe uma das bases da fragmentação na pós-modernidade.

Esse processo de afirmação dos sujeitos toma por base uma identidade, que geralmente é imposta pelo grupo dominante, afastando o outro com base em conceitos do bom e ruim, certo e errado. Para Renk (2006a, p. 156), “a colonização, além do processo de expropriação, representou o momento da descoberta da diferença, da existência e da imposição de outro sistema [...]”, e passam a se afirmar as divergências, “ser italiano”, “ser caboclo”.

De acordo com Renk (2006a), o grupo que constitui a maioria estabelece uma fronteira de exclusão, atribuindo aos que compõem o “seu grupo étnico” as qualidades do “sujeito ideal” e os atributos desqualificativos aos demais. Ou seja, os descendentes de europeus, por suas práticas em relação a posse da terra, acúmulo de capital e organização da vida social e do trabalho ocupam uma posição elevada. Já os caboclos são considerados inferiores, emergindo daí a alteridade, na qual o outro surge como diferente. Nesse caso, no entanto, não é só considerado diferente como também inferior.

Esse posicionamento social não era declarado, nem pretende-se afirmar aqui que os descendentes de europeus se consideravam superiores. Todavia, como apontam Elias e Scotson (2000, p. 20), em qualquer figuração de estabelecidos e outsiders há uma constante universal, onde o tabu entre o contato dos diferentes grupos é “[...] mantido através de meios de controle social como a fofoca elogiosa [*praise gossip*], no caso dos que o observam, e a ameaça de fofocas depreciativas [*blame gossip*] contra os suspeitos de transgressão”. Para o autor, essas atitudes, mesmo em pequena escala, conseguem lançar um estigma sobre o outro, o que merece atenção quando se observa uma estrutura social.

Esses posicionamentos sociais se fortalecem amparados na memória e na identidade, que estão indissolivelmente ligadas, de forma que a identidade está enraizada em um processo memorial, não sendo estável, mas sim modificável:

[...] as identidades não se constroem a partir de um conjunto estável e objetivamente definível de ‘traços culturais’ – vinculações primordiais – mas são produzidas e se modificam no quadro das relações, reações e interações socio-situacionais – situações, contextos, circunstâncias – de onde emergem os sentimentos de pertencimento, de ‘visões de mundo’, identitárias ou étnicas (CANDAUI, 2018, p. 27).

Assim, as experiências individuais e coletivas, bem como as representações ao longo do tempo carregam significados, intrínsecos as dimensões da memória e às interações vivenciadas, que reproduzem atitudes com base em visões de mundo particularizadas. Na reflexão aqui proposta, essa construção será analisada pelo viés patrimonial, percebendo as formas e estratégias que a gestão pública e ou as organizações da sociedade civil utilizam para ressignificar memórias e histórias no contexto atual, patrimonializando as vivências dos diferentes grupos que habitaram e habitam o território pesquisado.

Por outro lado, pretende-se perceber ainda se as diferenças estabelecidas entre os grupos étnicos no processo colonizatório, se refletem nos patrimônios preservados ou que dinâmicas são utilizadas para minimizar as injustiças sociais do contexto histórico nacional, valorizando as diversas configurações da formação social brasileira.

Tal observação leva em consideração que, as identidades se modificam nas relações e interações, disso emergem situações de inclusão e exclusão de diferentes sujeitos, atores dos processos de construção da sociedade. É neste

cenário que se formam o que Candau (2018) nomeia de “fronteiras sociais”, nas quais os indivíduos determinam o surgimento de diferenças, “nós *versus* o outro”, viés pelo qual se questiona a noção de memória coletiva e os conceitos de “identidade cultural” ou “identidade coletiva”.

1.3 REFERENCIAL TEÓRICO

Analisar a constituição dos territórios nas fronteiras do Brasil implica refletir sobre a visão que recaiu por muito tempo sobre regiões como o Oeste Catarinense, caracterizado como “sertão”, distante geograficamente do litoral, que foi povoado pelos colonizadores europeus ou seus descendentes a partir da segunda década do século XX. Conforme Amado (1995, p.146), o termo sertão é identificado no Brasil, tanto como referência institucionalizada sobre o espaço (subáreas nordestinas), quanto em termos de senso comum, permanecendo vivo no cotidiano e no imaginário da nação, “[...] inicialmente na condição de colônia portuguesa e, após o século XIX, como nação”.

O termo sertão desde o século XII era empregado pelos portugueses para referir-se às áreas distantes de Lisboa, ou para nomear espaços vastos, situados nas possessões recém-conquistadas, sendo utilizado até o final do século XVIII nas colônias e aparecendo de forma corrente nos relatos de viajantes, tendo se tornado sinônimo de interior, no início do século XIX (AMADO, 1995).

Dessa forma, o termo “[...] foi erigido como categoria pelos colonizadores e absorvido pelos colonos [...]” (AMADO, 1995, p.149) sendo apropriado de diferentes formas. Conforme a autora, para os perseguidos da justiça, índios e miseráveis o sertão “[...] representava liberdade e esperança; liberdade em relação a uma sociedade que os oprimia, esperança de outra vida, melhor, mais feliz” (AMADO, 1995, p.149-150). Sugere-se que de outro lado, para os que almejavam a modernização do Brasil, o sertão se configurava como o lugar do atraso e da desordem, carecendo ser civilizado. Em Santa Catarina, a expressão é associada ao Oeste do Estado, identificando o interior que fica em posição oposta ao litoral.

A identificação da região Oeste como sertão, perpetuada por muito tempo, desconsiderava que o local havia sido povoado por grupos caçadores-coletores há pelo menos 11 mil anos e, mais tarde por grupos ceramistas desde pelo menos 2000 anos até a chegada do homem branco (LOURDEAU *et al.*, 2016; SCHMITZ, 2011).

Exploradores da floresta, esses grupos que ocuparam o território, antes mesmo das grandes navegações chegarem às Américas, tinham seu modo de vida estreitamente ligado ao meio ambiente.

Conforme aponta Schmitz (2011) a região Oeste Catarinense deve ser compreendida no contexto do povoamento indígena da América do Sul, ocupado em tempos diferentes e em movimentos de diversas procedências. Nesse sentido, apresenta que “os achados mais antigos para populações que viviam ao longo do rio Uruguai datam de aproximadamente 11 mil a 12 mil anos atrás, ou nove mil a dez mil anos antes de Cristo” (SCHMITZ, 2011, p. 75), com vestígios encontrados no médio rio Uruguai, no Rio Grande do Sul, e no alto rio Uruguai (LOURDEAU *et al.*, 2016).

A chegada de portugueses e espanhóis, a partir do século XVI, com a missão de “colonizar” o país, dá origem a um confronto de diferentes modos de vida, hábitos e costumes, em que superada a curiosidade inicial, surgem os enfrentamentos, a dominação, a repressão e a mistura de diferentes grupos, que mais tarde deram origem ao “homem brasileiro”, gerado pela interação de sujeitos, com diferentes características étnicas e culturais. Dada essa interação inicial e referindo-se à ocupação progressiva do sertão catarinense, por grupos de origens variadas, Kaiser (2014, p. 14) apresenta esses grupos como sendo:

A maioria constituída por tribos de diferentes etnias indígenas – Kaingang, Xokleng e Guarani – que viviam ali há gerações. E por seus descendentes mestiços, filhos do encontro entre portugueses e espanhóis com as índias: os caboclos. Abandonada a própria sorte, a população sertaneja vivia uma economia de subsistência baseada na caça, na coleta, no extrativismo e numa agricultura rudimentar.

No que diz respeito ao povoamento e ocupação das terras brasileiras, após a chegada de portugueses e espanhóis desde o início do século XVI até o começo do século XIX, a legislação que organizou o acesso à terra no Brasil foi a concessão por meio de “sesmarias”⁸. Nesse momento não havia ainda a necessidade de demarcação, pois o espaço a ser explorado era vasto e não havia imposição legal para tal. Diante disso, grandes extensões de terra permaneceram nas mãos de poucas pessoas, que na grande maioria das vezes, sequer conheciam as

⁸ Sesmarias se referem às pequenas divisões de terras feitas pelos donatários das Capitânicas Hereditárias para facilitar seu cultivo.

delimitações de seus domínios. Com a Independência em 1822, o princípio da doação por sesmarias foi revogado e uma nova legislação de terras foi organizada.

Mesmo sendo revogadas as sesmarias, até 1840 não havia sido definida uma política de acesso à terra, de forma que os debates sobre a questão emergiam constantemente. Paralelo a isso, os ingleses pressionavam o Governo Imperial Brasileiro para abolir o tráfico negreiro⁹. Com o aumento das discussões referentes ao tráfico de escravos surge a preocupação com a substituição da mão de obra escrava, que seria solucionada com a entrada de trabalhadores livres no país para suprir essa necessidade. Com esses fatores, a pressão pelo surgimento da regulação de uma política de acesso à terra tornava-se cada vez mais latente.

Nesse cenário, a falta de ocupação do espaço brasileiro de forma oficial, por grupos que representassem o ideal pretendido pelo governo brasileiro, sempre significou incertezas quanto aos limites e fronteiras das terras nacionais. Para Radin (2009), os grupos indígenas e sertanejos, que povoavam a região dos sertões, de forma não legalizada, não eram considerados o “tipo ideal” para ocupar o território. Dessa forma, o governo imperial faz concessões de terras públicas às províncias, no interesse de povoar o “sertão”, difundindo a colonização por todo país, em especial nas regiões fronteiriças.

Assim, no intuito de consolidar as normas de direito agrário no Brasil é promulgada uma nova Lei, que começa a modificar a situação, de um lado reconhecendo a posse pelo uso da terra e de outro tornando mais difícil a compra. A Lei n. 601, de 1850, conhecida como Lei de Terras, conforme aponta Kaiser (2014, p. 15) “[...] legitimou a posse de quem as ocupava e decretou a devolução ao poder público de todas as terras que haviam sido doadas em regime de sesmaria e não tivessem sido cultivadas [...]”. Uma vez devolutas, as terras passaram a ser patrimônio público, promovendo o reordenamento da divisão de terras no país.

Dadas essas circunstâncias, observa-se que esse reordenamento evoca um debate sobre região e fronteira, uma vez que a Lei de Terras questiona oficialmente os limites numa paisagem que anteriormente era entendida como “sendo de todos”. As fronteiras internas passam a ser efetivadas por seus donos e nesse contexto, surge a limitação dos espaços individualizados de forma que, enquanto legalmente a

⁹ Em 1850 o Brasil cedeu às pressões dos ingleses promulgando a Lei Eusébio de Queirós, que levou a extinção do tráfico de escravos, contudo a prática permaneceu ocorrendo de forma ilegal.

posse é definida, socialmente as camadas mais baixas da população se veem expropriadas, e sem rumo.

Essas fronteiras, formuladas no tempo e no espaço são o que o sociólogo José de Souza Martins reconhece como “essencialmente o lugar de alteridade”, onde há o encontro dos diferentes, que se reconhecem na medida em que reconhecem os outros e conferem as fronteiras do Brasil, um fator sociologicamente relevante, que é a situação de conflito social:

À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas, o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História. Por isso, a fronteira tem sido cenário de encontros extremamente similares aos de Colombo com os índios da América: as narrativas das testemunhas de hoje, cinco séculos depois, nos falam das mesmas recíprocas visões e concepções do outro (MARTINS, 1997, p. 27).

Na reflexão para os modos de ver as fronteiras, Martins (1997) apresenta o que chama de designações e não propriamente conceitos, que mostram diferentes modos de expansão territorial, abordados por outros autores (OLIVEIRA, 1964; RIBEIRO¹⁰, 1977 apud MARTINS, 1997), em duas concepções de referência: frente de expansão e frente pioneira. Enquanto a frente de expansão expressa a concepção de ocupação do espaço, tendo como referência as populações indígenas, a frente pioneira tem como referência o empresário e o pequeno agricultor moderno e empreendedor. Ambas referem-se a modos de ser e viver no espaço e sugere que “[...] elas se referem a realidades sociais substantivas, modos singulares de organização da vida social, de definição dos valores e das orientações sociais” (MARTINS, 1997, p. 29).

Nesse momento de redefinição agrária, o Brasil passa pelo reordenamento de posse da terra e também a disputa de limites relacionado a suas fronteiras com outros países, no sertão ainda por “modernizar-se”. Com a clara finalidade de delimitação de suas fronteiras em relação aos países vizinhos, o povoamento da região Oeste Catarinense, a partir da segunda metade do século XIX, é

¹⁰ RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização (a integração das populações indígenas no Brasil moderno)**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

caracterizado pela instalação das colônias militares, que demarcavam a região fronteira, que na época pertencia ao Paraná e era tema de disputa com a Argentina.

Conforme Myskiw (2015) as colônias cumpriam o papel de proteção do território e serviam como ponto inicial de povoamento dos sertões. Nesse sentido, são instaladas na região as Colônias Militares Chopin e Chapecó. Nesse ínterim, a questão de limites com a Argentina é solucionada em 1895, com parecer favorável ao Brasil, que com a posse definitiva do território passa a ter a necessidade de criar estrutura social para solidificar a ocupação de suas fronteiras.

Para além das questões internacionais, internamente o Brasil enfrentava indefinições em relação ao território de suas províncias. Santa Catarina e Paraná disputavam uma zona de 48 mil km², com rica biodiversidade de espécies animais e vegetais, que interessava a ambas as províncias, e segundo Kaiser (2014) dividia os habitantes em pro catarinenses e pro paranaenses. A indefinição em relação aos limites territoriais, somado a expulsão de milhares de posseiros, a partir da concessão de terras para construção da ferrovia entre São Paulo e Rio Grande do Sul, em meio a inúmeros problemas sociais, causa intensa revolta e eclode na Guerra do Contestado¹¹.

Nesse período, a região dos chamados Campos de Palmas, abrigava inúmeras famílias caboclas que sobreviviam da extração da erva mate e de uma agricultura rudimentar. Com os conflitos da Guerra do Contestado, aumenta o número de famílias que se dispersam pelos Campos de Palmas, em direção ao Extremo-Oeste do estado, fugindo dos confrontos. Ao mesmo tempo, o governo imperial atuava fazendo concessões de terras públicas às províncias, pretendendo efetivar um processo de colonização. Alegando não possuir recursos para empreender este processo (RADIN, 2009), os governos repassavam a tarefa a companhias privadas de colonização, que exploravam a região por meio de concessões, sem levar em consideração as famílias que já ocupavam o território e

¹¹ A Guerra do Contestado foi um episódio importante na história da luta de classes no Brasil. O conflito armado travado entre 1912 e 1916, no planalto catarinense, não guarda uma relação direta com o processo de disputa de limites entre Santa Catarina e Paraná. Contudo, o longo período de indefinição de divisas marca profundamente o perfil social e político das comunidades da região. Esse fator somado a chegada de poderosas forças de expansão capitalista, com a construção da ferrovia, exploração da madeira e colonização, contribuem para a marginalização do sertanejo que vivia na região do Contestado e deflagram a crise que levou à luta armada (MACHADO, 2004; VALENTINI, 2000).

priorizando a vinda de migrantes, descendentes de europeus, em sua maioria italianos, oriundos do estado do Rio Grande do Sul.

Do ponto de vista do povoamento do Oeste Catarinense, encontram-se inúmeros relatos, bem como pesquisas sobre o tema, indicando o espaço como “sertão”, “vazio”, “território despovoado” (RADIN, 2009; RENK, 2006a). Essas expressões demonstram a visão dominante na época, que não reconhecia a população cabocla, como povoamento ideal ao território. Nesse sentido, o Oeste Catarinense era visto como um espaço que precisava ser incorporado ao restante do Estado, e tal feito se daria com sucesso, pela colonização. Conforme Renk (2006a) a eficácia do projeto colonizador requeria um tipo de agente humano tido como “ideal”, representado pelos descendentes europeus, caracterizados como colonos trabalhadores e construtores de progresso.

Para tanto, neste projeto não era contemplada a população cabocla, visto que não atendia aos ideais de “progresso e civilização”, o que era legitimado na justificativa de que o modelo de colono europeu é que realmente contribuiria para a vocação agrícola do país. É neste cenário que surge a dualidade antagônica dos grupos que povoaram o Oeste Catarinense, colocando de um lado as populações caboclas e de outro os migrantes, descendentes de europeus.

Utilizamos neste trabalho o termo descendentes de europeus em referência aos indivíduos nascidos em solo brasileiro, tendo seus ascendentes nascido na Europa e migrado para o Brasil. Outros pesquisadores utilizam diferentes terminologias para fazer referência a este grupo. A título de exemplo citamos o historiador Gregory (2002, p. 248), que considera em suas pesquisas o uso do termo eurobrasileiros para se referir ao imigrante de origem europeia:

[...] que transplantou elementos culturais da tradição cristã rural e incorporou novos elementos culturais, adaptando-se à realidade encontrada e construída no Brasil. Na medida em que participou do processo de colonização, veio a ser o colono [...] pequeno proprietário rural, dedicando-se ao trabalho de exploração do lote colonial e fazendo coincidir a unidade produtiva com a unidade familiar. A atuação do eurobrasileiro colono contribuiu para a constituição do espaço colonial, que vieram a ser espaços projetados e estabelecidos a partir da estruturação da pequena propriedade da terra, a partir da vida do colono e a partir da constituição da sociedade colonial.

A análise considerando a gênese do sujeito dá origem a divisões de classes e papéis na sociedade, conferindo ao migrante o papel de “desbravador pioneiro” e ao

caboclo o de sujeito à margem, sem perspectiva de futuro ou representante de papel significativo no desenvolvimento da região. Nesse sentido, Vicenzi (2006, p. 307) destaca indígenas e caboclos como exploradores das florestas, que acabaram dominados pelo processo de expansão da agricultura mercantil, visto que estabeleciam relações diferenciadas quanto à ocupação da terra:

Muitas vezes seminômades, os caboclos viviam de uma economia de subsistência, de pouco impacto sobre o meio ambiente. Suas atividades mercantis tinham um caráter claramente subsidiário. Ao contrário, os colonos voltavam-se à produção de excedentes, acumulável monetariamente.

No que diz respeito ao povoamento oficial, empreendido pelo processo de colonização é na primeira metade do século XX, que a região da antiga Fazenda Saudades tem seus limites definidos e se inicia o processo de venda de grandes áreas de terras. O território pertencia a Brazil Development & Colonization Company, tendo sido a área de terra concedida pelo governo paranaense, na época que a região pertencia ao estado do Paraná, sendo validada posteriormente pelo governo catarinense. De acordo com Piazza (1994, p. 218) a Brazil Development & Colonization Company repassa por meio da venda, as concessões a empresas privadas.

A Fazenda Saudades estaria integrada a concessão de uma área de terra chamada “Rio Saudade”, sendo comercializada pela empresa norte-americana diretamente a empresa Bertaso, Maia e Cia, que possivelmente redivide a área concedida em porções de terra menores, no intuito de facilitar a venda. A comercialização dessas terras teve como foco pequenos agricultores do noroeste do Rio Grande do Sul, que encontravam dificuldades para subsistência de suas famílias com muitos filhos e pouca terra para trabalhar e assim são atraídos para o Oeste de Santa Catarina, como agentes de “civilização e progresso”.

1.4 ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS

Para discutir estas questões, o trabalho foi dividido em cinco capítulos. O primeiro capítulo apresentou a introdução. O segundo capítulo buscou trazer elementos e dados sobre a constituição da região Oeste Catarinense, enfocando o povoamento dos Campos de Palmas e a posterior redivisão do espaço pela atuação

das companhias colonizadoras. O terceiro capítulo centrou-se na apresentação de dados indicativos da colonização e constituição espacial da Fazenda Saudades. No quarto capítulo buscou-se aprofundar a temática das relações interétnicas e a identidade dos grupos que interagiram nesse espaço, a partir da frente de expansão, analisando como as memórias dos grupos que compõem essa região estão sendo patrimonializadas na atualidade e que políticas públicas vêm sendo desenvolvidas visando a salvaguarda do patrimônio cultural e redução de contextos de desigualdades historicamente construídos. O desenvolvimento dos capítulos é amparado em referencial bibliográfico na inter-relação com a história oral, dialogando de forma empírica conceitos e histórias de vida.

2 O OESTE CATARINENSE: CONTEXTUALIZAÇÃO AMBIENTAL E HISTÓRICA

Este capítulo possibilita uma reflexão acerca das características da paisagem e a constituição histórica da região Oeste Catarinense, com especial atenção ao processo de povoamento da microrregião de Chapecó.

2.1 O MEIO AMBIENTE, O HOMEM E A FORMAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL

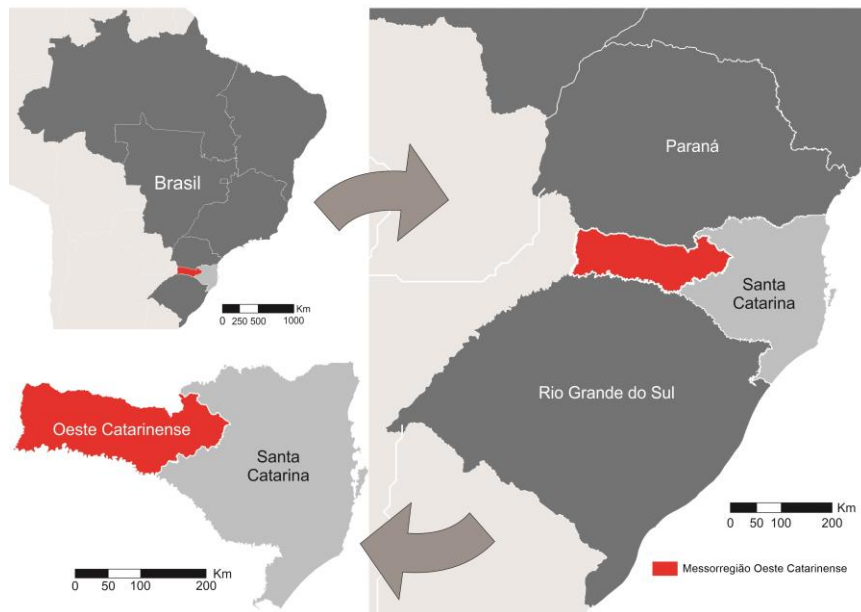
A partir das inúmeras pesquisas que tem sido desenvolvidas desde o surgimento da Nova História e a perspectiva de abordagem da micro-história, o termo região tem aparecido de forma recorrente. Mas afinal, o que é mesmo região? Problematizar esse conceito envolve retomar os princípios naturalistas, observando os aspectos da formação natural, que envolvem o clima, os aspectos físicos, população, posição geográfica, vegetação e relevo. Elas surgem a partir da necessidade de organização da sociedade, que buscou enquadrar os lugares por suas características similares.

A divisão regional no Brasil tem por base as diferenças naturais, que se aproximam e ao mesmo tempo estabelecem fronteiras naturais ao longo de todo território. Essas fronteiras não se caracterizam por limites, mas por alterações gradativas na paisagem, o que reforça a ideia de que a delimitação de regiões é antes de tudo humana e histórica¹². Na região Oeste de Santa Catarina, a configuração espacial passa por diversas alterações, até chegar às definições atuais. Para efeito de delimitação da área que é objeto deste estudo foi utilizada a divisão microrregional do Brasil, definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

¹² Bourdieu (2011, p. 113-114) propõe que pela própria etimologia, a palavra região (*regio*) conduz ao princípio da divisão, que induz “[...] uma descontinuidade decisória na continuidade natural (não só entre as regiões do espaço, mas também entre as idades, os sexos, etc) [...]”. Como ato de autoridade no traçar das fronteiras impõe definição “[...] legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território, em suma, o princípio de di-visão [*sic*] legítima do mundo social”. Assim, a categorização de região surge não só como delimitação geográfica, mas também como um espaço estigmatizado pela distância econômica e social, dentro da qual “[...] a revolta contra a dominação em todos os seus aspectos – até mesmo econômicos – assume a forma da reivindicação regionalista” (BOURDIEU, 2011, p. 127), uma resposta à estigmatização que produz o território, do qual ela também é produto. Em relação à região Oeste Catarinense, existe, por vezes, uma necessidade da afirmação e reivindicação do território, pela própria dinâmica deste espaço geográfico, marginalizado por longas décadas em relação a outras regiões consideradas mais desenvolvidas ou próximas da capital, que seriam os fluxos de referência em amplos aspectos no Estado. A desconstrução dessa “imagem histórica”, mesmo considerados os grandes avanços nos últimos anos, ainda carece do rompimento de barreiras e de reconhecimento geográfico, econômico e social.

Estatística (IBGE). A mesorregião Oeste Catarinense (Figura 1) é uma das seis mesorregiões do estado de Santa Catarina, que é formada pela união de 118 municípios agrupados em cinco microrregiões, que são Chapecó, Concórdia, Joaçaba, São Miguel do Oeste e Xanxerê.

Figura 1 - Distribuição Espacial da Mesorregião Oeste no Estado de Santa Catarina



Fonte: Adaptado de Biblioteca IBGE (2010).

Considerado essas características, observa-se que desde o início da ocupação humana no Sul do Brasil¹³, as riquezas naturais, a diversidade da paisagem e o clima sempre foram elementos de destaque para atrair grupos de indivíduos para a região. No que trata sobre a hidrografia, a região faz parte da Bacia do Prata, uma das mais extensas do mundo, com 3,1 milhões de Km², abrange um território transfronteiriço que compreende quase todo centro sul do Brasil, o sudeste da Bolívia, todo Paraguai, grande parte do Uruguai e extensa região do centro norte da Argentina.

A Bacia do Prata é composta de três sistemas hídricos formados pelos rios Paraguai, Paraná e Uruguai, que confluem para o Rio da Prata, que deságua no sul do Oceano Atlântico. A porção brasileira engloba áreas do Distrito Federal, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa

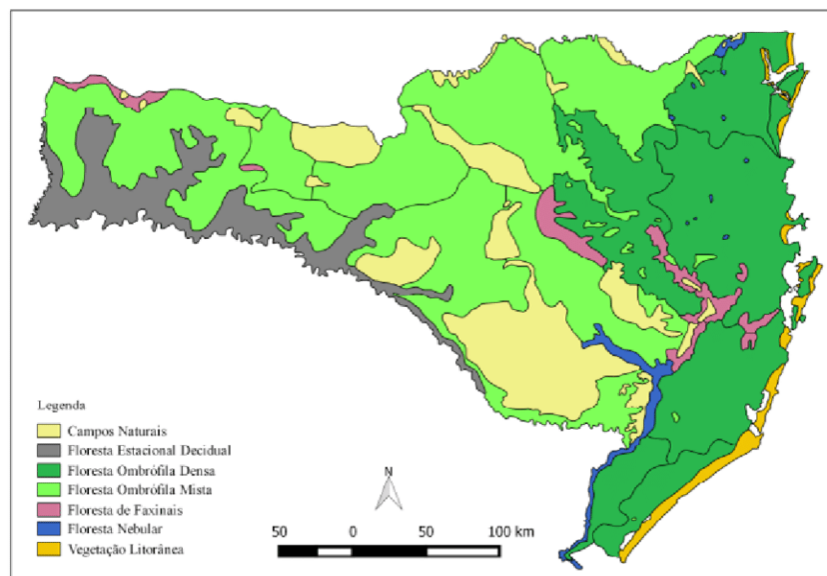
¹³ Compreendem-se por Sul do Brasil, os três estados mais meridionais do país, que são Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, referindo-se a esta porção do país, também com a denominação Brasil Meridional (WAIBEL, 1949, p. 160).

Catarina e Rio Grande do Sul, correspondendo aproximadamente a 1,428 milhões de Km² (DE PAULA JUNIOR, 2009).

Considerada uma das maiores reservas mundiais de água doce, com excepcional diversidade biológica e o maior corredor de áreas úmidas da América do Sul, essa região também é caracterizada pela formação de um sistema hídrico extremamente rico em biodiversidade (ZARRILLI, 2013). A Bacia da Prata é rica em águas subterrâneas, coincidindo em grande parte com o Sistema Aquífero Guarani, um dos maiores reservatórios de água subterrânea do mundo. Inserida na Bacia do Prata e no Aquífero Guarani, a Bacia do rio Uruguai, em Santa Catarina, se estende por toda região Oeste, sendo seus principais afluentes o rio do Peixe e o rio Chapecó.

O clima no Brasil Meridional é caracterizado como “subtropical”, com precipitação de 1300 a 1500 milímetros, com chuvas bem distribuídas ao longo do ano, água abundante por toda parte e temperatura variável de acordo com latitude e altitude (WAIBEL, 1949). A vegetação da mesorregião Oeste Catarinense é caracterizada em sua maior parte pela presença da Floresta Ombrófila Mista, seguida da Floresta Estacional Decidual, conforme é possível observar na Figura 2. Seja para obter a subsistência ou para a exploração comercial, a Floresta Ombrófila Mista, presente em todo Brasil Meridional, abrigava diversidade de espécies animais e vegetais, de grande importância para sobrevivência de diferentes grupos.

Figura 2 - Mapa fitogeográfico do Estado de Santa Catarina



Fonte: Adaptado de Klein (1978) por Santos *et al.* (2016).

Os relatos de viajantes e pesquisadores desde o descobrimento do Brasil trazem informações sobre o bioma Mata Atlântica destacando-a como uma floresta densa, com pequena escala de intervenção pelos indígenas, que dela extraíam seu sustento. Warren Dean (1996, p. 25) associando a Mata Atlântica com a Floresta Amazônica, conclui que juntas “[...] as duas florestas formavam uma zona biogeográfica diferente e mais rica em espécies que as outras florestas tropicais do planeta [...]”, com extraordinária diversidade e impressionante número de espécies endêmicas. Com base nessa diversidade o autor infere que a história florestal no planeta, é marcada por exploração e destruição, com a “[...] maldição de uma floresta que forneceu coisas demais com facilidade demais” (DEAN, 1996, p. 15).

Considerando a rica biodiversidade de espécies, depoimentos de antigos moradores da região, revelam a prática da caça, como uma atividade necessária a sobrevivência, e por outro lado, como prática de lazer. Na Figura 3 é possível observar um grupo que montou acampamento em meio a mata para prática da caça, com destaque para a cabeça do animal caçado, em segundo plano a barraca, fogo de chão improvisado e um veículo ao fundo. A quantidade de munição visualizada na cinta dos caçadores sugere que a atividade foi desenvolvida de forma extensiva.

Figura 3 - Grupo exibindo cabeça de veado obtida durante caçada, década de 1960/1970



Fonte: Acervo Museu Formosa do Sul.

Conforme relato da Sra. Lourdes Assunta Pissaia, que mudou com a família para Formosa do Sul em 1954, o sertão era espaço propício para quem gostava de praticar a caça, “[...] o meu pai era muito de caça [...] então pra eles era a melhor coisa tá ali nesse sertão” (MUSEU FORMOSA DO SUL, 2016). Outros relatos também apresentam a caça como uma prática de lazer. Segundo depoimento de Vítório D. R., descendente de italianos, que migraram de Guaporé/RS para Colônia Cella e em seguida para a Fazenda Saudades, atual município de Formosa do Sul:

Caça tinha aquela época [...] veado, paca, tatu, tudo que era bicho tinha, porco de mato, cateto. Eu nunca me esqueço daquele tal de Paraguai, Luis Paraguai, um dia, os cachorros mataram oito, nove porcos de mato, num oco de umbuzeiro [...] Muita gente fez muita extravagância de caça. Matava assim pra matar, não aproveitava tudo.

A figura de Luis Paraguai citada pelo entrevistado, permite refletir sobre a presença de argentinos e paraguaios, na região da antiga Fazenda Saudades, bem como no Oeste Catarinense. De acordo com Renk (2006a) após 1850 a erva-mate surge como atividade rentável, no território com limites ainda por definir entre Brasil e Argentina. Tanto brasileiros quanto argentinos, e mesmo paraguaios, buscavam nessa região manchas de ervais, numa atividade nômade, de forma que “enquanto era rentável, a atividade extrativa teria atraído aventureiros de outras regiões” (RENK, 2006a, p. 39).

Os estudos de Ferrari (2011) sobre as interações na zona de fronteira do Extremo Oeste Catarinense apontam que, argentinos e paraguaios percorriam a região coletando erva-mate desde o século XIX, “[...] o que leva a pensar que alguns daqueles ervateiros e seus grupos de trabalhadores pudessem habitar de fato aquela região, sobretudo os ervais de Campo Erê” (FERRARI, 2011, p. 114).

Na década de 1930, ocorre uma queda na economia ervateira, quando a Argentina passou a produzir e não mais exportar erva do Brasil. Com base nessas informações, sugere-se que Luis Paraguai, quiçá fizesse parte de grupos de indivíduos, que transitavam pelo território, se aventurando na extração de erva-mate e com o declínio da demanda, tenha permanecido no sertão catarinense.

Em entrevista à Rádio Doze de Maio¹⁴, o Sr. Arioaldo José Filipini, que migrou para o município de São Lourenço do Oeste em 1954, apresenta outros

¹⁴ Entre os anos de 1995 e 1996 a Rádio Doze de Maio, com sede no município de São Lourenço do Oeste, realizou o Programa Destaques, transmitido ao vivo pela rádio e registrado em vídeo.

elementos relacionados a falta de consciência e cuidado com as espécies que compunham a biodiversidade regional, já que o sertão do Oeste Catarinense ainda era pouco explorado pelo homem:

Na época até a preocupação não era só a depredação, na época a gente tinha que destruir alguns animais, porque eles destruíam com a lavoura da gente, tanto porco-do-mato, veados, pássaros, no caso do papagaio destruí praticamente a lavoura da gente. Aí tivemos que destruí aqueles animais pra podermos colher um pouco da lavoura.

No Sul do país é comum o ataque de animais, como o javali, queixadas e catetos, a plantações e mesmo a outros animais. Pela sua aparência similar, os animais muitas vezes não são diferenciados, sendo alvo de caçadas, que nem sempre contam com autorização do Ibama, o que é permitido mediante cadastro para Manejo de Fauna Exótica Invasora. Conforme cartilha do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA):

O javali é um porco selvagem, originário da Europa, Ásia e norte da África. Foi introduzido em diversas regiões do mundo como animal de criação para consumo [...]. A agressividade, a facilidade de adaptação e a ausência de predadores na cadeia natural levam o javali a figurar na lista das cem piores espécies exóticas invasoras do mundo [...] Os queixadas e catetos, também chamados de porcos do mato são animais silvestres nativos e não podem ser abatidos, conforme Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (IBAMA, 2017).

Além da diversidade da fauna, a Mata Atlântica apresenta um conjunto de formações florestais bastante diversificadas, sendo no estado de Santa Catarina, caracterizada pela fitofisionomia Floresta Ombrófila Mista, com predominância da araucária (*Araucaria augustifolia*) e grande diversidade de ecossistemas em seu interior. Sobre sua distribuição, Carvalho (2008) aponta que a localização da floresta de araucária, na floresta ombrófila mista, cobria até o final do século XIX cerca de 200 mil Km² dos planaltos dos três estados do sul do Brasil.

Nesse sentido, o autor destaca a inspiração que a obra de Warren Dean representa, ao abordar o processo de destruição da Mata Atlântica, pois a preocupação de Dean, não se deteve simplesmente a descrever os recursos da floresta, mas a considerá-la “[...] como um bem que precisa ser preservado também

Conforme apresenta durante o programa, o repórter José Carlos Krumenaur realizou entrevistas com importantes nomes da sociedade lourenciana. As entrevistas foram encontradas disponíveis no YouTube em <https://www.youtube.com/watch?v=fTOpIFmqHTc>, sendo indicadas como acervo da Casa da Cultura/ Biblioteca Alberto Santos Dumont.

pelo seu valor intrínseco, e assim desafiar a filosofia antropocêntrica que considera digno de valor moral somente o ser humano” (CARVALHO, 2008 p. 64).

No estado de Santa Catarina, a exploração dos recursos naturais deste bioma se concentrou sobre a extração madeireira, empreendida especialmente no século XX, facilitada pela construção da ferrovia e a atuação das companhias colonizadoras. Para Dean (1996, p. 22), a floresta vista como reserva viva de madeira, expressa a “[...] intencionalidade humana, transbordante de ambição saciada [...]”, que vislumbra na diversidade que encontra, potencial exploratório com intenção de enriquecimento a partir da matéria prima presente na natureza.

Conforme depoimento de Vitorio D. R., a família que vivia em Colônia Cella, se mudou para o município de Formosa do Sul em 1952, nas terras recebidas como herança. Ao chegar no local, cercado por mata fechada, e tendo a necessidade da abertura de roças, foi realizada a derrubada da madeira:

A maioria foi toda queimada, não tinha serraria, não tinha aonde levar essas árvores [...] eu derrubei todo esse mato, foi todo queimado [...] era canela, era angico, guajuvira [...] hoje vale dinheiro e nós queimamos tudo.

A dificuldade da localização e a carência de estradas dificultaram o beneficiamento de madeira nos primeiros anos de organização das comunidades. Merece destaque na fala do entrevistado, que a preocupação com a devastação promovida naquela época, é lembrada com sentimento de perda, não em termos de biodiversidade, mas em termos de capital econômico.

Em outro depoimento, José C., que recebeu terras em herança no atual município de Formosa do Sul, relata que durante a abertura de roças, a madeira era aproveitada nas benfeitorias necessárias à propriedade:

Angico a gente precisava. Tarumã pra fazer cerca e aqui na baixada não tinha madeira de lei, muito pouca [...] mais era na lombada, mas a gente não derrubava *devarde*, que nem tantos faziam derrubar tudo. Eu não. Tenho mato ainda ali [...] tem mato ali de cima da rodovia [...] tem eucalipto.

É possível observar como as famílias migrantes tinham necessidade da madeira para construção das instalações familiares e estruturação das propriedades, obtendo facilmente na natureza, a matéria-prima. Mesmo demonstrando a conscientização em relação a manutenção da floresta e a não devastação em larga escala, como expresso no depoimento anteriormente citado, este entrevistado revela

que a mata, ainda preservada em sua propriedade, tem como característica ser madeira de reflorestamento, por meio do eucalipto, o que em termos de biodiversidade não garante a regeneração dos ecossistemas nativos presentes na floresta intocada antes de sua chegada.

A substituição da mata nativa, pela madeira de reflorestamento, como é o caso do eucalipto e do pinus, demonstra o interesse em tornar a floresta uma fonte de renda a curto e médio prazo. Isso porque essas espécies crescem num curto espaço de tempo, se comparado por exemplo, a araucária. Conforme Carvalho (2006, p. 17) no Sul do Brasil, a exploração do ecossistema, com a substituição da araucária pelo pinus, ocorre entre 1960 e 1970, de forma a possibilitar riqueza econômica a muitas famílias, assim como condições de subsistência, “nesse processo de desmatamento obviamente também contribuíram outros fatores como o crescente consumo de lenha para uso doméstico e para outras indústrias e a colonização [...]”.

A crescente disseminação de bosques de pinus, a partir de meados do século XX, evidencia como a perspectiva da economia capitalista se torna dominante entre os agricultores e donos de terras da região, prejudicando a preservação do ecossistema, impedindo a regeneração da mata nativa, levando a alterações drásticas na paisagem¹⁵.

O depoimento do Sr. José Janceski, que mudou para São Lourenço do Oeste em 1963, a fim de trabalhar como representante de venda de terras apresenta dados sobre a perspectiva da extração da madeira para o migrante do estado gaúcho e a perspectiva do empresário colonizador:

Esse loteamento que tem hoje fundada aqui a cidade de São Lourenço do Oeste era tudo loteamento da Companhia Saudades que nós vendíamos os lotes. [...] A maior parte que veio para São Lourenço era lá do Rio Grande [...] E os agricultores que vinham aqui pra morar em São Lourenço eram agricultores que gostavam da cultura do trigo, milho, feijão. Então onde tinha pinhal era fechado, eles já não queriam comprar aquela terra, porque era terra que não produzia [...] Então o Arnaldo Mendes naquela época ele tinha uma laminadora e uma serraria aqui em São Lourenço. Então ele mandava derrubar o pinheiro tão somente pra tirar o que era melhor ele tirava, o resto deixava apodrecer lá no mato, só pra poder vender a terra. Porque onde tinha pinheiro o colono não comprava não.

¹⁵ Mais informações sobre a transformação da paisagem no Oeste Catarinense podem ser encontradas em estudos desenvolvidos na linha de História Ambiental, que aprofundam as formas de interação entre o ser humano e a natureza em diferentes contextos políticos, históricos, ecológicos e culturais, a exemplo da dissertação de Salini (2018), intitulada Colonização e meio ambiente: a transformação da paisagem do oeste catarinense (1930 a 1970).

No relato acima merecem destaque a importância conferida a terra, os recursos presentes nela e como sujeitos de diferentes classes sociais se apropriavam deles. Enquanto os empresários, donos das companhias de colonização se apropriavam dos recursos naturais, especialmente a madeira, beneficiada nas serrarias e comercializada em centros maiores, os pequenos agricultores, na maioria das vezes estavam mais atentos para a posse da terra, especialmente por representar o que Woortmann (1990, p. 12) chama de “[...] patrimônio da família, sobre o qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor” e permanece como herança para as próximas gerações.

Dessa forma, para o pequeno agricultor a posse da terra enquanto patrimônio acaba por expressar o “valor-família” (WOORTMANN, 1990, p. 15) e a escolha por um terreno que possibilite o cultivo, torna-se indispensável para continuidade da família e a transmissão da terra enquanto patrimônio e do saber enquanto valor. Renk (2006a, p. 73) por outro lado, ressalta que a diferença de preço das colônias com e sem pinhal “[...] permitia aos colonos menos capitalizados a compra da terra sem os pinheiros”, contrastando com a fala do entrevistado que justifica o fato dos agricultores não comprarem terra de pinhal pelo fato dela ser improdutivo.

O deslocamento da frente de expansão do estado do Rio Grande do Sul para Santa Catarina, especialmente na primeira metade do século XX, com desenvolvimento da atividade agrícola e agropecuária, modifica profundamente o aspecto da vegetação primária. Klein (1978, p. 13) referindo-se às florestas de araucárias ou dos pinhais (mata preta) no Extremo Oeste de Santa Catarina destaca que “[...] na submata destes pinhais, o pinheiro não apresenta possibilidade de regeneração”, ocasionando uma lenta expansão da Floresta Subtropical. Na transição entre a Floresta Subtropical e a mata de pinhais estão as Florestas Faxinais, em que a paisagem é entremeada por mata baixa e campos de gramíneas grossas, com solo impróprio para cultivo devido a pouca fertilidade:

Esta vegetação típica, formada por mata rala e em geral pouco densa, com árvores menores e irregulares, acompanhadas por sub-bosque densamente povoado por intermináveis touceiras de taquara e carazais, alternados frequentemente pelos campos artificiais, é conhecida popularmente por “faxinal”, “caíva”, “Catanduva” ou “guaxiva”, significando em geral, vegetação menos desenvolvida [...] (KLEIN, 1978, p. 14).

Entre os faxinais no Oeste Catarinense, ao longo da região em que fica o município de Campo Erê, que se estende pela Serra da Fartura e a Serra do Capanema, no Extremo Noroeste Catarinense, apresenta-se a Floresta de Faxinal caracterizada por pinhais e árvores de pequeno porte, com submata rala e baixa. Em termos econômicos as árvores mais importantes nesses Faxinais, de acordo com Klein (1978) são a araucária (*Araucaria augustifolia*) e a erva-mate (*Ilex paraguariensis*), pois outras espécies como carne-de-vaca (*Clethra scabra*), guamirim (*Myrea obtecta*) e canela-lajeana (*Ocotea pulchella*), não representam valor econômico significativo.

Nas áreas de afluentes do rio Uruguai encontra-se uma floresta latifoliada, de caráter subtropical, “[...] que os colonizadores denominam de ‘mata branca’, em oposição à ‘mata preta’, onde há a ocorrência de pinhais” (KLEIN, 1978, p. 19). Essas áreas possuem características do solo¹⁶, apropriadas para a agricultura, o que atraiu inúmeras pessoas para a região, abrindo a mata para estabelecer lavouras. A ação antrópica¹⁷ se estendeu de tal forma na região Oeste Catarinense, ao longo do século XX, que subsistem somente pequenos núcleos de mata primária na região.

Relatos de descendentes de europeus que migraram das colônias rio-grandenses, como a Sra. Catharina Lanferdini expressam a sensação ao chegar nas terras da Fazenda Saudades na década de 1950, “Sertão, sertão. Aqui era sertão. Se queria construir, tinha que cortar o mato [...] Meu Deus, quanta madeira que eu queimei pra poder fazer roça” (ONGHERO, 2012, p. 28). Em outro depoimento o Sr. Sebastião Ribeiro da Saldanha, ao se referir às terras da comunidade de L^a Beira Rio, em Formosa do Sul, destaca que o local “[...] era mais deserto. Rio Grande já era um lugar mais aberto” (MUSEU FORMOSA DO SUL, 2012), comparando com o Estado do Rio Grande do Sul, onde residira anteriormente e não tinha tanta mata, por isso “mais aberto”. Relatos como estes, revelam a impressão dos habitantes sobre a paisagem encontrada no Oeste de Santa Catarina, inóspita em meio a mata, um imenso deserto, derradeiro sertão.

Essa região, caracterizada como “sertão” ou “deserto”, com suas terras férteis e de valores acessíveis, fez do Oeste Catarinense um foco de migrantes descendentes de europeus que viviam no Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XX. Conforme aponta Vicenzi (2006), a imigração de europeus para o Brasil,

¹⁶ Proveniente da decomposição de rochas do triássico (basalto e meláfiro) (KLEIN, 1978, p. 20).

¹⁷ Ações antrópicas são alterações realizadas pelo homem no meio ambiente.

inicia na segunda década do século XIX, intensificando-se em 1875, com a formação das Velhas Colônias no Rio Grande do Sul, que com o passar dos anos e o crescimento das famílias geraram novos núcleos, as Colônias Novas.

O crescimento demográfico e o esgotamento do solo, não ofereciam garantia de sobrevivência a estas famílias no estado gaúcho, que haviam estabelecido suas casas e propriedades agrícolas em meio a mata e já haviam esgotado grande parte dos recursos naturais, seja pela inapropriada rotação de culturas, seja pelas queimadas (WAIBEL, 1949). Dessa forma, parte desses grupos migrou para o Oeste Catarinense a partir de 1920. Esses grupos migrantes foram motivados pelo processo colonizatório em curso no Estado que visava atrair contingente populacional para ocupação da região, uma vez que as próprias características da “[...] estrutura agrária e as técnicas de produção adotadas nas colônias propiciavam essas sucessivas e intensas migrações” (GREGORY, 2002, p. 36).

Bell (2016) fazendo referência à tese de Jean Roche¹⁸ sobre história e geografia da colonização alemã no Rio Grande do Sul, destaca que na região Sul do Brasil, o modelo de colonização de pequenos agricultores esteve caracterizado, como raramente sustentável. Tal afirmação se deve ao fato do uso da terra, pelos imigrantes que formaram as Velhas Colônias e Novas Colônias, da colonização europeia¹⁹ no Brasil Meridional, acarretar um processo de degradação, pela forma de exploração dos recursos naturais, mecanismo que se manteve, no processo de migração de descendentes de europeus para Santa Catarina e outros estados.

Exemplo desse processo pode ser visualizado na Figura 4, no município de Formosa do Sul, que mostra a paisagem sendo devastada pela derrubada da madeira, restando somente a vegetação que não é foco da exploração econômica, como as já citadas carne-de-vaca, ipê, guamirim e canela-lajeana. Percebe-se na imagem que a madeira derrubada é utilizada na construção de uma ponte, conhecida na linguagem popular regional como “pinguela”, sendo possível observar ainda a vegetação nas margens do rio completamente devastada²⁰.

¹⁸ ROCHE, Jean. **La colonisation allemande et le Rio Grande do Sul**. Paris: Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, 1959.

¹⁹ O termo colonização europeia empregado no texto, se refere ao processo conduzido por uma classe de pequenos proprietários rurais de origem europeia que toma posse e se estabelece em comunidades próprias na região Sul do país, ao longo do século XIX (WAIBEL, 1949, p. 160).

²⁰ O Código Florestal Brasileiro determina, desde 1965, a preservação da vegetação e as características que as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente devem ter, independente da região de localização, em área rural ou urbana.

Figura 4 – Homens sobre ponte improvisada, com paisagem ao fundo devastada pela derrubada da madeira, década de 1960/1970



Fonte: Acervo Museu Formosa do Sul.

A imagem sugere ainda que a paisagem ao fundo passou pelo processo de queimada, o que, de acordo com Waibel (1949, p. 180), representa um primitivo sistema agrícola:

[...] que consiste em queimar a mata, cultivar a clareira durante alguns anos e depois deixá-la em descanso, revertendo em vegetação secundária, enquanto nova mata é derrubada para ter o mesmo emprego. O colono chama este sistema de roça ou capoeira, na literatura geográfica é geralmente conhecido como agricultura nômade ou itinerante.

Esse processo de apropriação dos recursos naturais e uso da terra torna-se cíclico, pois uma vez que os pais ocuparam as Velhas Colônias e não as utilizaram de maneira sustentável, há necessidade de os filhos migrarem para Novas Colônias em busca de terras mais férteis e maior abundância de recursos naturais. Esse modelo impactou de forma a levar “[...] à remoção quase total da faixa de floresta subtropical ao longo da Serra do Rio Grande do Sul” (BELL, 2016, p. 74) e outras regiões do Sul do Brasil. Para além das considerações do autor, merece destaque observar que, mesmo utilizando os recursos de forma sustentável, não haveria terra suficiente para todos, devido ao alto crescimento demográfico.

A devastação ambiental, unida ao alto crescimento demográfico, a partir do esgotamento dos solos no Rio Grande do Sul, se estende para Santa Catarina, o que leva as famílias à migração para o Oeste Catarinense. Mesmo se deslocando

para novas terras, os hábitos e as limitações no modelo de agricultura utilizado sem orientação técnica, mantiveram o ciclo de esgotamento do solo com seu uso intensivo, fazendo com que logo os fertilizantes e defensivos agrícolas se tornassem necessários, impactando de forma a degradar cada vez mais o meio ambiente. Da mesma forma, o número de integrantes das unidades familiares mantém o crescimento demográfico, fazendo com que os impactos socioambientais sejam percebidos no território catarinense, já na segunda metade do século XX.

2.2 O POVOAMENTO DO TERRITÓRIO CATARINENSE E AS PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DE INTERAÇÃO

O contexto histórico de ocupação da região Oeste Catarinense remonta milhares de anos com o povoamento por diferentes grupos indígenas, como os Kaingang, Xokleng e Guarani. O mapa geográfico da América Meridional, desenhado por Juan de la Cruz Cano e Olmedilla (1775), que figura como um dos mapas da América do Sul mais importantes impressos na Europa durante o século XVIII, apresenta os nomes “[...] de populações indígenas ‘Guñanas’ e ‘Biturunas’ desde o Campo Erê até os campos de Caçador e os indígenas ‘Tapes’ entre os rios Macaco Branco e das Antas na margem direita do rio Uruguai” (D’ANGELIS, 2006, p. 274). Conforme o autor, Guñanas se referem aos grupos Kaingang, Biturunas aos Xokleng e Tapes refere-se aos Guarani.

A historiografia registra que até o final do século XVII, o interior da região Sul do Brasil era um território praticamente desconhecido, habitado por índios e exploradores que cruzavam o país em busca de riquezas naturais. Nesse período, o estado de Santa Catarina era parte dos territórios espanhóis, determinado pelo Tratado de Tordesilhas²¹ (1494), assim como o estado do Rio Grande do Sul, onde se erguiam as missões jesuíticas. Mantendo constante disputa pelos territórios ainda pouco explorados, e antecipando-se aos espanhóis, os portugueses com a intenção

²¹ O Tratado de Tordesilhas, assinado o dia 7 de Junho de 1494, estabelecia a distribuição das terras descobertas pelo explorador Cristóvão Colombo, distribuindo-as entre Espanha e Portugal. Em 13 de janeiro de 1750 foi instituído um novo acordo, o Tratado de Madrid, com a demarcação dos limites e jurisdições das colônias espanhola e portuguesa, que procurou a implantação de regras para a distribuição equitativa das colônias. Um novo acordo seria celebrado entre Portugal e a Espanha em 1761, com o Tratado de El Pardo, que anulava os limites formulados no Tratado de Madrid, sob pressão da comunidade jesuíta expulsa do território paraguaio e os contrabandistas da zona do Rio da Prata, mas, estes fundamentos acabaram prevalecendo e foram retomados posteriormente no Tratado de Santo Ildefonso, em 1777.

de interiorizar ainda mais sua presença no Sul do país criam a Capitania de Santa Catarina. Kaiser (2014, p. 12) aponta que “em decorrência de terem interiorizado sua presença no território, os portugueses conseguiram deslocar a linha imaginária de Tordesilhas consideravelmente para oeste”.

Dessa forma, no decorrer dos séculos XVIII e XIX vários povoados já haviam sido estabelecidos, com intensos conflitos com os grupos indígenas, formando caminhos das tropas entre os povoados e províncias, entre eles o Caminho Real do Viamão e o Caminho das Missões ou de Palmas. O Caminho Real do Viamão, formado por volta de 1733, partia de Viamão “[...] e seguia a rota dos campos de Vacaria, Lages, Mafra, Lapa, Ponta Grossa, Itararé e Sorocaba” (RADIN, 2015, p. 149).

Conforme D’Angelis (2006, p. 279), em 1808, Dom João VI, Príncipe Regente ordena a conquista e colonização dos campos de Guarapuava. Dessa forma, em 1810 o Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal chega aos campos de Guarapuava, submetendo parte dos grupos Kaingang encontrados, lançando “[...] a base da ocupação dos Campos de Guarapuava e de Palmas [...]”.

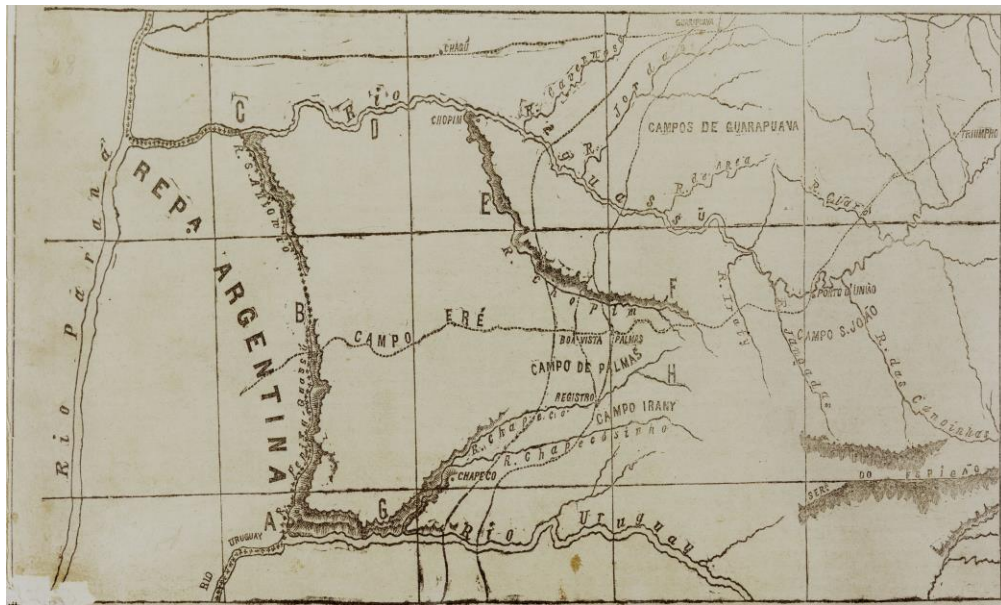
Após a independência do Brasil, o governo julgava necessário enfatizar a colonização das províncias meridionais que estavam sujeitas aos ataques de argentinos e de índios. Ao analisar que “espécie de gente” seria ideal para colonizar as matas, compreende-se que, “o novo tipo de colono deveria ser tanto um soldado como um agricultor, para poder tanto defender a sua terra quanto cultivá-la” (WAIBEL, 1949, p. 166), de forma que encontram esse tipo ideal em colonos da Europa, que após a imigração para o Brasil, estabelecem colônias nos pontos de passagem dos caminhos de tropas.

Em 1839 alguns moradores de Guarapuava, liderados por Joaquim Ferreira dos Santos organizam uma bandeira de forma a explorar terras mais ao Sul, chegando até os Campos de Palmas, que passaram a pertencer à Comarca de Guarapuava²². Pedro de Siqueira Cortes não sendo aceito para integrar a comitiva de Joaquim Ferreira dos Santos, organizou uma outra bandeira, de forma que as duas bandeiras disputaram territórios, até tomarem posse de determinadas extensões de terras (SANTOS, 2005).

²² Santos (2005, p. 62) indica que quando foi publicada oficialmente a descoberta dos Campos de Palmas, somente em 1851, a notícia inseriu os Campos na comarca de Curitiba. Já na ata da inauguração da Vila, consta que Palmas pertencia à comarca de Guarapuava.

Em 1855, pela Lei n. 22, da Assembleia Legislativa da Província do Paraná foi criada a Freguesia de Palmas²³, tendo seus limites da “[...] Província do Paraná com a de São Pedro do Rio Grande do Sul, ou seja, o rio Uruguai; a oeste, ia até os limites (então indefinidos) com a Argentina [...]” (D’ANGELIS, 2006, p. 284). A Figura 5 apresenta o reconhecimento geográfico da região dos Campos de Guarapuava e de Palmas, em 1881.

Figura 5 – Carta dos Campos de Guarapuava e Palmas (1881)



Fonte: Adaptado de Biblioteca Nacional Digital.

A chegada da “bandeira” àquela região implica na sua conquista, pois “conquistar não é um verbo intransitivo. Quem conquista terras, conquista-as de alguém. E de quem era esse chão que a bandeira conquistou? Era dos índios, principalmente, dos Kaingangos” (RENK, 1999, p. 06). A conquista ocorre dividindo os índios entre si e jogando-os uns contra os outros, de forma a reinar sobre eles, incorporando-os ao processo de expansão de forma subalterna ou expulsando-os para outras regiões.

Santos (2005, p. 65) fazendo referência ao Boletim Histórico e Geográfico Paranaense descreve as características da Freguesia de Palmas, menos de duas décadas após a entrada das bandeiras:

²³ D’Angelis (2006, p. 338) aponta que as freguesias eram unidades administrativas do Império, concordata entre Igreja Católica e Governo Imperial, com o registro de terrenos e direitos de posse nos livros da igreja, correspondendo ao que atualmente são os Cartórios de Imóveis.

A capella [sic] de Palmas fica a 30 léguas de Guarapuava e a 80 léguas de Curitiba. É a ultima povoação regular da Província, sua maioria é de criadores de gado que vivem em extensos campos. Tem o districto [sic] 3 estensissimos [sic] quarteirões, os 2 primeiros com mais de 20 léguas de extensão cada um e um terceiro com uma extensão de 10 léguas. Nestes 3 quarteirões habitam 734 indivíduos dos quaes [sic] são homens 447 e 287 mulheres. Não passam de 21 annos [sic] 411, de 40 annos [sic] 263 e excedem desta idade [sic] 80. São solteiros 529, casados 186 e viúvos 19. São brancos 354, mulatos e pardos 220 e pretos 160 incluindo neste numero 158 escravos. Tem o districto [sic] uma capella [sic] coberta de telha e de paredes de taboas que é regida por um capellão [sic]. Tem 3 casas de negócios, 44 sítios de lavoura e 38 fazendas de criar, que produzem muito gado e é o gênero de negócio que se empregam seus habitantes.

Dados de Renk (2006a, p. 34) indicam que a região dos Campos de Palmas foi administrada pelo Paraná de 1854 até 1917, “[...] seja como capela curada de Guarapuava até 1855, ou como freguesia e vila de palmas”. Sobre a atuação da Paróquia da Freguesia de Palmas, Brandão (1985, p. 36) indica que em 1903, os missionários franciscanos assumiram a paróquia, sendo que:

[...] as atuais divisas entre o estado do Paraná e Santa Catarina ainda não estavam definidas, por este motivo, a paróquia de Chapecó, atual oeste catarinense, fazia parte da Paróquia da Freguesia de Palmas. Da mesma forma, as Dioceses do Brasil estavam em processo de criação. Somente em 1958, Chapecó foi “desmembrada” do domínio religioso de Palmas, constituindo uma Diocese própria. Primeiramente, os Campos se apresentaram como Paróquia. Pertenciam à Diocese de São Paulo e eram administrados por um padre designado pelo bispo diocesano.

Ainda conforme Renk (2006a), o povoamento do interior do sul do país é estimulado com a atividade do criatório de animais e em seguida pelo tropeirismo. Renk (1999) indica que a “bandeira” que chega aos Campos de Palmas, tinha como objetivo conquistar aqueles campos para instalação de fazendas de criar, abrindo um novo caminho para o transporte das tropas de gado do Rio Grande do Sul a São Paulo. As “bandeiras” eram lideradas por proprietários de terras e de gado, que moravam em casas simples, com a família, seus escravos e ainda com os ajudantes livres, os chamados peões.

Saindo dos domínios compreendidos pelas divisas de uma fazenda com outra, no meio de uma vasta extensão de floresta, solitariamente envolvidas pela mata e pelas distâncias, habitavam algumas famílias que se diferenciavam dos fazendeiros, por possuírem apenas uma roça de subsistência, e que se distinguiam daqueles que habitavam o “centro” da Vila, porque se distanciavam daquele espaço. Eram chamados de caboclos (SANTOS, 2005, p. 67).

O avanço das frentes de expansão pelo Brasil repercute em “rearranjos espaciais” dos espaços povoados por indígenas e nas suas relações tanto com outras tribos, quanto com os agentes “colonizadores”, em consequência “essas mudanças resultam em muitas perdas, não só do território, mas também de vidas e de elementos culturais” (MARTINS, 1997, p. 37). Esse processo evidencia o território como produto histórico de processos sociais e políticos, uma vez que a transformação territorial é fruto do que Little (2002) chama de processo de expansão das fronteiras.

Para Little (2002, p. 4) as transformações territoriais que o Brasil sofreu nos últimos séculos são parte do processo das fronteiras em expansão em que, “[...] a expansão de um grupo social, com sua própria conduta territorial, entra em choque com as territorialidades dos grupos que residem aí”. Nesta dinâmica, se constroem múltiplas formas de resistência e ao mesmo tempo “[...] processos de acomodação, apropriação, consentimento, influência mútua e mistura entre todas as partes envolvidas” (LITTLE, 2002, p. 5).

Nesse contexto da primeira metade do século XIX, com a expulsão e dominação dos grupos indígenas vão se desenvolvendo as frentes pastoris. Essas frentes deslocavam a um só tempo diferentes grupos, ricos e pobres, que tomavam como base o regime de sesmarias para ocupação da terra, pois “[...] o trabalho de fato gerava direito sobre bens produzidos e sobre a terra beneficiada ou melhor, sobre o benefício incorporado à terra [...]” (MARTINS, 1997, p. 44). Nessa concepção ocupar a terra e beneficiá-la são a base do direito fundiário, justificativa ainda usada para o direito à terra em algumas regiões do Brasil, como a Amazônia. Essas terras regidas pelas sesmarias ou terras do comum, eram destinadas muitas vezes a criação de animais dos tropeiros, a agricultura ou à coleta de produtos vegetais.

Conforme aponta Piazza (1994, p. 180), em 1840, haviam 37 fazendas de criação nos Campos de Palmas, chegando a 36 mil cabeças de gado²⁴ em 1956. Com base nesse crescimento, “[...] o Governo da Província de São Paulo, determinou a Francisco Ferreira da Rocha Loures, a abertura de uma picada para o Rio Grande do Sul”. Conforme se observa na Figura 6, a partir desse momento, a

²⁴ Santos (2005, p. 64), em sua dissertação de mestrado, descreve os mesmos dados se referindo ao ano de 1851, conforme Relatório da Revista de Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, disponível na Revista de Estudos Bandeirantes.

região dos Campos de Palmas ganha nova movimentação com a abertura do Caminho das Missões, que partia da região das Missões no Rio Grande do Sul, cortando os Rios Uruguai, Chapecó, Chopim e Iguaçu, passando por Guarapuava (fundada em 1852) e encontrando o Caminho de Viamão em Ponta Grossa (fundada em 1855) até alcançar Sorocaba.

Figura 6 – Principais rotas tropeiras do Planalto Meridional brasileiro



Fonte: Adaptado de Antonelli (2014).

Outro movimento importante na região é a abertura da estrada de Corrientes em 1865, que “[...] partia de Palmas, passando pelo Campo Erê, pretendendo alcançar a Argentina” (RENK, 2006a, p. 41). Em relação ao território de Campo Erê, Folador (1991, p. 11) indica dados sobre fazendas de gado, nos Campos do Erê, em meados do século XIX:

O capitão Domingos Nascimento, que por aí passou em 1903, dá como 1858 o ano da entrada dos primeiros moradores em Campo Erê, informando ainda que eles se denominavam Lara, Machado, Joaquim Afonso... Seriam originários de Palmas, não se excluindo fazendeiros de Guarapuava.

A partir de 1870, ocorre o declínio do caminho das tropas e processa-se a dispersão da família fazendeira com a fragmentação das grandes áreas de criação de gado. A ocupação dos campos é seguida da ocupação das matas, pelas populações caboclas (RENK, 2006a). A caracterização das frentes pastoris é bem

definida no momento da definição de limites entre os dois estados, com base nas demarcações já realizadas:

[...] ao longo e a oeste do vale do rio do Peixe, se encontram, além das concessões da 'Brazil Development & Colonization Co.', as fazendas devidamente mapeadas pela Comissão Demarcadora, das quais muitas foram objeto de legitimação de posse efetuada em função da Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850 Lei de Terras (PIAZZA, 1994, p. 180).

Ao se referir à ocupação humana, cabe destacar que ela não ocorre com a substituição de um grupo por outro, mas de forma não interposta, ou seja, com a convivência de grupos caçadores-coletores, indígenas, caboclos e descendentes de europeus em diferentes espaços, por vezes sem interação, em outras interagindo harmoniosamente, ou ainda com a dominação de um grupo sobre o outro. Ao se considerar as dinâmicas de ocupação do espaço, cabe ponderar que muitas vezes os dados considerados "oficiais" demarcam fatos e datas, mas não significa que esses sejam os únicos grupos, ou que o tempo determinado por eles seja único. Cada grupo estabelece formas e dinâmicas para se relacionar com o tempo e o espaço.

Para Massey (2012, p. 204-205), a conceitualização de "descobrimento" de outros povos e culturas, coloca os que foram "descobertos", como se estivessem esperando a chegada dos colonizadores, em que "[...] somente o colonizador é concebido como um agente ativo", privando o outro de uma trajetória própria, e conseqüentemente os grupos humanos, do desenvolvimento de forma simultânea no tempo e no espaço, com ou sem interação entre si. Nesse modo de conceber o espaço, outros lugares, povos e culturas aparecem somente como um fenômeno sobre a superfície, sem considerar que estes também estavam vivendo e produzindo. Com base nessa análise, a autora sugere repensar nossas imaginações implícitas de tempo e espaço, concebendo essas relações como um encontro de histórias, aceitando a coetaneidade do espaço, tempo e trajetórias simultaneamente em curso.

Nesse mesmo cenário, no final do século XIX, após a Guerra do Paraguai (1865-1870), emerge uma disputa no âmbito internacional pelo território denominado de Misiones ou Palmas entre Brasil e Argentina. Esse espaço geográfico era rico em

erva-mate e madeira, por isso cobiçado pelos dois países e ainda dividido pelas concessões de sesmarias²⁵:

Os 'Campos de Palmas' são a porção do território brasileiro confinante com a Argentina. Nesta área encontra-se a concessão de sesmarias a 22 de dezembro de 1725, de 'légua e meia', a Francisco Roiz Penteado e Mateus de Matos, no 'rio Fortaleza até o ribeirão Vorá', e, mais tarde ao Padre Antonio de Toledo Lara e suas irmãs, a 24 de maio de 1784, e que 'houverão [sic] por herança de seus pais', 'que principiam do dito Ribeirão (Fortaleza) e vão pelo do Salto até o Rio do Vorá', de quatro léguas e meia (PIAZZA, 1994, p. 180).

Para efetivar as divisas e defender os interesses nacionais, o imperador Dom Pedro II, por meio do Decreto n. 2.502/1859 cria as colônias militares Chapecó e Chopim, estabelecendo limites e induzindo o povoamento do sertão. Conforme Myskiw (2015, p. 66) as colônias militares caracterizadas como projeto de colonização empreendido pelos militares, visavam “[...] proteger o território fronteiriço contra possíveis invasões ou atividades exploratórias pelos argentinos [...] nos campos de Palmas, junto aos rios Chopim e Chapecó”, executando além desta tarefa a função de povoamento, que ocorre por meio da colonização, tanto com contingente nacional quanto estrangeiro.

Durante a defesa do caso da questão de Palmas, pelo lado brasileiro, um dos dados apresentados, conforme indica D'Angelis (2006, p. 310) referindo-se ao Recenseamento Geral do Brasil (1890), identificava na Comarca de Palmas, “[...] um total de 9.601 habitantes, dos quais 4.759 brancos, 2.074 índios, 2.099 mestiços e 669 pretos”. Destaca-se dos dados apresentados, o vasto território da Comarca de Palmas²⁶ e os grupos que a ocupavam, sendo em sua maioria pessoas que mantinham fazendas de criação de gado ou campos de extração de erva mate, além dos agrupamentos indígenas, que cada vez se dispersavam mais, frente à pressão dos fazendeiros em aumentar suas terras.

²⁵ De acordo com Renk (2006a) a ocupação dos campos de Palmas ocorre entre a extinção das concessões de sesmarias e a lei de terras (lei que dispõe sobre terras devolutas no Império, a partir de 1850).

²⁶ Conforme Santos (2012, p. 61), citando Barão do Rio Branco, Memorial de arbitro na questão das Missões, Vol. II, 218, “os comissários portugueses e espanhóis, que em 1759, procederam a demarcação da fronteira encontraram em vários pontos da região de Palmas sinais evidentes da dominação brasileira no citado século”.

As pesquisas de Folador (1991) indicam que de acordo com depoimento de moradores locais, Renato Torres, filho do padre Saporitti²⁷ contava que “[...] os primeiros “moradores civilizados”²⁸ de Campo Erê teriam sido Francisco de Araújo Pimpão e Jango Ferreira Siqueira, aqui chegados em 1830” (FOLADOR, 1991, p. 85). Em citação do mesmo autor, os documentos do capitão Domingos Nascimento indicam que a entrada dos primeiros moradores teria ocorrido anos depois, em 1858. A existência de um antigo cemitério em Campo Erê, com cruzeiros que indicam o falecimento de moradores entre os anos de 1902 e 1952, também são dados que reforçam o povoamento do território entre meados do século XIX e início do século XX, sem uma data precisa para tal.

A obra de Folador (1991) trás outra contribuição importantes nesse sentido, com a descrição de dados de um manuscrito de 1924, de autoria de Manuel Bento, Antonio Rocha Loures e Francisco Lopes Filho, que apresenta localidades que existiam na época e uma relação de nomes de contribuintes. As localidades indicadas são Faxinal, Pesqueiro, Três Voltas, Macacos, São Lourenço e Saudades, com sobrenomes de famílias que ainda residem pela região e inclusive algumas poderiam ter relação com pessoas entrevistadas nesta pesquisa, como Padilha, Santos, Pereira, Antunes, Cordeiro, Oliveira.

Piazza (1994, p. 180) apresenta que “[...] no Campo Erê, integrante dos chamados Campos de Palmas, em 1850, existiam já cinco ‘fazendas de criação’ de brasileiros e que foram registradas na Coletoria de Palmas [...]”. Entre as “frentes pastoris” que ocuparam o Oeste Catarinense e aparecem no texto do mesmo autor, como sendo mapeadas pela Comissão de Demarcação, são detalhadas 39 fazendas, sendo outras sete identificadas na Comarca de Palmas, fora do mapeamento da comissão.

Entre as fazendas constam a “Saudades”, de Elias Ferreira Pacheco, que requereu a legitimação da posse em 1893, obtendo-a em 1897, “Feliciano”, de

²⁷ Aquiles Saporitti Vacca, conhecido apenas como Padre Saporitti, era italiano e foi padre da Paróquia de Palmas de 1878 até 1903, ano em que a Paróquia é entregue aos cuidados dos freis franciscanos. Estabeleceu-se na Fazenda São Vicente, à margem esquerda do rio Capetinga (entre Campo Erê e Palma Sola), onde teria mulher, filhos e algumas fazendas, abandonando a prática religiosa ou conduzindo-a com certo “desleixo”, dedicando-se mais às suas atividades na própria fazenda, que ao “trato” dos fiéis. Próximo ao local que seria a antiga Fazenda São Vicente, está localizado um antigo cemitério da região. Padre Saporitti morre entre 1908 e 1909, deixando um filho, Renato Torres, nascido em 1904 (FOLADOR, 1991; SANTOS, 2005).

²⁸ Com o uso do termo “moradores civilizados”, o autor possivelmente se refere ao povoamento não indígena.

Antonio Ferreira Pinto, que requereu a legitimação da posse em 1893, obtendo-a em 1898, “Saudadinha” de Pedro Ferreira Bello, que requereu a legitimação da posse em 1893, obtendo-a em 1901, “Boa Vista”, de Luiz Lustosa de Souza Menezes, que requereu a legitimação da posse em 1883, obtendo-a em 1894, “São Miguel” de Francisco de Assis Araújo Pimpão, que requereu a legitimação da posse em 1893, obtendo-a em 1898 e “Galvão”, de Sansão Antonio Carneiro, que requereu a legitimação da posse em 1893, obtendo-a em 1901²⁹.

Os nomes apresentados indicam não só a ocupação dos Campos de Palmas, nas proximidades do Rio Saudades como também nomes de antigos posseiros da região. No subcapítulo que aborda a Fazenda Saudades no espaço regional do Oeste Catarinense serão apresentados dados sobre essas antigas posses, a partir do momento em que inicia o processo de colonização pela Empresa Bertaso.

A questão de Palmas, envolvendo essa região, foi levada a foro internacional e resolvida somente em 1895, a favor do Brasil, com a intervenção do presidente americano Grover Cleveland, determinando que o Rio Peperi-Guaçu seria a fronteira entre os dois países. Até este momento não existiam estradas que ligassem o Oeste Catarinense aos centros mais populosos, mas apenas os caminhos de tropas. Exportava-se, então, gado e erva-mate, principalmente.

Em outra frente de contestação territorial, desde a criação da Província do Paraná em 1853, Santa Catarina disputava a posse dos 48 mil Km² entre os rios Iguaçu e Uruguai. Em 1904, o Supremo Tribunal Federal dá ganho de causa à Santa Catarina, decisão confirmada em 1909 e 1910, mas a Província do Paraná não acata a decisão. Neste cenário, a soma de inúmeros fatores como a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, a situação de descaso em que vivia a população com expropriação de suas terras e completo abandono pelas autoridades, unidos à tensão pela determinação das divisas, eclodem na Guerra do Contestado (1912-1916).

Com essas informações, percebe-se que a região que é tema desta pesquisa e nem sempre figura em destaque na historiografia, tanto regional quanto nacional,

²⁹ Merece destaque observar que, o ano que tem início os processos de legitimação dessas posses, se relaciona com o início da Revolução Federalista, que ocorre no Rio Grande do Sul entre 1893 e 1895. O conflito atingiu os três estados do Sul do país. Sendo assim, é possível pensar também que os pedidos de legitimação apresentados, que tiveram início no ano de 1893, possam estar relacionados a preocupação dos posseiros e proprietários de terras, com o avanço da revolta e consequente perda das posses. Observa-se ainda que, da entrada do pedido de posse e a efetiva conquista do título transcorrem alguns anos, o que demonstra a lentidão da tramitação burocrática, quiçá com interesses do Governo Republicano.

foi ponto de passagem de inúmeros conflitos e tensões. Mesmo não aparecendo indicativos concretos que apontem a região que mais tarde compreendeu a Fazenda Saudades, infere-se que os reflexos de todas as situações apresentadas tiveram impacto, principalmente no que tange a posse da terra, da distribuição por meio de sesmarias até a venda de lotes pela colonização.

Assim, sugere-se que a formação e povoamento “oficial”, do que hoje compreende-se como região Oeste Catarinense, se dá a partir de duas frentes de colonização³⁰. Uma primeira frente ocorrida no século XVIII, com as fazendas e povoados formados em torno dos caminhos das tropas e outra frente no final do século XIX e início do século XX, com a vinda de imigrantes europeus para o Sul do país, e posterior migração de seus descendentes para a região Oeste Catarinense, motivada pela atuação das companhias colonizadoras. Considera-se importante destacar aqui, que não se exclui o povoamento pelos grupos indígenas, no processo de povoamento da região em estudo, mas o que se procura evidenciar é o processo induzido de forma oficial, com caráter colonizador, sendo o povoamento indígena anterior a ele, de forma não induzida pelas esferas governamentais.

O processo de povoamento empreendido durante o início do século XX acontece motivado pela ideia de modernizar o Brasil, especialmente no que diz respeito às terras que passaram a pertencer a Santa Catarina pelo acordo de limites de 1916. Para Radin (2015), o sertão era vislumbrado como um espaço vazio, de forma que os habitantes, que não representavam o perfil “homem branco”, significavam um entrave nesse almejado processo de modernização. Os povos indígenas e sertanejos pouco se encaixavam, no projeto capitalista dada sua falta de instrução para o manejo agrícola, e o fato de cultivarem produtos para subsistência, sem gerar excedentes para movimentar a cadeia comercial. Assim, os colonizadores brancos, descendentes de italianos, alemães e poloneses representavam o potencial humano necessário para civilizar e fazer progredir o sertão.

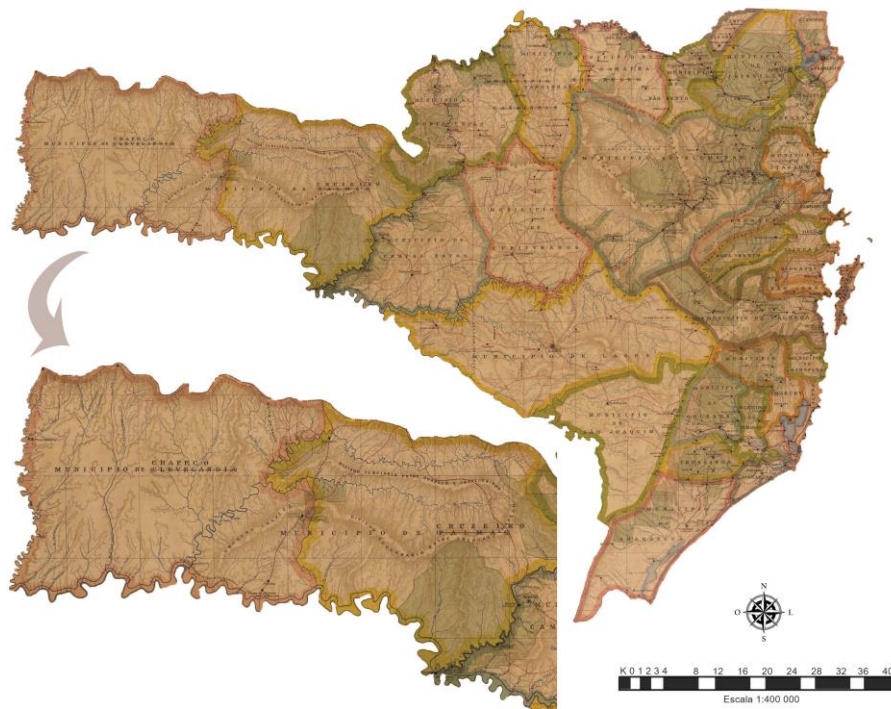
Com esses ideais modernizadores, no ano de 1917 foram criados os municípios de Chapecó, Cruzeiro (atual Joaçaba), Mafra e Porto União (RADIN, 2009). A criação oficial das cidades estimula o povoamento e o surgimento de infraestrutura, ocorre então o aumento da chegada de famílias, vindas

³⁰ Poli (2006, p. 73) por sua vez divide a história do povoamento regional do Oeste de Santa Catarina em três fases: fase de ocupação indígena, fase cabocla e fase da colonização.

principalmente do Estado do Rio Grande do Sul, com descendentes de europeus, pela ótica dos empresários ou das companhias colonizadoras.

Desde 1890 Chapecó foi distrito de Palmas, sendo integrado definitivamente a Santa Catarina pelos acordos de 1916. Conforme é possível observar na Figura 7, no ano de 1917, ainda se utilizava a denominação Município de Clevelândia, como referência, para indicar o território de Chapecó e Município de Palmas, para indicar Cruzeiro (atual Joaçaba). Situado em uma área de 14.793 km², conforme Vicenzi (2008, p. 42), o espaço era escassamente povoado, “na faixa limitada pelos rios Irani e Chapecó. Seu povoamento principal concentrava-se em Xanxerê e Passo Bormann”.

Figura 7 – Carta do Estado de Santa Catarina, 1917, com destaque para os municípios de Clevelândia e Cruzeiro



Fonte: Adaptado de Biblioteca Nacional Digital.

Com base na abordagem de Piazza (1994) e Nodari (2009), os dados apontam que na região Oeste Catarinense atuaram companhias colonizadoras com foco na venda de terras a colonos rio-grandenses e na exploração dos recursos naturais. As principais empresas privadas a atuar foram: Brazil Development & Colonization Company, Empresa Colonizadora Luce, Rosa e Cia, Empresa Colonizadora Ernesto F. Bertaso, Companhia Territorial Sul Brasil, Sociedade

Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia. (H. Hacker e Cia), Empresa Chapecó – Peperi Ltda, Volksverein für die deutschen Katholiken in Rio Grande do Sul, Barth, Beneti & Cia. Ltda. (Barth, Annoni & Cia Ltda.), Angelodi Cali, Irmãos e Cia, Nardi, Bizzo, Simon & Cia, Irmãos Lunardi, Empresa Povoadora e Pastoril Theodore Capelle e o Estado de Santa Catarina.

As famílias de colonos que eram trazidas para a região representavam não só o interesse das Companhias Colonizadoras na venda e povoamento do território, como representava uma das normas anexadas às concessões de terras fornecidas pelo governo de Santa Catarina. De acordo com Vicenzi (2008, p. 70) as concessões apresentavam regras, a exemplo do Regulamento n. 129, de 29 de outubro de 1900, referente à Concessão de Terras expedida pelo Palácio do Governo do Estado de Santa Catarina para a colonização, que no Artigo 47º, determinava que as terras alienadas pelo Estado deveriam ser “[...] cultivadas ou aproveitadas dentro de dois anos, contados da data do título definitivo, sob pena de serem levadas à hasta pública [...]”. Esta regra não se aplicava a todas as concessões, visto que novas regulamentações e adequações foram realizadas ao longo dos anos.

Partindo desse contexto, o território compreendido como Fazenda Saudades passa a ser denominado nos registros de compra e venda de terras, conforme indicam documentos e fontes bibliográficas sobre a região. Esse processo denota que o povoamento do território catarinense e as perspectivas históricas de interação, inserem a região Oeste, em uma intensa rede de trocas socioculturais, como será abordado nos próximos capítulos.

3 REDESENHANDO TERRITÓRIOS: O PROCESSO COLONIZATÓRIO E A FAZENDA SAUDADES

Este capítulo apresenta reflexões sobre o processo colonizatório na microrregião de Chapecó, mais especificamente os dados relativos à antiga Fazenda Saudades, seus limites territoriais e o processo de colonização, tendo como referência a atuação da Empresa Colonizadora Bertaso e subcolonizadores. Durante o processo de pesquisa, mapas de Santa Catarina de diferentes períodos históricos, juntamente com mapas de concessões de terras, escrituras e fontes bibliográficas, somados aos depoimentos apresentaram os limites da Fazenda, bem como as interações neste cenário, que serão abordadas no próximo capítulo.

3.1 A COLONIZAÇÃO NA FRONTEIRA SUL DO BRASIL

Na transição do século XIX para o XX, surgiram muitos debates e opiniões sobre a questão da ocupação da terra e qual seria o potencial econômico do Brasil. Prevalcem os debates que compreendem o Brasil como um território de “vocação agrícola” e com base nessa voca o, a na o deveria integrar-se ao projeto de expansão capitalista. Para empreender tal tarefa, era necessário potencial humano condizente, com instru o para o manejo agrícola e principalmente que oferecesse condi oes de explorar a produ o comercialmente, movimentando a economia.

Em rela o ao povoamento da fronteira sul do Brasil considerada sertão, as autoridades brasileiras não vislumbravam nos povos indígenas, caboclos e sertanejos o contingente populacional capaz de empreender a tarefa de moderniza o do país e desenvolvimento econômico a partir da agricultura. De acordo com Radin (2009) o sertanejo ou caboclo, mesmo quando visto como o legítimo brasileiro, não era considerado ideal para a ocupa o do território e progresso da região, representando inclusive um empecilho, tanto internamente quanto em rela o a política externa que inseria o Brasil no cenário mundial.

A crença no positivismo, evolucionismo e darwinismo social serviam como embasamento científico para justificar a necessidade de povos num estágio mais avançado, por meio da imigra o de colonizadores brancos, descendentes de europeus, que fariam progredir o sertão. Conforme salienta Radin (2015, p. 148) “na perspectiva do darwinismo social, a ‘raça inferior’ seria absorvida pela ‘raça

superior', o que poderia ocorrer pelo avanço da colonização". Nessa perspectiva, a base da sociedade brasileira formada por povos indígenas, caboclos, sertanejos e negros, na visão dos governantes e intelectuais não era o ideal esperado para desenvolver a nação, levando-os a defender o branqueamento da população.

Com base neste cenário, significativo número de imigrantes europeus chega ao Brasil, em meados do século XIX, tratando-se especialmente de italianos, alemães e poloneses "[...] tentando fazer da imigração um instrumento de 'civilização', isto é, de branqueamento" (RENK, 2006a, p. 63). Segundo Radin (2015) o processo de colonização da fronteira sul do Brasil foi evidenciado pela participação de descendentes de imigrantes europeus instalados principalmente em áreas, que atualmente identificamos como antigas colônias, ou conforme Vicenzi (2008) "núcleos coloniais pioneiros - Colônias Velhas", no estado do Rio Grande do Sul. Os imigrantes são assentados em áreas de povoamento incipiente no estado gaúcho que, com o rápido crescimento das famílias, geralmente com muitos filhos, logo tem a necessidade de mais terras para sobrevivências de seus descendentes.

Com o crescimento demográfico, o esgotamento do solo e carência de terras para cultivo, os descendentes de imigrantes das antigas colônias migram "[...] à procura de terras virgens e férteis para formar novos núcleos – Colônias Novas" (VICENZI, 2008, p. 16), deslocando-se principalmente para o Noroeste gaúcho. A característica das famílias nesse período era marcada pela grande quantidade de filhos, que muitas vezes permaneciam residindo com os pais após o matrimônio. Devido a essa condição Vicenzi (2008, p. 16) aponta que "[...] grande parte da terceira geração colonial não encontrou terras disponíveis no estado que acolhera seus avós e seus pais", sendo forçados a migrar, acompanhando a expansão colonial agrícola em direção ao sertão catarinense.

Dados como estes ficam evidentes nas entrevistas realizadas durante o processo de pesquisa. Conforme relato de Líbera C., natural de Casca, no Rio Grande do Sul, a família mudou-se para Colônia Cella em 1937, "porque lá tinha o *nôno*, estava velho e o meu pai era o último, e ficar lá não dava mais pra viver, então ele pensou de vim aqui em Santa Catarina [...] comprou uma colônia".

Enquanto no século XIX a ocupação das terras ocorreu de forma desordenada nas regiões do sertão sul do país, com o advento do século XX, a propriedade rural passa a ter valor capital, e ser considerada como um bem (patrimônio), sendo foco de especulação, de forma que ter acesso a ela não

significava somente trabalho e sustento, mas acúmulo de capital, com a finalidade de desenvolvimento econômico e social. Partindo de uma visão subjetiva da campesinidade, Woortmann (1990, p. 15) sugere que a ordem social, principalmente no Sul do Brasil, é marcada por um caráter mais holista, no qual “[...] a terra não é mercadoria, e sim, patrimônio da família (mais precisamente da Casa-Tronco) [...]”.

Por esse viés o homem é prisioneiro da terra-patrimônio, pois é por meio dela que constitui e expressa o valor-família, não só obtendo o sustento, mas também sobrevivendo pela produção para o mercado, que “não significa, necessariamente, modernidade no plano do valor”, mas garantia de sua integridade na subsistência da família, honra do patrimônio e manutenção da ordem moral a que está sujeito. Assim, a relação com a natureza passa a ser uma relação moral, em que “[...] a terra, mais que coisa, é patrimônio, isto é, pessoa moral” (WOORTMANN, 1990, p. 62), transformada pelo trabalho em patrimônio da família.

O valor do homem está no trabalho com a terra, o que lhe confere status e reconhecimento perante os demais. Contudo, a relação com a terra se apresenta de formas distintas para os grupos que povoaram o Oeste Catarinense³¹. Os caboclos, em sua maioria, veem a terra como um meio de sustento, sem limitação pela propriedade, enquanto bem adquirido, conforme expressa Sebastião P., morador da comunidade de Santana da Bela Vista, município de São Lourenço do Oeste, aos 98 anos de idade:

SP: [...] de primeiro nós plantávamos na terra [...] ninguém fazia conta [...] plantar em terra assim *de verde* ninguém se importava [...] vou fazer tal roça assim em tal lugar, ia lá roçava, derrubava se era madeira [...] e plantava e não acontecia nada. Agora não pode fazer isso aí. Agora não tem jeito.

DF: Então nessa época que o senhor fala não tinha preocupação em ser dono da terra?

SP: Não, não. Não tinha mesmo. É verdade, não tinha.

Renk (2006b) em uma análise das percepções dos caboclos indica que no período anterior à colonização, a terra “[...] sempre foi apresentada como abundante e sem concorrência [...] não era vista como mercadoria, nem como patrimônio moral análogo ao dos colonos de origem”, uma vez que tudo pertencia ao Estado e aos seus habitantes, sendo a forma mais costumeira de apropriação a posse. Conforme

³¹ Woortmann (1990, p. 13) destaca que nem todos os pequenos produtores são camponeses ou partilham igualmente da ética que ele examina em suas pesquisas, preferindo o uso do termo campesinidade “[...] entendida como uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos”.

indica Poli (2006, p. 164) quando surge a regulamentação pela Lei de Terras, “a propriedade de terra era difícil de ser conseguida, principalmente pelos entraves burocráticos. Poucos tinham condições culturais para o conhecimento dessa estrutura”.

No depoimento de Luís S., descendente de italianos, quarto filho de uma família de dez irmãos, o mesmo relata que o pai ficou sabendo da venda de terras em Santa Catarina e veio conhecer a região a convite do Sr. Augusto Piccoli³², em 1950. Conforme descreve, residiam em São Luiz de Castro, na região de Garibaldi/RS e resolvem mudar-se para Santa Catarina, “[...] porque a família ficou grande, a terra era pouca, aí o pai e todos os irmãos dele também procuraram”. A fala expressa como o pai, provedor do patrimônio na família tradicional, procura melhores condições de vida para seus descendentes, indicando relação com a terra enquanto patrimônio, diferente da percepção dos caboclos.

Nos padrões de herança camponesa, era necessário garantir que toda a unidade familiar se beneficiasse do patrimônio da Casa-Tronco. Em muitos casos, o pai de família se colocava na condição de prover esse patrimônio aos filhos. Em outras situações, os filhos deveriam buscar melhores condições após contraírem o matrimônio, e assim iniciar uma nova unidade familiar. Não raro, as famílias tradicionais consideravam como obrigação a concessão de terras somente aos filhos homens, sendo que as filhas mulheres recebiam como herança um “dote”, geralmente bens de menor valor, como itens para a casa, roupas, entre outros, ou ainda pequenas porções de terra, como foi o caso da família de José C.:

O falecido avô, pai do pai e meus tios, ele era um da Itália. Veio (para o) Rio Grande (RS) lá de certo casou. E daí ele comprou, depois da família, ele comprou trinta e seis colônias ali no trevo [...] Colônia Cella (SC). E tinha seis filhos, deu trinta e seis colônias pros filhos, e as filhas deu a parte fora.

³² Augusto Piccoli era filho do casal Cesar Piccoli e Maria Rotta. Nasceu em 10/02/1910, na região de Caxias do Sul/RS e faleceu em 26/09/1976, no município de Formosa do Sul/SC. No ano de 1928 casou-se com Elza Corso, nascida em 27/07/1911 e falecida em 26/12/2000. Elza era filha dos imigrantes italianos Giacobbe Corso (nascido em 25/02/1869) e Mariana Corso (nascida em 15/06/1870). O casal Augusto e Elza Piccoli tiveram cinco filhos: Jandir, Lenira, Nilse, Valcir e Tancredo (ACERVO FAMÍLIA PICCOLI). De acordo com depoimento de familiares e dados complementares obtidos no Acervo da Colonizadora Bertaso, disponível no CEOM, em 1954 o casal muda-se para a região de Chapecó/SC no atual município de Formosa do Sul, onde Augusto passa a atuar como agente de colonização, sendo Procurador da antiga Fazenda Saudades, nas terras de posse da família Corso, no que compreende os municípios de Formosa do Sul e Santiago do Sul atualmente.

Situações envolvendo a migração e a distribuição de herança aos descendentes foram muito comuns na primeira metade do século XX, pois com o esgotamento das terras no Rio Grande do Sul, a expansão colonial agrícola se desloca para novas fronteiras. Com base em Hannerz (1997) essa expansão pode ser caracterizada como um fluxo migratório, que segundo o autor é um traço das sociedades do século XX, que envolve fluxos de capital, trabalho, mercadorias, informações e imagens. Assim a noção de fluxo pode ser utilizada “referindo-se ao deslocamento de uma coisa no tempo de um lugar para outro, uma redistribuição territorial”, além de um deslocamento “essencialmente temporal” (HANNERZ, 1997, on-line).

Esses fluxos migratórios são compreendidos aqui como parte do movimento de modernização do Estado-nação, de forma que um grupo conduz o outro no movimento de expansão, buscando acompanhar os processos de consolidação do Estado nacional e povoamento efetivo de todos os espaços. Povos tradicionais como as sociedades indígenas, sertanejos e caboclos são pressionados por esses fluxos de expansão, que se intensificam em direção ao Oeste ao longo do século XX. Movidos pelos interesses econômicos e por uma figura central nesse processo, que é o pequeno agricultor, no Sul do país representado especialmente pela figura dos descendentes de europeus, migram com base na crença positiva de ser agricultor, almejando tirar seu sustento da terra (seu patrimônio) e permanecer nela através de gerações, pelos seus descendentes.

A partir desse movimento de expansão, um dos estímulos para o povoamento do Oeste e Meio Oeste catarinense se consolida com a construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, sob direção da Brazil Railway Company, cujo trecho catarinense foi construído entre 1908 e 1910, ao longo do Vale do rio do Peixe³³. Como contrapartida pela construção da ferrovia, a Brazil Railway Company recebeu a garantia dos juros pelo capital investido e a concessão para explorar as terras às margens da rodovia. O governo brasileiro cedeu de forma gratuita, inicialmente “[...] as terras devolutas numa faixa de 30 quilômetros de cada lado da ferrovia” (HEINSFELD³⁴ apud NODARI, 2009, p. 26). Posteriormente o contrato de concessão

³³ As obras da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande (EFSPRG), entre Porto União da Vitória (PR) e Marcelino Ramos (RS), chamada de linha Sul, já haviam iniciado em 1906, mas a construção só ganha fôlego com a venda da EFSPRG para a Brazil Railway Company (VALENTINI, 2000).

³⁴ HEINSFELD, Adelar. **A questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da colonização alemã no baixo vale do Rio do Peixe**. Joaçaba: Unoesc, 1996.

de terras devolutas foi reduzido e os representantes da empresa estrangeira “[...] promoviam o desalojamento, à força, dos posseiros que se encontravam na faixa de 15 quilômetros de cada lado da ferrovia [...] atitude que gerava sérios conflitos de ordem social” (NODARI, 2009, p. 27).

A Brazil Railway Company é uma das empresas do americano Percival Farquhar (1864 – 1953) que desenvolveu diversas atividades no Brasil, incluindo além da Brazil Railway Company, criada em 1906, outras 38 empresas subsidiárias, entre elas a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, a Southern Brazil Lumber & Colonization Company e a Brazil Development & Colonization Company.

A Brazil Railway Company foi construída no ano de 1906 para gerir e para administrar um sistema de estradas de ferro na República do Brasil, juntamente com uma porção de outros negócios subsidiários, que muito contribuem para o geral desenvolvimento da empresa. Esta descrição da Brazil Railway Company realizada ainda na primeira década do século XX por Reginald Lloyd já indicava as proporções do império que começava a ser construído [...] (VALENTINI, 2015, p. 79).

A Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande passa a fazer parte da Brazil Railway Company “[...] com a aquisição de seus títulos emitidos em 1906 e adquiridos de Roxo Roiz” (VALENTINI, 2015, p. 99). Já a Southern Brazil Lumber & Colonization Company teve autorização concedida para o desenvolvimento de atividades no Brasil, por meio do Decreto n. 7.426/1909, com foco no processo de industrialização da madeira e colonização na região do Vale do Rio do Peixe. A Brazil Development & Colonization Company foi estabelecida com sede em Portland, nos Estados Unidos e teve sua autorização para funcionar no Brasil, por meio do Decreto n. 9.442/1912, tendo como foco “[...] a imigração em larga escala, visando especialmente a elementos europeus para se instalarem nas terras das concessões adquiridas do Governo brasileiro” (VALENTINI, 2015, p. 113).

A apropriação às margens da ferrovia ao longo do Vale do Rio do Peixe e a colonização foram realizados pela subsidiária da Brazil Railway Company, a Brazil Development & Colonization Company. Piazza (1994) aponta que, por um lado, os posseiros que ocupavam o território eram expropriados pela Companhia e por outro se anunciava na imprensa da região as vantagens para quem ali quisesse se estabelecer adquirindo terras.

Renk (2006a) referindo-se aos estudos de Wachowicz (1984) indica que ao longo do trecho da ferrovia já haviam títulos expedidos, não sendo possível o

cumprimento de toda concessão, de forma que o Governo do Paraná resolve, “titular aos norte-americanos de preferência as glebas de terras que provavelmente passariam para a administração catarinense” (WACHOWICZ³⁵ apud RENK, 2006a, p. 47), sendo tituladas várias glebas a Brazil Railway Company, no Oeste Catarinense entre 1911 e 1913, já que ao longo da ferrovia, alguns trechos tinham títulos expedidos do período das sesmarias.

Nesse sentido, os contratos entre o poder estatal e a empresa de colonização estrangeira demonstram interesses em comum, tendo em vista o favorecimento, que para além das concessões, pode ser analisado também no “[...] pagamento em terras devolutas pela construção de estradas” (SILVA, 1983, p. 43). A partir desses dados, é possível sugerir que a concessão Rio Saudade, tenha sido obtida pela Brazil Development & Colonization Company, como pagamento pela construção de estradas ou em substituição de áreas de terras já tituladas ao longo da ferrovia, estando a questão permeada pelo intenso jogo de interesses entre políticos e empresários.

A cópia de um título de transmissão de Imóvel encontrado no Acervo da Colonizadora Bertaso³⁶, disponível no CEOM reforça essa hipótese. O documento indica que o Governo do Estado do Paraná “em pagamento de compensação devida”, repassa a Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, uma área de 1.506.907.000 m² em Chapecó. O título de transmissão indica que a concessão estadual tem como data do despacho 11 de fevereiro de 1908, sendo a transmissão do Imóvel efetivada oficialmente em 31 de agosto de 1917.

De acordo com Poli (2006, p. 169) após ter sido solucionada a questão da divisa com o Estado do Paraná, o Governador de Santa Catarina Felipe Schmidt, emite “[...] uma ordem para que as concessões feitas pelo Estado do Paraná fossem confirmadas e registradas no prazo de dois anos”, ao mesmo tempo em que emite ordem para concessões a empresas. Conforme Piazza (1983) citado por Poli (2006) a ordem é expedida pela Lei n. 1.181, de 04 de outubro de 1917, determinando que a partir de 1º de janeiro de 1918, as terras expedidas pelo governo do Paraná, deveriam ser registradas na Diretoria de Terras da Secretaria Geral, incluindo nos

³⁵ WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste:** ocupação e colonização. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1984.

³⁶ CEOM. Caixa 7 – Pasta 08. Acervo da Colonizadora Bertaso.

requerimentos o título, planta, memorial e demais documentos necessários, ficando as custas por qualquer verificação necessária sob responsabilidade do requerente.

Dessa forma, a concessão feita pelo Governo do Estado do Paraná em 1917, à empresa norte-americana é revalidada pelo Governo Catarinense. Conforme certidão disponível no Acervo da Colonizadora Bertaso³⁷, o Estado de Santa Catarina transmite, ou seja, revalida, à Brazil Development & Colonization Company área de terras “no lugar Rio Saudades, 2ª gleba no distrito de Campo Erê, neste Município com a área superficial de novecentos e treze milhões, seiscentos e trinta e quatro mil oitocentos e quatro metros quadrados (913.634.804 m²)”. Esta concessão estaria entre as terras repassadas a Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, pelo Governo do Paraná, em 1917, fazendo parte da área de 1.506.907.000 m² anteriormente citada.

A regularização de posses antigas permite que o governo estadual faça concessões às colonizadoras, que se configuram como as principais beneficiárias da legislação implementada, uma vez que “[...] era necessário um grande nível cultural para poder cumprir a exigência da regularização do registro” (POLI, 2006, p. 170), fator limitante à grande maioria dos habitantes da antiga região Contestada, sem instrução suficiente para tal feito e carente de qualquer apoio estatal.

No transcurso de alterações e complementações na legislação, em 1922 a Brazil Development & Colonization Company, com as concessões validadas, é obrigada pelas regras contratuais a colonizar as terras, contrato este que sofre alterações em 1924. Para efetivamente colonizar o território a empresa estrangeira repassa, as concessões a empresas privadas, conforme apresenta o Quadro 1.

Quadro 1 - Concessões da Brazil Development & Colonization Company

Concessão	Área	Empresa	Data
Rio Engano	1.073.582.648 m ²	Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia	22 de fevereiro de 1924
Rancho Grande	325.702.000 m ²	Empresa Povoadora e Pastoril Theodore Capelle	23 de fevereiro de 1924
Peperi-Guaçu	2.737.035.472 m ²	Empresa Peperi-Chapecó	19 de abril de 1924
Xapecó	540.622.762 m ²	Não foi atribuída a colonizador	26 de novembro de 1924
Capetinga	174.889.653 m ²	Nicolau Bley Netto e José Luiz Maia	11 de fevereiro de 1926
Rio Saudade	913.634.804 m ²	Ernesto Francisco Bertaso e Manoel Passos Maia	11 de fevereiro de 1926

Fonte: Adaptado de Piazza (1994, p. 216-217).

³⁷ CEOM. Caixa 7 – Pasta 08. Acervo da Colonizadora Bertaso.

As concessões de terras apresentam extensões variadas, devido principalmente às condições geográficas, sendo hidrografia e relevo elementos determinantes nesse sentido. Sobre as concessões, é possível observar ainda que demonstravam o interesse governamental no povoamento do território do Oeste e Meio-Oeste Catarinense, sem para tanto empreender recursos para tal tarefa e permitindo assim que a colonização de caráter privado ocorresse. De acordo com Radin (2009, p. 23) colonização “[...] significa todo processo efetivado pela atuação das companhias colonizadoras, da divisão das terras em pequenos lotes agrícolas à ocupação pelos colonos migrantes [...]”, processo este que começa a ser desenvolvido no Oeste e Meio-Oeste Catarinense, a partir de concessões, como as acima apresentadas.

Neste cenário, as empresas de colonização surgem como solução para o atendimento da demanda, rumo ao povoamento e desenvolvimento econômico da fronteira catarinense, favorecendo a especulação empresarial e a conseqüente produção de desigualdades sociais, que em muitas localidades tem reflexos na contemporaneidade. Vastas extensões de terras são distribuídas a um seleto grupo de empresários, com afinidades políticas em um pequeno círculo de contatos políticos e comerciais, “[...] permitindo o estabelecimento de grandes porções de terras nas mãos de poucos particulares” (SILVA, 1983, p. 55).

Renk (2006a) destaca que a colonização representa uma mudança relativamente acelerada, que podemos observar está marcada por duas importantes forças que permitem seu desenvolvimento. De um lado, os interesses do estado e das companhias colonizadoras, buscando a rentabilidade do que consideram empreendimento e de outro lado, a grande força que permite que o processo ocorra, os colonos migrantes, agricultores que migram com base na crença positiva de ser agricultor. Cabe destaque aqui à força do desejo dos migrantes em permanecer na condição de agricultores, como motriz no processo de colonização. Mesmo tendo as colonizadoras recursos, influência e capacidade de recrutamento em várias regiões é a gana do migrante agricultor que confere sentido a empreitada da colonização.

Para Gregory (2002, p. 28), “a colonização aconteceu com colonos e por causa deles. Eram eles, embora conduzidos e acompanhados, que realizaram, em última instância a tarefa de colonizar”. De acordo com o autor, colonizadores são os “[...] empreendedores privados ou funcionários da atividade pública [...] e colonos são os camponeses que adquirem lotes de terra agrícola para cultivá-la”. Ao adquirir

terras o colono é forçado ou mesmo deseja entrar no mundo mercantil, produzindo e ao mesmo tempo consumindo na dinâmica capitalista.

Considerando os dados apresentados, observa-se que as concessões e a compra de terras dinamizam além do povoamento do território, o desenvolvimento econômico e social da região, interesse do Estado, em estreita relação com as empresas privadas. Bresser-Pereira (2006, p. 17) analisa o desenvolvimento econômico como:

[...] um processo histórico deliberado de elevação dos padrões de vida que ocorre dentro de cada estado-nação. É o resultado de uma estratégia nacional que tem como líderes os governantes, como principais agentes os empresários e a burocracia do estado, e como forma de realização a acumulação de capital e a incorporação de conhecimento à produção.

Assim, esse fenômeno histórico com um modelo de desenvolvimento econômico pós-Revolução Industrial, caracterizado como um processo próprio do capitalismo está amparado na produtividade, acúmulo de capital e progresso técnico, o que “[...] implica mudanças nos três níveis ou instâncias de uma sociedade: estrutural, institucional ou cultural” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 9), que serão percebidas com maior ou menor intensidade pela população dos grandes centros e posteriormente pelas zonas mais afastadas, como a região Oeste Catarinense.

No campo da economia, diferentes narrativas surgiram para explicar a situação de atraso do Brasil em relação a outros países em estágios mais avançados, cenário que se evidencia principalmente nos territórios pouco modernizados, como é o caso da fronteira, a Oeste na região Sul do país. Em 1948, economistas como Celso Furtado integrando a CEPAL³⁸, acreditavam que o desenvolvimento econômico nos países latino-americanos aconteceria a partir da industrialização e da transposição do modelo agrário-exportador, sendo o Estado elemento central para o desenvolvimento econômico e a reforma agrária uma das principais propostas, ação que até hoje não foi plenamente adotada.

³⁸ A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi estabelecida em 1948, sendo uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção, reforçar as relações econômicas dos países entre si e com outras nações do mundo e promovendo o desenvolvimento social. Mais informações em: <https://www.cepal.org/pt-br/cepal-0>.

Nesse ponto reside um intenso debate, envolvendo o percurso histórico dos processos colonizatórios e o acesso à terra, fonte de recorrentes conflitos. Para Renk e Winckler (2017), a partir da intensificação do processo de colonização surgem conflitos interpostos consistindo “[...] no desalojamento de um campesinato para a substituição por outro” (RENK; WINCKLER, 2017, p. 315). Assim, com o fechamento da fronteira agrícola surgem conflitos internos e externos pelo direito à terra, com a mobilização de movimentos sociais, reivindicando “[...] as terras usurpadas no processo de colonização, o que sempre tem sido evento doloroso [...]” (RENK; WINCKLER, 2017, p. 317) e mais que isso direitos políticos e sociais.

3.2 A FAZENDA SAUDADES NO ESPAÇO REGIONAL DO OESTE CATARINENSE

Considerando a importância da representação histórica, para a memória da região e analisando que o território da Fazenda Saudades não foi pauta de estudos mais detalhados até o momento, o tema emerge pertinente, visto que são identificados poucos trabalhos que trazem considerações sobre a mesma.

Sobre as dinâmicas de distribuição de terras no Brasil, Renk (2006a, p. 45) destaca que grandes inovações são introduzidas com a Lei n. 601/1850 e o Decreto n. 1.318/1854, que a regulamenta, sendo que este último “[...] instruía, também, o registro de terras ocupadas ou obtidas por concessão”. Nesse sentido, a estrutura fundiária, ou seja, a forma de distribuição e acesso à terra, passa por um processo de legalização que levou vastas extensões das “fazendas de criar e terras lavradas”, dos antigos Campos de Palmas, a regularização por proprietários de terras e posseiros.

Conforme Renk (2006a) o registro de terras ocupadas ou obtidas por concessão deveria ser efetuado nas freguesias, com o registro pelos vigários em livro próprio. As terras registradas passariam por um processo de demarcação, que sugere-se aconteceria sem precisão topográfica, uma vez que profissionais como agrimensores, topógrafos e engenheiros, para tal feito ainda eram raros de ser encontrados no Brasil. Dessa forma, a extensão de terra a ser registrada, tinha como base a dimensão territorial apresentada pelo requerente da posse, abrindo brechas para processos de concentração fundiária³⁹.

³⁹ Nesse sentido, Motta (1998, p. 166-167) observa que “[...] o declarante devia apenas informar a extensão de sua terra, caso ela fosse conhecida [...] a obrigatoriedade de registrar a terra não

Se por um lado, antigos posseiros e proprietários de terras regularizavam suas posses, em outra frente atuavam as empresas privadas de colonização. No processo de colonização do Oeste Catarinense, parte das terras advém do registro de antigas posses e parte de concessões aos Estados, que por sua vez repassam as áreas de terras à companhias privadas de colonização, que adquirem glebas ou Fazendas com interesse de exploração do potencial econômico da região, seja pela venda da terra ou aproveitamento de suas riquezas naturais.

Nesse sentido, uma das empresas privadas de colonização mais significativas para este estudo é a Companhia Colonizadora Bertaso, que adquire significativas áreas de terras conforme apresenta no Quadro 2. A referida empresa atua no período de 1918 a 1923 com o nome Bertaso, Maia e Cia, tendo como proprietários Ernesto Francisco Bertaso, Manoel Passos Maia e Agilberto Atilio Maia, considerados “cidadãos influentes da região” de Guaporé e Passo Fundo/RS, influência que se estende com contatos em Santa Catarina. Em 1923 ocorre a dissolução da firma, ficando Ernesto Francisco Bertaso como único proprietário, passando a denominar-se Companhia Colonizadora Bertaso também conhecida como Empresa Colonizadora Ernesto F. Bertaso, até o ano de 1950 quando é extinta (VICENZI, 2008).

Quadro 2 – Fazendas adquiridas pela colonizadora Bertaso, Maia e Cia

Forma de aquisição	Área	Nome da Fazenda	Origem
Concessão	536.186.748 m ²	Chapecó	Governo Estadual/SC
Compra	509.234.879 m ²	Campina do Gregório	Herdeiros da Baronesa de Limeira/SP
Concessão	288.203.010 m ²	Rodeio Bonito	Governo Estadual/SC
Compra	108.900.000 m ²	Saudades	Brazil Development & Colonization Company

Fonte: Adaptada de Vicenzi (2008, p. 58-62).

As concessões apresentadas no Quadro 2 podem ser observadas na Figura 8, que indica a presença das companhias colonizadoras no Oeste e Meio Oeste Catarinense, e como a venda de terras nessa região se caracterizou pela atuação de diversas empresas. As concessões Chapecó, Campina do Gregório⁴⁰ e Rodeio

correspondia [...] a nenhuma prova a cerca da extensão da área ocupada e/ou a forma pela qual a terra foi adquirida (por posse, compra, doação, por sesmaria, etc)”.

⁴⁰ Dados de Piazza (1994, p. 186) indicam que José Raimundo Fortes seria o proprietário da Fazenda Campina do Gregório, tendo legitimado uma área de 1.671.900.000m² em 1892 e outra área com 863.785.500 m² em 1893. Entrevista de Pedro Alves Kilian, para o Inventário da cultura imaterial cabocla no oeste de Santa Catarina, produzido pelo CEOM (2008) indica que o título de terras era

Ao observar as cláusulas de concessões de terras tituladas pelo governo estadual, Vicenzi (2008, p. 71) indica que as mesmas “[...] deveriam ser colonizadas conforme regulamentação oficial até 1940”, o que se aplicaria a Fazenda Rodeio Bonito e a Fazenda Chapecó. De acordo com a autora, “as Fazendas Saudades e Campina do Gregório não estavam sujeitas às cláusulas de colonização realizadas pelo Estado, pois não foram adquiridas dele” (VICENZI, 2008, p.71). Renk (2006a, p. 50) indica que nas concessões de terras feitas à Brazil Development & Colonization Company, a mesma “[...] delegou a outras empresas colonizadoras os seus compromissos, pois havia uma cláusula contratual com o governo do estado comprometendo-se na colonização até 1932”, estando a Fazenda Saudades entre os compromissos da empresa norte-americana.

As pesquisas de Vicenzi (2008, p. 62) ao Acervo da Colonizadora Bertaso indicam os dados de um dos contratos de aquisição de terras da Brazil Development & Colonization Company, se referindo a área e aos limites territoriais da Fazenda:

[...] a empresa colonizadora Bertaso, Maia e Cia adquiriu a gleba rio Saudades, denominada Fazenda Saudades, por mil conto de reis, da Brazil Development and Colonization Company (Companhia da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande). Localizada no município de Chapecó, a área possui 108.900.000 m² (10.890 ha). Seus limites eram, ao norte, uma linha reta que ia do rio Três Voltas até o rio Saudades; a leste, do rio Saudades até a linha Seca, que fazia divisa com as propriedades de Bertaso, Maia & Cia; ao sul, com Bertaso, Maia & Cia, Colonizadora Oeste Catarinense e o rio Três Voltas; e, a oeste, com o rio Três Voltas.

Outra escritura encontrada nas pesquisas, que se refere a concessão com área de 913.634.804 m², o detalhamento dos limites geográficos é mais completo, mas segue os mesmos pontos indicados por Vicenzi (2008) para se referir a área de 108.900.000 m². Conforme a escritura, disponível no Acervo da Colonizadora Bertaso, a Brazil Development & Colonization Company seria:

[...] possuidora a justo título da propriedade denominada ‘Rio Saudades’, situada no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, limitando-se ao Norte com a Linha divisória do Estado do Paraná com a Fazenda Jardim, pelos arroios Três Voltas e Sentinela; a Leste pela Estrada do Barracão, Clevelândia, Rio Felicidade ou Feliciano abaixo até uma linha seca por esta até encontrar o Rio Saudades, por este abaixo até encontrar a linha seca que faz divisa com a propriedade de Bertaso, Maia e Companhia e da Companhia Colonizadora Oeste Catarinense, até encontrar o Rio Três Voltas e finalmente a Oeste pelo rio Três Voltas acima até a barra do arroio dos Aluros, por este acima até sua cabeceira e desta por um caminho até encontrar a divisa Norte dos Estados do Paraná e Santa Catarina com a área de novecentos e um mil trezentos e sessenta e três hectares e quatro

mil e oitocentos e quatro metros quadrados ou trinta e sete mil e setecentos e cinquenta e três alqueires e cinco décimos de alqueire, propriedade adquirida por ela outorgante ao Estado de Santa Catarina, conforme medição oficialmente feita e aprovada e título de domínio perpétuo expedida pelo respectivo governo em onze de fevereiro de mil novecentos e vinte e seis (CEOM, CAIXA 7, PASTA 8).

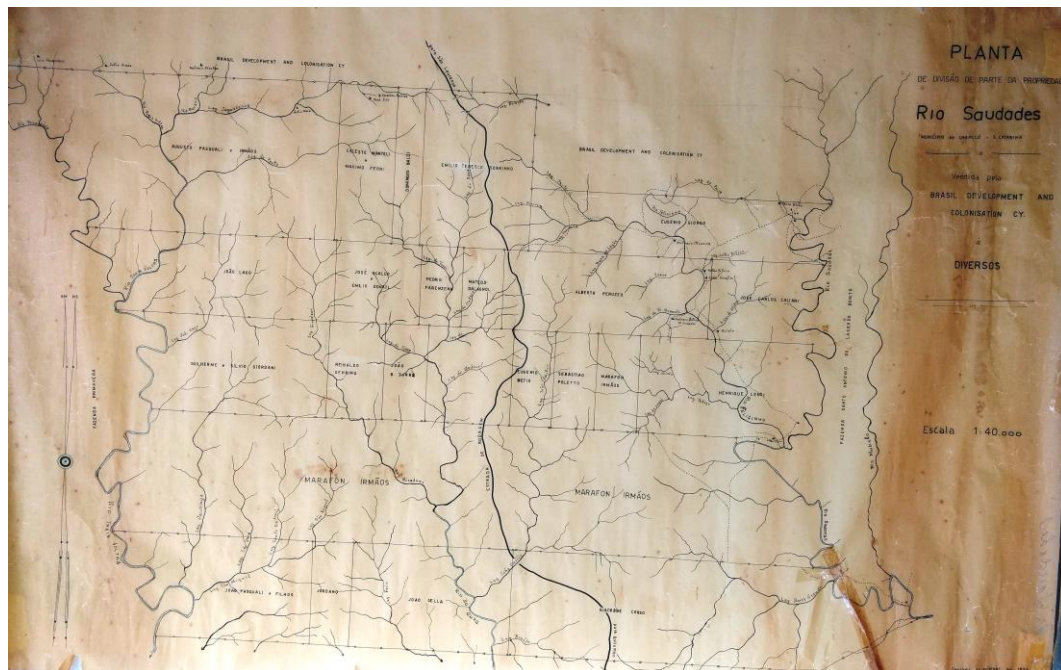
Utilizando os dados apresentados acima, é possível dividir espacialmente as terras da Fazenda Saudades, com base nos cursos dos rios Três Voltas e Rio Saudades. Cabe destacar que o curso do Rio Três Voltas, atualmente tem uma delimitação menor que a expressa em mapas de Santa Catarina da primeira metade do século XX. Fatores como estes são comuns na história da cartografia, dada a precariedade na demarcação e reconhecimento topográfico no início do século XX.

No que se refere ao Rio Saudades é importante frisar que este nome consta em dois pontos da Bacia do Chapecó (SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2015). Contudo, infere-se que a referência indicada nas concessões de terras seja ao Rio Saudades com nascente na divisa com o Estado do Paraná, pois este seria o território sob posse da Brazil Development & Colonization Company, ficando o outro rio denominado Saudades, no território que seria colonizado pela Companhia Territorial Sul Brasil.

Em relação aos mapas, cabe destacar ainda que no início do século XX, ainda havia desconhecimento por parte do Governo do Estado de Santa Catarina, de seus territórios na região Oeste, visto que muitas demarcações se davam sem precisão topográfica, mas simplesmente por indicação de rios, que vez ou outra tiveram seus nomes alterados ao longo do processo de colonização, até as definições atuais. Fatores como este se tornam, por vezes, armadilhas ao pesquisador, que seguindo pistas em sua investigação, se vê confuso com nomes e dados incompletos.

De forma a ilustrar parte do território da Fazenda Saudades, apresenta-se na Figura 9 o mapa referente a Planta de Divisão de parte da propriedade Rio Saudades, vendida pela Brazil Development & Colonisation CY à Diversos. Um nota no canto inferior direito indica que se trata de uma cópia reproduzida, a partir do mapa original, no ano de 1955.

Figura 9 - Planta da Fazenda Saudades, denominada como parte da propriedade Rio Saudades



Fonte: Acervo da Família Piccoli.

O mapa da Figura 9 apresenta informações importantes para compreender o processo colonizatório dessa região, como a indicação dos nomes de compradores de terras, que também constam no Livro⁴¹ Caixa das Terras escrituradas na Fazenda Saudades. Os contratos teriam sido feitos em 30 de outubro de 1927, mas existem registros de pagamento das terras da Fazenda Saudades em datas anteriores, uma vez que somente após efetuado o pagamento seria realizada a escritura pública. Dessa forma, observa-se que antes mesmo de finalizar a aquisição da concessão Rio Saudades ou Fazenda Saudades, junto a Brazil Development & Colonization Company, a empresa de Ernesto Bertaso e Manoel Passos Maia, já realizava termos de compromisso de compra e venda de terras, com pagamento em parcelas e escrituração na quitação dos pagamentos.

De acordo com a planta da Fazenda Saudades e as informações do Livro Caixa, os compradores de terras seriam: Giacobbe Corso⁴², João Cella⁴³, Giordano

⁴¹ CEOM/ACERVO DA COLONIZADORA BERTASO. Caixa 1, Páginas 192, 193 e 362.

⁴² De acordo com informações obtidas na certidão de casamento de Augusto Piccoli e Elza Corso, Giacobbe Corso foi um imigrante italiano, nascido em 25/02/1869. Supõe-se que após sua entrada no Brasil, na região de Caxias do Sul/RS, seu nome teria sido alterado para Jacob. Conforme dados do Livro Caixa das Terras escrituradas na Fazenda Saudades, adquire terras no que compreenderia atualmente os municípios de Formosa do Sul e Santiago do Sul. Nomeia como procurador das 225

Dall’Bianco, Albino Pasquali, Lourenço Pasquali, João Pasquali, do município de Guaporé/RS. Marafon Irmãos, Henrique Lenzi, José Carlos Calliari, Alberto Peruzzo, Achylles Gabriel, do município do Prata/RS. Eugenio Giongo, Emílio Tedesco Sobrinho, Domingos Baldi, Celeste Manteli e Maximo Ferri, Augusto Pasquali e Irmãos⁴⁴, do município de Bento Gonçalves/RS. Matteo Dall’Agnol, Pedro Farenzena, José Scalco, Emílio Donati, João Baptista Turra, Reinaldo Gehring, João Lago, Guilherme e Sylvio Giordani, do município de Alfredo Chaves/RS. No Mapa aparece ainda o nome de Eugenio Betio.

Nas proximidades dos rios são apresentados outros nomes, que provavelmente indicam antigos moradores com terras já tituladas ou pequenos posseiros, sendo eles Juca Moreira⁴⁵, Velho Chico, Alípio, Antonio Bilico, João Serafim, Velho Bilico, Americo Oliveira, Pedro Bleia, Zacarias Ferreira, José Luz, Julio Maia, Antonio Nicolau, Julio Nunes, Luíz Vacariano.

Correspondência⁴⁶ trocada entre o engenheiro Wandick Ribeiro Guimarães, Diretor da Superintendência do Acervo da Brazil Railway Company e Empresas Dependentes e o Sr. Ernesto F. Bertaso indica que Bertaso teria solicitado a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional providências em relação aos “intrusos” na Fazenda Saudades. Os intrusos indicados seriam posseiros, que alegavam ter terras anteriormente tituladas na área “Saudades”. Wandick informa a Bertaso que o engenheiro/topógrafo Evencio Elias⁴⁷ faria a medição da área, sugerindo que fossem providenciados os documentos de comprovação dos legítimos direitos dos posseiros, plantas, título ou escrituras, não só para servirem de orientação ao engenheiro encarregado da medição, como também para verificação, por parte do Departamento.

colônias de sua posse o genro Augusto Piccoli, dividindo-as em 1932 da seguinte forma: Augusto Piccoli – 20 colônias, Valentin Cofezewski – 20 colônias, Henrique Zolet – 30 colônias, Affonso Deitos – 35 colônias, Angela Corso – 20 colônias, Luis Corso – 25 colônias, Mario Corso – 25 colônias, João Corso – 25 colônias, Giacobbe Corso – 25 colônias.

⁴³ Conforme informações obtidas em entrevista com familiares, João (Giovanni) Cella, imigrante italiano, casado com Ângela Mercedes Rosalém Cella, na região de Guaporé/RS. Adquiriu 36 colônias de terras em Colônia Cella/SC no ano de 1922 e anos depois 100 colônias na Fazenda Saudades, em Vila Formosa (município de Formosa do Sul/SC). As 100 colônias são distribuídas em 1932 entre os filhos: Luis, Victorio, André, Alessio, Jacinto e Antonio Cella. Entre 1940 e 1950 João Cella migra para Colônia Cella, onde falece (C., JOSÉ, 2018).

⁴⁴ Augusto Pasquali e Irmãos receberam 200 colônias na Fazenda Saudades em caráter de comissão de 10% sobre 2000 colônias que auxiliaram na venda.

⁴⁵ Juca Moreira é citado na entrevista realizada com Luiz S. e Genuíno S., como um caboclo com terras tituladas na região de Barra Grande, atual município de Santiago do Sul.

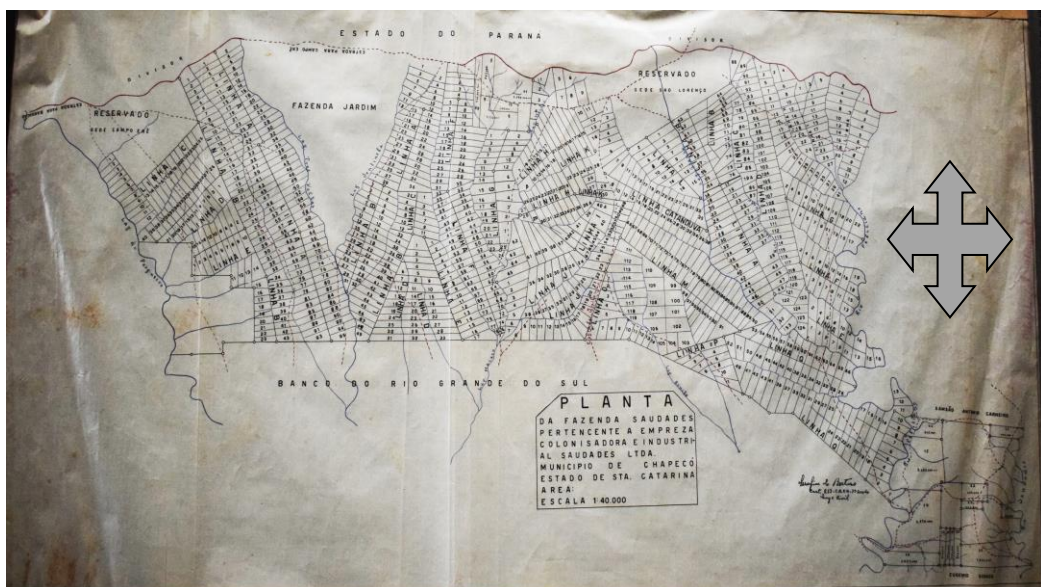
⁴⁶ CEOM. Caixa 3, Pasta 0913. Acervo da Colonizadora Bertaso.

⁴⁷ Também indicado com o nome Evencio Ely.

Conforme constam nos documentos pesquisados no referido acervo, parte das terras da Fazenda Saudades já estaria titulada, totalizando 128.819.677 m², sob posse de Elias Ferreira Pacheco, uma área de 22.027.440 m², titulada em 1897, Feliciano Ferreira Pinto, uma área de 22.017.400 m², titulada em 1898, Pedro Ferreira Bello, uma área de 16.238.827 m², titulada em 1901, Luiz Lustoza de Souza Menezes, uma área de 24.415.050 m², titulada em 1884, Francisco Araujo Pimpão, uma área de 22.087.195 m², titulada em 1898 e Sansão Antonio Carneiro, uma área de 22.033.765 m², titulada em 1901.

A área em que estariam situadas estas propriedades⁴⁸, corresponderia ao território dos municípios de Coronel Martins, Galvão e Jupiá atualmente, áreas que não constam na Planta da Fazenda Saudades pertencente a Empresa Colonizadora e Industrial Saudades Ltda, conforme é possível observar na seta indicada na Figura 10, uma vez que estariam em processo de regularização em 1941, ano da correspondência entre Wandick e Bertaso. Exceção para a propriedade de Sansão Antonio Carneiro, a única que consta no mapa.

Figura 10 – Mapa da Fazenda Saudades pertencente a Empresa Colonizadora e Industrial Saudades Ltda



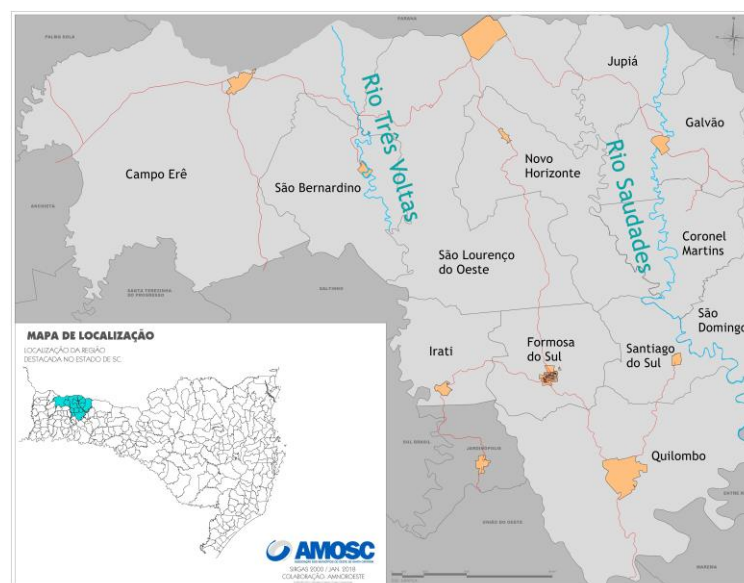
Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó.

⁴⁸ Motta (1998, p. 169) observa que “se viéssemos a plotar os registros de terras em algumas regiões isso não seria possível, pois os dados não se complementaríamos”, uma vez que não havia obrigatoriedade testemunhal ou documental de comprovar a extensão de sua terra, mesmo as medições estando previstas no Capítulo II, do Decreto n. 1.318/1854 que regulamenta a execução da Lei de Terras.

De forma a complementar as informações pesquisadas e com base no recurso do Sistema de Referência Geodésico para as Américas (SIRGAS), foi elaborado um mapa para ilustrar dados sobre os limites territoriais da área em estudo, considerando a composição atual dos municípios. As instruções reguladoras das normas técnicas da cartografia nacional, por meio de sistemas como o SIRGAS 2000⁴⁹, utilizado neste estudo, constituem-se em meios que possibilitam a análise da espacialidade, “[...] ao mesmo tempo que refletem a nova relevância dado ao espaço e também atuam e reforçam a sua constituição” (REBELATTO; FREITAS, 2012, p. 05), contribuindo para pensar em novas formas de fazer e transmitir história.

De acordo com os dados dos mapas, escrituras de terras, e as indicações de Vicenzi (2008) e Piazza (1994) foi elaborado um mapa com os limites aproximados da concessão Rio Saudades, dentro da qual estaria a Fazenda Saudades, englobando doze municípios, que teriam parcela de seus territórios atuais, na respectiva Fazenda. A Figura 11 apresenta o mapa elaborado pela Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC), com a colaboração da Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense (AMNOROESTE), tendo como base o curso do Rio Três Voltas e o Rio Saudades.

Figura 11 - Mapa dos doze municípios entre o curso dos rios Três Voltas e Saudades



Fonte: AMOSC/AMNOROESTE (2018). Desenho: Veridiane Felippi Chiela. Edição da autora.

⁴⁹ Desde 2015, o SIRGAS 2000 (Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas) é o sistema geodésico de referência oficialmente adotado no Brasil. Mais informações em <https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geodesia/pmrg/faq.shtm>.

Além da compreensão espacial do território em estudo, outro ponto que merece destaque são as características adotadas pelas empresas colonizadoras para o sucesso de seus empreendimentos. De forma a facilitar a colonização das terras, as empresas criavam novas colonizadoras ou passavam a tarefa a subcolonizadores, seja pela venda das terras ou mercantilização por meio de representantes. Essa hipótese é reforçada pela presença de mapas de terras da Empresa Colonizadora Industrial Saudades Ltda que, conforme indicativos foi criada pela Empresa Colonizadora Bertaso para efetivar a colonização em parte do território da Fazenda Saudades e tinha sede no município de São Lourenço do Oeste.

Em entrevista a Rádio Doze de Maio, de São Lourenço do Oeste, Cairú Hack relata a trajetória de seu avô Guilherme Hack⁵⁰, natural de Passo Fundo/RS, que na década de 1940 toma conhecimento sobre o interesse de empresários de Chapecó em conseguir sócios para a Empresa Colonizadora Industrial Saudades Ltda, que realizaria a venda das terras mais ao norte na Fazenda Saudades.

Os sócios até ali, todos compravam um lote de 35 cotas. O meu avô (Guilherme Hack) e o João Beux Sobrinho não tinham o dinheiro para comprar 35 cotas cada um e a sociedade vendo que eram dois homens dispostos a virem pra região da colonizadora, abriram uma exceção e a soma das cotas do seu Guilherme com o seu João Beux é que deu 35. [...] dos 21 sócios que constituíram esta Colonizadora Saudades, somente dois vieram para a colonização. Então o meu avô Guilherme veio, o cargo que ele foi indicado na época era de Gerente do mato, porque a empresa era administrada por estes outros sócios que estavam em Chapecó, [...] Eles compraram na primeira compra 1200 colônias, que se estendiam do Rio Feliciano a Campo Erê, 1200 colônias. Compraram do Banco do Rio Grande do Sul e posteriormente foram anexadas a estas 1200 colônias mais 500 colônias que compreendem hoje a região da Farroupilha, Belvedere, Santa Inês aquela região toda lá (RÁDIO DOZE DE MAIO, 1995).

As informações referentes a compra das 1200 colônias do Banco do Rio Grande do Sul (Barrisul), são reforçadas em Vicenzi (2008) que apresenta dados referentes à aquisição de terras da Companhia Colonizadora Bertaso, na Fazenda Saudades, pelo Barrisul, no ano de 1943 durante o governo Getúlio Vargas. Em ofício o Barrisul exige a retirada de “[...] intrusos⁵¹ das terras compradas” (VICENZI,

⁵⁰ Guilherme Hack foi gerente da Empresa Colonizadora e Industrial Saudades Ltda entre 1950 e 1952.

⁵¹ Os “intrusos” aos quais se refere o ofício seriam antigos posseiros, em geral caboclos.

2008, p. 65), ficando as providências e custos judiciais a cargo da Colonizadora Bertaso. Atualmente o território indicado faz parte do município de São Lourenço do Oeste.

O contrato de constituição da Empresa Colonizadora e Industrial Saudades Ltda, conforme dados apresentados por Cairú Hack na entrevista, descreve 21 sócios fundadores:

[...] o engenheiro Serafim Enoss Bertaso, o médico Jaime Bertaso, o Sr. Paulo Pasquali, o Sr. Ermínio Ticiani, o Sr. João Ticiani, o Sr. Luis Colombi, o Sr. Marcos Arlindo Trombeta, Guilherme Ticiani, Dante Antonio Mottin, José Posser, Luis Marioti, Guilherme Sartori, Angelo Sartori, Agostinho Domingos Stefanelo, David Stefanelo, Olímpio Anacleto Stefanelo, Guilherme Leopoldo Pedro Hack, João Beux Sobrinho, Luis Menegatti, Edite Aida Mendes, Aquiles Tomazelli. São estes os nomes que constam do contrato social que nós temos em mãos aqui, que iria colonizar a região de Campo Erê, de São Lourenço do Oeste no velho município de Chapecó.

Com base nesses dados é possível constatar que o empreendimento da Empresa Colonizadora Industrial Saudades Ltda, surge motivado pela Empresa de Ernesto Bertaso, que já comercializava áreas de terra na região, como as Fazendas Chapecó, Campina do Gregório e Rodeio Bonito. A Fazenda Saudades devido a distância de Chapecó e as dificuldades de vias de acesso trafegáveis tornou necessária a criação de uma nova empresa para o comércio de terras.

Enquanto parte das terras da Fazenda Saudades, na divisa com a Fazenda Chapecó, atual município de Quilombo, foram comercializadas diretamente pela Empresa de Ernesto Bertaso, as terras mais ao Norte se tornaram parte do empreendimento da Colonizadora Industrial Saudades. Outros vendedores de terras e subcolonizadores identificados durante as pesquisas a atuar nesse território foram Fortunato Marafon⁵², Augusto Picolli, Guerino Somavilla⁵³ e Reinaldo Scheid⁵⁴.

⁵² Conforme informações obtidas em entrevista com familiares, Fortunato Antonio Marafon (07/02/1906 – 18/01/1980), iniciou o trabalho como agente de colonização em Nova Bassano/RS, por meio da Firma Marafon Irmãos, formada com os irmãos Luiz, André e Vitório. Fortunato mudou-se para São Domingos, em 1943, comercializando terras nos municípios de Formosa do Sul, São Domingos e Santiago do Sul (C., DULCE, 2018).

⁵³ Guerino Somavilla (20/09/1903 – 15/11/1990), natural de Nova Araçá/RS, atuou comercializando terras em Santa Catarina pela Mosele, Eberle e Ghillardí, na região do Vale do Rio do Peixe. Em 1926 mudou-se para Nova Bassano/RS, e continuou atuando na compra e venda de terras, para famílias do Rio Grande do Sul se instalarem em Concórdia, Chapecó, São Miguel do Oeste, Descanso, Maravilha, além de locais nas proximidades de Nova Bassano. Em 1960 mudou-se para Nova Prata/RS, onde foi prefeito (Gestão 1960/1963 – Gestão 1969/1973). Em 1986 mudou-se novamente para Nova Bassano, onde faleceu (DILDA; BERQUÓ, 1988).

⁵⁴ Representante da Empresa Colonizadora e Industrial Saudades Ltda, em São Lourenço do Oeste (RÁDIO DOZE DE MAIO, JOSÉ JANCZESKI, 1995/1996).

Nesse sentido, observa-se que reunindo diversos investidores as glebas de terras, oriundas de concessões passavam pelo processo de comercialização direta e indireta por diferentes agentes de colonização. A partir da venda e da demarcação, as fazendas foram assumindo “[...] gradativamente novas delimitações geográficas, com divisas diversas às originais” (VICENZI, 2006, p. 306). Com estas informações, supõe-se que na divisão territorial atual, os municípios que estariam relacionados aos limites da Fazenda Saudades, possivelmente ampliaram seus territórios para além das terras da antiga Fazenda, sugerindo-se ainda que houveram negociações entre companhias colonizadoras na comercialização de terras.

No censo demográfico do estado de Santa Catarina em 1920, são citados 34 municípios, entre os quais Chapecó figura com os seguintes distritos: Xanxerê, Faxinal dos Guedes, Caxambu, Chapecó Grande, Passo Bormann, Campo Erê e Dionísio Cerqueira, totalizando 11.315 pessoas entre alfabetizados e não alfabetizados (IBGE, 1920, p. 388). Nessa época, o território da Fazenda Saudades figura no distrito de Campo Erê, o que é possível supor com base nos registros de terras dos moradores da região, a exemplo de um título de compra e venda, no município de Formosa do Sul, em que a área é descrita como sendo situada na “Fazenda Saudades, no distrito de Campo Erê”⁵⁵.

Outras escrituras e contratos de compra e venda de terras encontradas durante a pesquisa, apresentam a descrição de alguns territórios dessa região com a nomenclatura Fazenda Saudades, ora pertencendo a Campo Erê, ora pertencendo a Quilombo. Nos relatos dos entrevistados, algumas pessoas desconhecem a identificação da região com este nome, enquanto outras fazem menção a mesma. No depoimento de Glória Cella, que mudou para Formosa do Sul em 1953, ela relata “[...] agora é Formosa, mas primeiro era Saudade” (MUSEU FORMOSA DO SUL, 2012). Em outro depoimento Maria P., que mudou para a região por volta de 1942, indica que “[...] tem a Saudade Velha e a Saudadinha. Na Saudade Velha nós moramos acho que uns dois, três anos [...] Saudadinha é que vai pra São Domingos e Saudade Velha de Galvão pra baixo”.

⁵⁵ Cópia de Título de Compra e Venda de terras. Transmittente: Luiz Cella. Adquirente: Giocondo José Cella. Data: 20/05/1957. Descrição da área: “Uma área de terras de cultura e Mattos, situada na Fazenda Saudades, no **distrito de Campo Erê**, neste município, com área de 80.435 m², sem benfeitorias, confrontando: ao NORTE com terras de Antonio Cella, ao SUL com terras de Tereza Angela Cella, ao LESTE com o quadro reservado para o Povoado Cella, ao OESTE com o rio Ouro” (ACERVO FORMOSA DO SUL).

Conforme dados do mapa apresentado por Piazza (1994, p. 181), indicando as Fazendas existentes nos campos de Palmas em 1916, às margens do Rio Saudades consta a indicação das Fazendas Saudades e Saudadinha, no que hoje compreenderiam as proximidades dos municípios de Galvão e São Domingos. Esse território ficaria próximo a concessão repassada pela Brazil Development & Colonization Company a Ernesto Francisco Bertaso, de forma que supomos que estes territórios, dada sua proximidade geográfica, foram reunidos pela colonizadora em uma única Fazenda, com a nomenclatura “Saudades”.

Em pesquisa ao Acervo da Colonizadora Bertaso⁵⁶, foram encontradas informações que apresentam dados sobre a colonização da Fazenda Saudades, na correspondência remetida pela Firma Marafon e Irmãos, de Nova Bassano, para Ernesto Francisco Bertaso, em 17/05/1939. Na carta consta:

Tendo chegado ao nosso conhecimento, por intermédio do Senhor João Lage, de que a prefeitura está cobrando imposto mesmo das glebas maiores, e mesmo as não habitadas, e como até esta data não pagamos imposto algum na dita repartição, resolvemos telegrafar-vos a fim de solicitar o favor de mandardes ver na dita repartição, a quanto monta nosso débito, inclusive este exercício, bem como indicar-nos uma pessoa, e localidade bancária a fim de podermos remeter a importância correspondente [...]. Também solicitamos por nosso telegrama, que informá-se-nos se está sendo mantida a taxa territorial, em dobro dos exercícios passados achamo-la um tanto elevada, pois não tendo vias de comunicação alguma, torna-se quase que impossível a colonização das terras em apreço [...]. O senhor João da Lage falou-nos de que o compadre estaria disposto talvez, em organizar uma empresa para venda de terras na Saudade, isto naturalmente que também dependeria de organização e entendimentos [...].

Na carta, a Firma Marafon fala sobre a organização da venda de terras da Fazenda Saudades e da intenção de Ernesto Francisco Bertaso em “organizar uma empresa” para realizar a venda. Conforme Vicenzi (2008, p. 63) a Firma Marafon e Irmãos, “[...] representada por Luiz Marafon, adquiriu 500 colônias de 10 alqueires (24,2 ha) cada uma na Fazenda Saudades, por 300 contos de réis, ou seja, 600 mil-réis por cada colônia”. Com essas informações, estando parte das terras da Fazenda Saudades sob posse da Firma Marafon e Irmãos e outra parte com a Colonizadora Ernesto Francisco Bertaso, as empresas poderiam estar entrando em acordo sobre a criação de uma subcolonizadora para comercialização das terras.

Outro dado apresentado na correspondência remetida pela Firma Marafon e Irmãos a Ernesto Francisco Bertaso, denota a preocupação com o aumento dos

⁵⁶ CEOM. Correspondências. Acervo da Colonizadora Bertaso.

impostos cobrados pelas Prefeituras, e o imposto cobrado mesmo sob as glebas não habitadas. Isso demonstra que o incentivo à ocupação das terras no Oeste Catarinense, em sua fase inicial, além do baixo custo das terras, não indicava cobrança de impostos. A partir do momento em que inicia a cobrança, possivelmente aumenta o custo das terras para os colonos que desejavam comprar, bem como diminuem as vantagens oferecidas, com juros e prazo de pagamento.

A Firma Marafon Irmãos, formada pelos irmãos: André, Luiz, Vítório e Fortunato, ficava situada em Nova Bassano/RS, estando a matriz localizada na Linha Silva Jardim e a Filial na Sede, ambas no 2º distrito do município do Prata/RS. Entre os negócios da Firma estavam “Fazendas, miudezas, ferragens, louças, secos e molhados, etc” (CEOM/ACERVO DA COLONIZADORA BERTASO Caixa 3. Pasta 0913). A família possuía um pequeno abatedouro de suínos na Linha Silva Jardim, que teria sido transferido para Chapecó, sob administração de André Marafon, por volta de 1950, sem comprovação do ano exato em que teria ocorrido a mudança. No modelo de telegrama utilizado pela Firma está indicado “Aurora” como o endereço para correspondência e a marca registrada da Firma é representada pelo desenho do nascer do sol.

Em 1956 o Frigorífico Marafon (Frigorífico Indústria e Comércio Marafon Ltda), que mais tarde veio se transformar no complexo que hoje compõe a Aurora Alimentos, estava instalado em Chapecó:

[...] em 1972, o Frigorífico Marafon foi adquirido, iniciaram as reformas e compraram equipamentos e caminhões. No dia 18 de outubro de 1973 foi inaugurado o Frigorífico da Cooperativa Central Oeste Catarinense Aurora (FRICOOPER) (SUINOCULTURA INDUSTRIAL, 2013, on-line).

A Firma Marafon Irmãos é dissolvida no ano de 1944, sendo as terras adquiridas na Fazenda Saudades divididas em quatro glebas, entre os irmãos. No Acervo da Colonizadora Bertaso, memorandos trocados entre Luiz Marafon e Ernesto F. Bertaso indicam que Luiz era compadre de Bertaso, situação comum na época, em que relações de compadrio se estendiam para os negócios.

As relações de compadrio assim como a criação de subcolonizadoras ou a contratação de pessoas para venda de terras era comum naquele período, principalmente devido a distância entre a sede das empresas, que ficavam no Rio Grande do Sul e a localização das Fazendas em Santa Catarina. Em uma conversa

informal, com o Sr. Euzébio Stuani, que atuou como topógrafo na Colonizadora Bertaso, o mesmo informa que na região de São Lourenço do Oeste, a regularização de escrituras e venda de lotes era intermediada pelo Sr. José Janczeski⁵⁷, devido a distância de Chapecó, onde ficava o escritório da colonizadora. A dificuldade de locomoção e mesmo de comunicação faziam necessárias estratégias que viabilizassem uma melhor administração, “terceirizando” serviços ou buscando novas sociedades.

Com essas informações é possível observar que a Colonizadora Bertaso, e as subcolonizadoras que surgiram posteriormente, realizavam a venda de terras, com intermediários tanto no Rio Grande do Sul quanto em Santa Catarina. Em muitos relatos, os vendedores que atuavam no Rio Grande do Sul são citados como velhos conhecidos das famílias, inclusive vizinhos, que haviam sido contratados justamente nos territórios do noroeste gaúcho, em que as famílias enfrentavam dificuldades de subsistência. A venda de terras, mesmo sem conhecimento do espaço *in loco*, quando intermediada por uma pessoa conhecida, um “propagandista” (RENK, 2006a, p. 69) transmitia maior segurança para realização do negócio, o que não raras vezes, atraiu grandes grupos de famílias e membros de uma mesma comunidade para residir nas terras em Santa Catarina.

Em Formosa do Sul, conforme relato de Ademírio C., as terras foram adquiridas pela sua família na década de 1950, através de mapa, por meio de um vendedor de confiança, vizinho da família em Nova Prata/RS, “nós compramos direto do (Fortunato) Marafon, né, isso lá no Rio Grande (RS). Foi comprado, pagado lá, nem sabia onde estavam as terras aqui [...] Outro vendedor aqui era o (Augusto) Picolli”.

Na entrevista com Luiz S. e Genuíno S., ambos relatam a “compra da terra na escura”, quando residiam no Rio Grande do Sul, em 1950, indicando que ao se mudarem, as terras da Colonizadora Bertaso, no atual município de Quilombo, faziam divisa com a antiga Fazenda Saudades, no atual município de Santiago do Sul:

GS: Lá em cima é Fazenda Bertaso (Quilombo), nós aqui (Santiago do Sul).

⁵⁷ José Janczeski (09/01/1936) é natural de Nova Prata/RS, onde atuou como professor entre 1953 e 1963. Em visita a familiares no município de São Lourenço do Oeste em 1963, recebeu o convite do representante da Empresa Colonizadora e Industrial Saudades Ltda, Sr. Reinaldo Scheid para atuar como representante de vendas. Em 1966, o Sr. José passa a atuar como cartorário no município.

LS: Era do Augusto.

DF: Qual era a colonizadora aqui?

LS: Do Augusto Picolli.

DF: E vocês tem lembrança de ter ouvido que a região aqui chamava de Fazenda Saudades?

LS: Antigamente sim, depois passou Barra Grande, depois passou Santiago do Sul.

Dulce C., filha de Fortunato Marafon, relata que o pai entrou nos negócios de colonização quando moravam em Nova Bassano/RS. O motivo da mudança para o município de São Domingos/SC em 1943 foi o de facilitar os negócios e consequentemente fiscalizar as grandes áreas de terras, passíveis de “invasão”:

DC: Meu pai veio residir nessa região, porque na época lá eles compraram [...] bastante terras, então ele fez questão de vir morar mais pra cá. Mais perto das terras dele. Que as terras dele começavam ali na Barra do Leão (Santiago do Sul) e iam até na Formosa lá pra aqueles lugares lá nos confins.

DF: E nessa época a senhora tem alguma lembrança da questão da posse da terra, acontecia das pessoas se apossarem da terra sem comprar?

DC: Aconteceram várias na terra do meu pai. Várias que até depois, não faz muitos anos, que entraram em usucapião [...] daí a gente não pode mais fazer nada. Porque estavam em cima há vários anos [...] Se apossaram e ficaram por lá.

Em entrevista a Luís R. e Rosalina R., que migraram para a comunidade de L^a Planalto/São Lourenço do Oeste, no ano de 1967, o casal relata dados importantes sobre a compra da terra e a presença de “intrusos”:

DF: Então o senhor vendeu a sua terra no Rio Grande e comprou desse seu tio aqui (SC). Como que era o nome desse tio, que o senhor tinha aqui?

LR: O Antônio Scaranto.

DF: E o senhor sabe de quem que ele comprou a terra?

LR: Ele comprou do Picolli.

DF: Do seu Augusto Picolli então provavelmente?

LR: Eu acho que é isso aí. O tio era lá de São Valentim, Rio Grande.

DF: E ele veio pra Santa Catarina em que época mais ou menos?

LR: Não ele não veio aqui [...] Ele tinha só a terra aqui e morava lá no Rio Grande. Então ele comprou essa terra assim e não veio morar. Então naquele tempo lá entrava os intrusos lá, colocava um ranchinho e...

RR: E se mandava embora eles não saiam.

Como apresentam os depoimentos, as terras seriam passíveis de invasão por “intrusos”, quando não estivessem sendo utilizadas pelos donos. Mesmo com a “limpeza da área”, pelas companhias colonizadoras era comum encontrar posseiros no território do Oeste Catarinense, dado o histórico de ocupação do sertão pelos

caboclos, que “[...] passou a ser vista como um intrusamento, isto é, uma ocupação ilegítima [...]” (RENK, 2006a, p. 120) a partir do processo de colonização.

Com esses dados, observam-se as dinâmicas de constituição da antiga Fazenda Saudades, no espaço regional do Oeste Catarinense e perspectivas de interação que de forma significativa contribuem na construção da história regional e serão abordadas pelo viés das relações sociais no próximo capítulo.

4 AS RELAÇÕES INTERÉTNICAS, A CONSTRUÇÃO DA ORDEM SOCIAL E A PATRIMONIALIZAÇÃO DE MEMÓRIAS

Neste capítulo aprofunda-se a temática das relações interétnicas e a identidade dos grupos que interagiram na região da antiga Fazenda Saudades, a partir das frentes de expansão em meados do século XX. Para tanto é analisado o contexto de construção da ordem social, os fatores de interação, as memórias dos grupos que povoaram essa região e como as mesmas vêm sendo patrimonializadas na atualidade, abordando os depoimentos de descendentes de europeus e caboclos, que migraram ou se estabeleceram na região em meados do século XX e que ainda residem nos municípios da antiga Fazenda Saudades. Além dessas questões, o capítulo aborda as políticas públicas que vêm sendo desenvolvidas visando à salvaguarda do patrimônio cultural e a redução de contextos de desigualdades historicamente construídas, observando a atuação do poder público e das organizações da sociedade civil neste processo.

4.1 TROCAS CULTURAIS, INTEGRAÇÃO E CONFLITOS: PERSPECTIVAS PARA A ANÁLISE DAS RELAÇÕES INTERÉTNICAS

Refletir sobre os processos migratórios e colonizatórios significa mais que compreender o desenvolvimento de povos, grupos e nações. Trata-se de perceber histórias repletas de trocas culturais, muitas vezes assimétricas, que podem nos levar a uma reflexão sobre a construção identitária de grupos que longe de terem características únicas, são fruto de intensos processos de trocas, integração e incorporação.

Uma observação geral da história e as inúmeras mudanças vivenciadas pela humanidade, principalmente a partir do surgimento do capitalismo, deixam evidente o fato do ritmo do tempo e as percepções em relação a ele estarem mudando consideravelmente, em uma crescente aceleração. Conforme Heller (1977) as mudanças no ritmo da história, sempre tem efeito sobre a vida cotidiana. Essas mudanças não tocam a todos os sujeitos da mesma forma e com a mesma intensidade, mas ao longo das gerações, a aceleração do ritmo do tempo faz com que a vida se transforme, levando o indivíduo a enfrentar situações novas repetidamente, fazendo com que a vida precise ser reordenada com frequência.

Para Nixon (2011, p. 17) “a mudança é uma constante cultural, mas o ritmo da mudança não é”. Dessa forma, o autor ressalta a importância de nos preocuparmos com o ritmo das mudanças e em como iremos preservar não só riquezas materiais mas, os significados culturais das paisagens, dos espaços, das relações entre os seres, uma vez que as mudanças, os deslocamentos e as perdas afetam as relações de pertencimento que os indivíduos tem com os lugares em que vivem, o meio em que constroem suas relações e as pessoas com quem compartilham práticas, valores e suas experiências de vida⁵⁸.

Nesse sentido, o estudo das relações humanas, com enfoque nas relações entre diferentes grupos étnicos, especialmente durante o processo de colonização, precisa considerar a perspectiva de aceleração do ritmo do tempo e como esse processo exigiu um reordenamento nas relações humanas no território da Mesorregião Oeste Catarinense.

Com a intensificação do processo de colonização em meados do século XX e o encontro de grupos de pessoas vivendo em diferentes ritmos históricos, há um reordenamento no tempo e no espaço, conectando e desconectando sujeitos, modos de vida, de trabalho e de interação social, na região de fronteira do Sul do Brasil. Nessa perspectiva, observar o processo de colonização da região de fronteira do estado de Santa Catarina, neste caso, o território da Mesorregião Oeste, em meados do século XX, pressupõe um olhar sob a multiplicidade de sujeitos, tempos e espaços, que se entrelaçam em múltiplas trajetórias que se confroencontram⁵⁹.

Enquanto alguns chegam, imprimindo no tempo-espaço sua visão de mundo, outros permanecem existindo, também com sua visão, seu tempo-espaço. Nessa teia de relações, nem sempre os indivíduos foram capazes de traçar uma perspectiva ampliada sobre a realidade, para considerar a simultaneidade do tempo nas relações sociais e a partir dela as infindáveis conexões que podem haver, tendo os sujeitos conhecimento ou não, considerando uns a existência dos outros ou não.

⁵⁸ Little (2002, p. 10) sugere que um “[...] elemento fundamental dos territórios sociais é encontrado nos vínculos sociais, simbólicos e rituais que diversos grupos sociais diferenciados mantêm com seus respectivos ambientes biofísicos”.

⁵⁹ Confroencontro é um termo proposto por Andreis (2014), em sua tese de doutorado “Cotidiano: uma categoria geográfica para ensinar e aprender na escola”, para configurar o entendimento da presença de confronto em todo encontro, uma vez que “sempre há presença de confronto em todo encontro (confro+encontro), argumentado como processo inerente à constituição singular do sujeito e à perspectiva dialógica” (ANDREIS, 2014, p. 3).

Essa observação está fundamentada no fato de termos um limiar que delimita nosso mundo, ou como refere Dussel⁶⁰ (1985) devido ao fato de nossa experiência estar situada dentro de um horizonte. Dessa forma:

Se algo está no meu horizonte, ele é compreendido, porém quando nos deparamos com algo que está fora do nosso horizonte (uma vez que os horizontes se interceptam) nos questionamos para tentar relacionar o diferente com algo que seja comum ao nosso mundo (DUSSEL apud JUNIOR; SOUZA, 2014, p. 30-31).

A análise empírica e sociológica do conceito de visões de mundo pode ser observada na obra de Freire (1982) quando o autor aborda que a leitura da palavra ocorre em termos profundos, quando associada à leitura de mundo. Da mesma forma, Manguel (1997, p. 20) sugere que “[...] todos nós lemos a nós e ao mundo à nossa volta para vislumbrar o que somos e onde estamos. Lemos para compreender, ou para começar a compreender”. Ambos os autores se referem não só a leitura da palavra escrita, mas para além dela, a leitura de mundo que cada indivíduo faz e que permite, ao agricultor ler o tempo no céu e ao pescador ler as correntes do oceano ao mergulhar a mão na água do mar (MANGUEL, 1997).

Nessa condição de que há um limiar que delimita, constrói e orienta nossa leitura de mundo, a construção da identidade, que sustenta o indivíduo, compartilhada ou não pelos membros de um grupo, pode ser analisada como relacional e conforme Renk (2000, p. 240) como uma contraposição de tempos, sob diferentes percepções:

A construção da identidade é relacional e, no Oeste catarinense, deve remeter-se ao processo de colonização, desencadeado a partir das décadas de [19]30 e [19]40, pelos colonos de origem, expropriando o campesinato brasileiro. Para este, a colonização foi o momento de ruptura, marcando as diferenças temporais, com um tempo anterior, plenamente idealizado e que se opõe ao tempo atual, caracterizado como “estragado”.

O processo de colonização é o momento do encontro de diferentes leituras de mundo, que se interceptam e ao mesmo tempo, trazem a tona o senso de pertencimento. Os grupos sociais passam a demarcar seus espaços, com base em suas visões de mundo, que trazem o critério étnico como elemento balizador das

⁶⁰ DUSSEL, Enrique. **Introducción a la filosofía de la liberación**. 5. ed. Bogotá/Colômbia: Editorial Nueva América, 1995.

relações, ou seja, a pluralidade é o que garante ao elemento étnico se tornar uma categoria pertinente.

Dos grupos que povoaram a região Oeste Catarinense, merecem destaque em nosso estudo, as populações caboclas e os descendentes de europeus. Enquanto as populações caboclas, pela própria diversidade da gênese cabocla não se configuram como grupo étnico, senão a partir do processo de colonização, os descendentes de europeus, italianos em sua maioria, incluindo ainda alemães e poloneses, para além da questão étnica, seriam depositários de um *ethos*, ou seja, um conjunto de hábitos e costumes característicos da coletividade da qual se identificam como parte.

Para Poutignat e Streiff-Fenart (2011, p. 38), os grupos étnicos⁶¹:

[...] existem apenas pela crença subjetiva que têm seus membros de formar uma comunidade e pelo sentimento de honra social compartilhado por todos os que alimentam tal crença. A pertença étnica determina, assim, um tipo particular de grau social que se alimenta de características distintivas e de oposições de estilos de vida, utilizadas para avaliar a honra e o prestígio segundo um sistema de divisões sociais verticais. Mas essas características distintivas só tem eficácia na formação dos grupos étnicos quando induzem a crer que existe entre os grupos que as exibem, um parentesco ou uma estranheza de origem.

De acordo com Renk (2006a, p. 12) as diferenças entre os indivíduos surgem nas relações “[...] traduzidas pelas posições ocupadas no espaço social [...]”, estando o viés da etnicidade diretamente relacionado à formação de hierarquias sociais, com embates que envolvem tradições, costumes, modos de vida, relações econômicas, afetivas, etc. Surge aí o que a autora chama de “caráter contrastivo” da identidade, uma vez que ao afirmar a própria identidade, o sujeito enfatiza sua diferenciação em relação ao outro.

A hierarquia social surge pelo conjunto de valores, que refletem diretamente na construção da ordem social, uma vez que a posição ocupada, ou o grupo do qual se é reconhecido como parte, é condicionante tanto para incluir quanto para excluir.

⁶¹ Barth (2011, p. 190) indica que na antropologia, grupo étnico designa “[...] uma população que: 1 perpetua-se biologicamente de modo amplo, 2 compartilha valores culturais fundamentais, realizados em patente unidade nas formas culturais, 3 constitui um campo de comunicação e de interação, 4 possui um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como se constituísse uma categoria diferenciável de outras categorias do mesmo tipo”. Nessa definição, contudo, o autor pondera a ausência da problemática das fronteiras, o que atuaria como elemento limitador na própria compreensão da diversidade cultural.

Assim, as relações interétnicas se configuram intrínsecas em uma organização social que não cessa de evoluir, de forma que quando ocorre a fricção étnica é que as identidades afloram e a etnicidade ganha um sentido de ser.

De acordo com Poutignat e Streiff-Fenart (2011, p. 17) a questão da etnicidade tem sido tema de debate desde a década de 1970. Diferentes abordagens surgem como desafio para pensar o termo etnicidade, ou numa concepção mais abrangente etnicidades, uma vez que assimilar tipos de identidades diferentes sob um único termo englobante, seria pisar em terreno incerto. O surgimento do termo está correlacionado a uma forma de conflito qualificada como 'étnica', que surge de forma simultânea nas sociedades industriais, nas sociedades do Terceiro Mundo, e em nações ditas pluriétnicas. Para os autores, a noção de etnicidade:

[...] consiste amplamente não em atestar a existência dos grupos étnicos, mas em colocar tal existência como problemática [...] Teorizar a etnicidade não significa fundar o pluralismo étnico como modelo de organização sociopolítica, mas examinar as modalidades segundo as quais uma visão de mundo 'étnica' é tornada pertinente para os atores.

Percebida como um fenômeno contemporâneo, a etnicidade seria um produto do desenvolvimento econômico, da expansão industrial capitalista e da formação e do desenvolvimento dos Estados-nações. Dessa forma, Poutignat e Streiff-Fenart (2011, p. 27) sugerem que a modernidade seria “[...] a era do nacionalismo étnico e do racismo”, interpretada como produto da desigualdade de desenvolvimento, estratégia de reivindicação de grupos, de resistência ou ainda um produto histórico da economia capitalista.

Pensando nas mudanças surgidas no mundo moderno e contemporâneo, o teórico cultural e sociólogo Stuart Hall (2015), em sua obra analisa a questão da identidade cultural, abordando as velhas identidades em declínio, as novas identidades e a fragmentação do indivíduo moderno. Nesta análise o autor define as identidades culturais como “[...] aqueles aspectos de nossas identidades que surgem de nosso ‘pertencimento’ a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais” (HALL, 2015, p. 9).

Enquanto alguns autores (BARTH, 2011; POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011) usam termos como etnicidade para pensar na identidade, Hall (2015, p. 31)

propõe pensar em “culturas nacionais” como uma das principais fontes de identidade cultural. Para o autor:

Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos [...]. As culturas nacionais ao produzir sentidos sobre ‘a nação’, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas.

Partindo desse conceito e da identificação que os sujeitos desenvolvem com a nação, enquanto uma “comunidade simbólica” (HALL, 2015, p. 30) é que surge o sentimento de identidade, parte de nossa natureza essencial. Assim, narrativas se mantêm vivas no interior dessa “comunidade imaginada”⁶², conferindo sentido à existência ou à manutenção dos costumes e práticas característicos da identidade cultural de um grupo, ou da etnia da qual o sujeito se considera como parte.

Sobre o conceito de “comunidade”, propõe-se uma reflexão a respeito do seu sentido etimológico. O termo tem seu significado relacionado à concordância, comunhão ou a noções comuns a diversos indivíduos. Quando este trabalho refere-se a “comunidade”, falando da organização de grupos de indivíduos, considera-se a premissa de que o significado do conceito é parte de uma construção social, contudo não homogênea, uma vez que entre os membros de um grupo nem sempre ocorre a comunhão de práticas, valores ou memórias.

Hall (2015) sugere que no “jogo das identidades” há uma espécie de identificação coletiva para a formação de uma comunidade. Uma espécie de coesão social, que une diferenças em prol de interesses e anseios comuns. Contudo, ao usar o termo comunidade, consideram-se os sujeitos envolvidos em torno de uma unidade ou coesão, que seria subjetiva, uma vez que a pluralidade e a divergência são parte da construção social.

Para Hall (2015, p. 34) uma cultura nacional se constitui enquanto comunidade imaginada, quando congrega três conceitos, “[...] as memórias do passado; o desejo por viver em conjunto; a perpetuação da herança”. Contudo, mesmo havendo uma base para se pensar as identidades nacionais, o autor sugere

⁶² Em 1983, o cientista político Benedict Anderson publicou um livro, propondo a ideia de que as nações são como comunidades imaginadas, uma vez que “[...] os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles” (ANDERSON, 2008, p. 32).

que elas não são realmente tão unificadas e homogêneas, quanto aparentemente se esforçaram para parecer, uma vez que se tratam de discursos, na tentativa de uma unificação.

A partir desse ponto de vista, se observarmos a realidade do Brasil, mesmo com a campanha de nacionalização⁶³ (década de 1930), os descendentes de europeus mantêm forte ligação com a terra de origem de seus antepassados, numa relação com a nação como “comunidade simbólica”, que gera um sentimento de identidade. Isso ocorre devido ao fato do sistema de representação cultural, que confere identificação para esses descendentes de europeus, ser a memória de seus pais, avós e bisavós que lhes foi transmitida. Seus hábitos e costumes mesmo integrados a cultura de outros sujeitos, como os caboclos/brasileiros, ainda são auto-identificados e reconhecidos com maior intensidade pelos valores de seus antepassados europeus.

Candau (2018, p. 122) sugere que a presença marcante das origens na memória social migrante é reforçada por símbolos que ao mesmo tempo em que acentuam suas origens, facilitam a representação de uma identidade de grupo, fazendo uso das imagens e tradições do passado ancestral da forma mais conveniente à sobrevivência no presente. Assim, as memórias se ancoram em “[...] ideologias de conservação de herança ou ainda na constante reinterpretação de usos ancestrais [...]”, sendo a tradição usada como uma “referência legitimadora do presente”.

Por esse viés, pode-se observar como os sistemas de representação cultural dos diferentes grupos em contato, dão origem ao que se convencionou chamar de fricção étnica⁶⁴ ou interétnica. Durante o processo de colonização, a competição por recursos pode ser destacada como um dos fatores de separação social, mais

⁶³ Em 1937, entre outras medidas adotadas pelo estado brasileiro a fim de se garantir a unidade nacional, é iniciada a Campanha de Nacionalização, que atingirá principalmente as colônias alemãs e italianas do sul do país. De acordo com Seyferth (1981, p. 90) “O objetivo da campanha de nacionalização era forçar a assimilação por meio da obrigatoriedade do ensino em português, supondo que isto teria como resultado uma utilização cada vez menor das línguas de origem. Ao proibir qualquer publicação, festa, atividade recreativa de cunho étnico, esperava impor valores nacionais brasileiros que viessem substituir o sentimento de pertencer a outras nacionalidades”.

⁶⁴ Roberto Cardoso de Oliveira desenvolve a partir da década de 1960, o que designou de “teoria da fricção interétnica”. A análise do antropólogo tem como base as situações de contato entre diferentes grupos, em áreas de fricção étnica, com destaque para a discussão sobre o tema da identidade étnica. O recorte etnográfico proposto por Roberto Cardoso de Oliveira se debruça especialmente sobre a interação social entre índios e outros segmentos da sociedade brasileira (DAL POZ, 2003).

significativos no momento de fricção étnica. Por entenderem que competem pelos mesmos espaços e recursos, e ao mesmo tempo por trazerem no conjunto das relações históricas, memórias de dor e escassez, fruto do próprio contexto de vida dos seus antepassados, os grupos sociais, entendem seus pontos de vista como únicos e legítimos e ao se confrontarem, ou seja, quando o seu modo de vida entra em contato com o modo de vida de outros sujeitos, os grupos ao mesmo tempo em que se relacionam, competem pelo espaço social, pelos recursos, pela dignidade de vida em seus próprios padrões relacionais e memoriais. Ou seja, seus sistemas de representação cultural se interconectam.

Poutignat e Streiff-Fenart (2011, p. 28) sugerem que o aumento dos contatos intergrupais ao longo da história, foi percebido por muitos indivíduos “[...] como uma ameaça contra a sobrevivência de suas tradições culturais específicas, favorecendo uma ideologia de resistência à uniformização ou à dominação cultural e linguística”. O mosaico de grupos em contato é antes de tudo, um cenário de fricção que têm por base “dicotomizações Nós/Eles”. Assim, a identidade étnica como produto de significado dado a ela sempre pelo “eu” em relação aos “outros”, se configura numa relação dialética, em que a etnicidade se torna um processo dinâmico, portanto, instável, sempre sujeito a redefinições.

Na abordagem de Poutignat e Streiff-Fenart (2011, p. 112), em referência à obra de Fredrik Barth (1969), os grupos étnicos são considerados:

[...] tipos de organização baseados na consignação e na autoatribuição dos indivíduos a categorias étnicas [...] a abordagem de Barth pressupõe o contato cultural e a mobilidade das pessoas e problematiza a emergência e a persistência dos grupos étnicos como unidades identificáveis pela manutenção de suas fronteiras [...] na medida em que a existência dos grupos étnicos depende da manutenção de suas fronteiras, a questão é saber de que modo as dicotomizações entre membros e outsiders são produzidas e mantidas e discernir seu efeito próprio nos comportamentos efetivos.

A etnicidade como forma de interação social, se configura como “[...] um processo contínuo de dicotomização entre membros e outsiders, requerendo ser expressa e validada na interação social” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011, p. 111), ou seja, a etnicidade se apresenta como um guia de orientação das relações sociais. Nessa perspectiva o ponto central não são os tipos de agrupamentos étnicos, mas como se organiza a vida social com base nos contrastes culturais uns com os outros.

Sob esse paradigma, a etnicidade é vista como uma forma de comunicação, que envolve não só grupos étnicos, mas contextos étnicos, que mobilizam uma incessante redefinição, tanto da vida pública quanto da vida íntima, de forma que “esta manipulação contínua do tempo e do espaço faz parte das técnicas que permitem, ao mesmo tempo, ocultar e tornar suportável uma inferioridade à qual não se pode fugir” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011, p. 117-118), mantendo assim as fronteiras étnicas na arena das relações públicas e privadas.

A manutenção das fronteiras étnicas na arena das relações estaria correlacionada a um sistema de estratificação socioeconômico, de forma que as fronteiras étnicas e sociais reforçam uma à outra e invariavelmente a fronteira étnica superpõe-se a fronteira social, pois ainda está implícita nos fatores de distinção social. Dessa forma, a pressão exercida no interior da sociedade favorece que a manutenção das fronteiras ainda esteja baseada “[...] no reconhecimento e na validação das distinções étnicas no decurso das interações sociais” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011, p. 158).

No contexto observado durante esta pesquisa, considera-se que não mais o elemento étnico assume papel único e central na análise das relações sociais, mas que o papel social ocupado pelo sujeito dentro da sociedade, devido a sua condição econômica se torna a estrutura sobre a qual se mantém as fronteiras, não de forma oclusiva, mas fluída e permeável.

Dessa forma, pessoas em situação de vulnerabilidade social, que muitas vezes são os caboclos do povoamento histórico brasileiro, estão à margem da sociedade, vivendo em condições socioeconômicas precárias e mantendo o contexto de desigualdades latente, ainda que de forma velada. No mesmo sentido, descendentes de europeus, ainda que em menor número, são encontrados em situações de vulnerabilidade, numa clara desestruturação das fronteiras sociais e perspectivas históricas de construção da ordem social.

As proposições de Fredrik Barth (2011) sobre a etnicidade estão calcadas na existência das fronteiras, subjetivamente conectada aos valores simbólicos intrínsecos ao modo de vida e aos valores compartilhados, na organização social e nas relações dos grupos sociais⁶⁵. Em meio a este contexto, “[...] os rótulos e os

⁶⁵ Na abordagem de Barth (2011), a questão étnica é aprofundada com base na forma como os grupos criam suas fronteiras e as mantêm. Ou seja, para o autor, a questão étnica não está no

estereótipos étnicos são ativados e tornados pertinentes nas interações sociais” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011, p. 168), sob certo grau de coação que a identidade étnica exerce, na qual valores distintivos relacionados à etnia ainda são pertinentes na organização social.

No contexto das relações interétnicas, as diferenças entre os grupos humanos podem ser observadas sob o ponto de vista da relação estabelecidos e outsiders, na qual o elemento racial ou étnico, se torna um aspecto relevante, fortemente amparado na relação de poder e econômica que um grupo detém sobre o outro. Elias e Scotson (2000, p. 32) sugerem que ao empregar os termos racial ou étnico, chama-se a atenção para um aspecto periférico das relações estabelecidos e outsiders:

[...] o aspecto saliente de sua relação é eles estarem ligados de um modo que confere a um recursos de poder muito maiores que os do outro e permite que este grupo barre o acesso dos membros do outro ao centro dos recursos de poder e ao contato mais estreito com seus próprios membros, [...] a sociodinâmica da relação entre grupos interligados na condição de estabelecidos e outsiders é determinada por sua forma de vinculação e não por qualquer característica que os grupos tenham, independentemente dela.

Do ponto de vista de Elias e Scotson (2000), estabelecidos e outsiders são observados com base nas relações de dominação econômica e poder na conjuntura social. O outsider seria o elo fraco da corrente, aquele que não está integrado a sociedade sob o ritmo imposto pelos que mantêm os mecanismos de controle e ordem social, enquanto o estabelecido poderia ser analisado como o indivíduo ou o grupo símbolo de progresso, ordem e moralidade no seio da coletividade, aquele que a mais tempo domina o cenário em que está “estabelecido”.

Enquanto na obra de Elias e Scotson (2000, p. 46), estabelecidos são os indivíduos que já residem na localidade e detém o controle das estruturas de poder, e outsiders são os que chegam ou migram para a região, em nossa pesquisa apresentamos um ponto de vista diverso para os papéis analisados, com base nas características da ocupação territorial. Com este ponto de vista sugere-se uma reconstrução do caráter temporal dos grupos e suas relações como processos na configuração histórica, com o objetivo de “entender as fronteiras que as pessoas traçam ao estabelecer uma distinção entre grupos”.

conteúdo das relações e sim na fronteira. Em outra perspectiva, Hall (2015) aprofunda a questão étnica dando ênfase ao conteúdo das relações culturais.

As relações sociais analisadas nesta pesquisa fazem parte de um movimento temporal, em que se considera a dimensão histórica⁶⁶. Dessa forma, compreende-se como estabelecidos os caboclos, uma vez que eram estes os grupos que povoavam o espaço antes da chegada dos colonizadores e o termo outsiders é aplicado aos migrantes colonizadores, que são os que chegam de outras regiões, sendo os estrangeiros naquele lugar. Em nosso caso, o outsider é quem domina a relação, uma vez que ele vem amparado por valores sociais e regras de conduta que pressupõe progresso, ordem e moralidade, conduzindo a estruturação de uma organização social comunitária, buscando assim uma coesão como grupo.

Na busca por coesão enquanto grupo, o equilíbrio de poder não é uma determinante, mas sim aspecto mutável que ressalta os problemas humanos, de como os indivíduos e seus grupos se inserem no *establishment*⁶⁷ ou no sistema. Com base nessa perspectiva é que se considera a fronteira étnica como um canal complexo da vida social, em que a identificação com um determinado grupo implica compartilhamento de critérios e valores, que envolvem, condutas, regras, avaliação e julgamento (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011).

Nas lutas entre estabelecidos e outsiders não se busca somente a satisfação das necessidades físicas ou os meios de subsistência física, mas também uma luta para satisfazer outras aspirações humanas. Elias e Scotson (2000) ao citarem o exemplo da condição dos burakumin, menosprezados na sociedade japonesa tradicional por sua condição social tida como inferior, destacam como na atualidade, mesmo com a mudança de suas condições socioeconômicas, para este grupo “o estigma permanece”, de forma que mesmo solucionada a privação material, ainda sobrevive a privação de valor na sociedade.

Situação semelhante ocorre ao observarmos o contexto de construção da ordem social no Brasil, em que a construção de categorias sociais, tem como consequência a privação de valor, no olhar de um grupo social sobre o outro. Para Barth (2011, p. 194) na medida em que os sujeitos “[...] usam identidade étnicas para categorizar a si mesmos e outros, com objetivos de interação, eles formam

⁶⁶ Para Little (2002, p. 3) “[...] qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica [...]”.

⁶⁷ O termo *establishment* é utilizado nos Estados Unidos para se referir as pessoas ou estruturas de poder de grande influência na sociedade e no Estado. No Brasil, o termo sistema é utilizado em sentido semelhante para se referir aos mecanismos da ordem institucional, política ou econômica e os atores que a dominam.

grupos étnicos neste sentido organizacional”. O autor chega a sugerir que, a identidade étnica funciona de forma imperativa, pelo fato de não poder ser ignorada, dominando o espaço social de interação do sujeito em amplos aspectos.

Nesta análise, o estigma, as categorias ou os símbolos que se usam para atribuir características a si mesmo e aos outros e são compartilhadas pela coletividade, na perspectiva de Elias e Scotson (2000) acabam por impregnar profundamente a imagem pessoal do indivíduo, uma vez que a identidade coletiva e individual se fundem, moldando uma a outra com base nas experiências e visões de mundo que são apresentadas e compartilhadas pelos membros do grupo (familiares, vizinhos, etc), de forma que não há indivíduo que cresça “[...] sem esse alicerce de sua identidade pessoal na identificação com um ou vários grupos, ainda que ele possa manter-se tênue e ser esquecido em épocas posteriores” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 133).

Em quase toda parte os grupos dominantes orgulham-se dos valores que preservam, de viverem em melhores condições, serem “ordeiros e trabalhadores” e professarem a fé católica, fazendo desse orgulho uma forma de distinção social e diferenciação com os outros. Dessa forma, observa-se que, conforme sugere Candau (2018, p. 77) a preservação de valores e tradições, assim como memórias e lembranças, só existem “porque encontramos eco nelas”, tanto de forma individual quanto coletiva. Esses aspectos se mantêm vivos, como uma via de alimentação do sentimento de identidade, que dispendo de balizas sólidas, reforçam a identidade individual, coletiva ou as histórias comuns ao grupo.

Para Candau (2018, p. 26), os membros de grupos sociais compartilham “[...] maneiras de estar no mundo que contribuem para defini-los [...]”, sendo possível a existência de um núcleo memorial de grupo. Contudo, o autor chama a atenção para o uso das expressões “memória coletiva”, “identidade cultural” e “identidade coletiva”, uma vez que as mesmas como formas de representação, tentam designar uma suposta coesão de grupo, o que seria ilusório e elemento gerador de fronteiras sociais.

Por outro lado, o autor considera que os grupos sociais mantêm representações repetidas que “[...] difundem-se em uma população de maneira muitas vezes durável e passam a ‘constituir por excelência as representações culturais’” (CANDAU, 2018, p. 38) Neste caso, o autor pondera que, sendo certos estados mentais compartilhados pelos membros de um grupo, “[...] a memória

coletiva ou identidade cultural, terão certo grau de pertinência” (CANDAU, 2018, p. 39).

Tal pertinência estaria apoiada em duas categorias organizadoras de representação, a memória forte e a memória fraca. Enquanto a memória fraca tende a dissolução e colapso de identidades, a memória forte seria suscetível a “[...] contribuir para a construção de uma identidade coletiva” (CANDAU, 2018, p. 50). Para o autor, é nesse campo ilusório que emergem sentimentos de pertencimento, de visões de mundo, identitárias ou étnicas.

Com o objetivo de compreender as relações interétnicas, considerando o ponto de vista dos sujeitos que fizeram parte do processo colonizatório em meados do século XX, foram realizadas entrevistas com antigos moradores da região, considerando ao mesmo tempo o trabalho da memória como uma “maiêutica da identidade” (CANDAU, 2018, p. 76), e cada memória como um “museu de acontecimentos singulares” (CANDAU, 2018, p. 98).

De acordo com Candau (2018, p. 15) o trabalho com a memória nos dá a ilusão de que:

[...] o que passou não está definitivamente inacessível, pois é possível fazê-lo reviver graças à lembrança. Pela retrospectão o homem aprende a suportar a duração: juntando os pedaços do que foi numa nova imagem que poderá talvez ajudá-lo a encarar sua vida presente.

Dessa forma, os depoimentos foram coletados nesta pesquisa como um desejo de retrospectão ao passado, na intenção de refletir sobre o presente, percebendo as relações sociais de hoje, como uma construção histórica, repleta de trocas, embates e adaptações.

Entre as temáticas abordadas nas entrevistas, as relações interétnicas constituíram tema central. Nos depoimentos foi possível observar a categorização que os grupos étnicos fazem uns sobre os outros. Na entrevista com Maria F. P., de origem cabocla, com 84 anos de idade, caboclos e descendentes de europeus “não se misturavam”:

DF: E como que era na sua época a relação entre as pessoas que eram de origem brasileira e as pessoas de origem italiana, alemã?

MP: Mas aquele tempo quase não se misturavam.

DF: O que diferenciava uma pessoa brasileira de uma pessoa de origem italiana, alemã?

MP: Mas naquele tempo os de origem italiana eram soberbos, não são que nem hoje em dia, que hoje em dia as famílias se misturam. Casa brasileiro com italiano, italiano com brasileiro e aquela vez não tinha isso.

DF: Por que não tinha?

MP: Não sei porque não tinha. Porque eles eram soberbos, porque eles não gostavam da cor preta [...] e é o mesmo sangue, corta o dedo do italiano, dedo do caboclo o sangue é um só.

Já no depoimento de Valdevino P., que se considera de origem indígena, natural da região de São Domingos e que reside em Santiago do Sul desde 1965 aproximadamente, caboclos e descendentes de europeus temiam uns aos outros, pelas diferenças de hábitos e tradições culturais, fator que conforme expressa o depoente, ainda hoje é motivo para muitas pessoas não viverem “em acordo”.

DF: E como que era antigamente a relação das pessoas que eram brasileiras com os italianos e os alemães que foram chegando depois aqui, o senhor lembra?

VP: Os primeiros que vieram tinham medo de nós.

DF: E por que tinham medo?

VP: Porque nós éramos brasileiros, estávamos aí no mato, os acampamentos estavam no mato [...] tinham medo e nós também não gostava não é, dos gringos, os alemão... nós também não gostava [...] Mas a gente pensava que era outro tipo de coisa né. E era mesmo, pensa bem era outro tipo de coisa, não era o tipo que nós estávamos. Era outro.

DF: Era gente diferente dos brasileiros?

VP: Gente diferente [...] No jeito de trabalhar, tudo [...] eu na minha ideia, pra estar bom teria que trabalhar todos de acordo, muitos não tem acordo ainda, até hoje.

Nos depoimentos de pessoas de origem cabocla, invariavelmente os descendentes de europeus são vistos como pessoas “soberbas”, um contraste com a humildade e simplicidade dos caboclos, como é possível observar nos relatos de Assis A. O. e Maria A. O., reforçando a existência de distanciamento entre os grupos étnicos.

DF: A senhora acha que tinha uma separação no jeito de lidar, os italianos entre eles e os italianos com os caboclos?

AO: Ah tinha. Tinha e tem ainda, porque lá nós nos criamos no meio dos italianos, mas eles vinham, eles nos adulavam só quando eles tinham precisão, porque eu fui um cara trabalhador roçar, não é, derrubar de machado tudo, mas quando o serviço terminava.

MO: Terminou o serviço.

AO: Terminou o amigo [...] a riqueza demais, deixa a pessoa soberba.

MO: [...] a gente pra fazer riqueza não carece, a gente tendo pra viver, comer, uma roupa pra vestir, forro pra dormir, ta bom.

AO: Ta rico.

MO: É, ta rico.

No depoimento de Vitório D. R., destaca-se o estereótipo com o qual os caboclos são retratados, podendo ser divididos em “bons” e “maus” sujeitos.

DF: E o senhor tem lembrança de como que foram as relações entre esses moradores italianos que chegaram e os caboclos que estavam aqui nas terras?

VD: Tinha caboclo gente boa, aqueles Bandera, o Jesus, tinha gente boa, tu podia ir pedir a camisa pra eles, que eles davam. Agora tinha caboclo, tinha caboclo que você tinha que se cuidar. Tinha o tal de Telles [...] eles se matavam entre eles. [...] foi matado bastante gente... entre eles

DF: Esses conflitos eram entre eles?

VD: Mais entre eles

DF: E aconteceu de ter conflito com as famílias italianas?

VD: Com o falecido pai uma vez eles vieram pra levar o pai. [...] Por causa, eu num sei lá, não me lembro mais porque, eu sei que é por causa duma *encrenquinha* de roça [...]

Dimensionar a inserção dos sujeitos históricos, com suas múltiplas identidades com outros grupos sociais, exige observar transformações ao longo do tempo. Os caboclos do período da colonização vistos como pessoas ao mesmo tempo humildes, mas de personalidade explosiva, tem seu comportamento testado a partir da chegada dos colonizadores, que em tese teriam outro comportamento na senda das relações sociais. Nessa análise, contudo, não é possível desconsiderar como os mecanismos de controle social estabelecidos ao longo dos anos na organização comunitária, tornaram o comportamento intempestivo, um símbolo de gente sem instrução, “coisa de caboclo”, “tipo preto”.

Conforme Renk (2006b) os atributos desqualificativos prejudicam o grupo que ocupa posição inferior ou marginal na hierarquia social. A identidade é manipulada, lançando um estigma sobre o grupo e demarcando a posição a ser ocupada no campo social, ou seja, à margem das estruturas de poder, controle e bem estar coletivo. Observando a ocupação das terras com a vinda dos migrantes descendentes de europeus para a região Oeste Catarinense, o conflito e a tensão entre os grupos, bem como os atributos desqualificativos, ficam evidentes no depoimento de Ademírio C.:

DF: Teve problemas de ter conflito entre as pessoas que estavam vindo morar aqui e as pessoas que já estavam estabelecidas na terra?

AC: Ah teve um pouco no começo, que tinha uns caboclos bem mal feitores. Aí tinha que se cuidar bastante [...] era conflito [...] porque eles começaram a ver que a *gringada* vinha, *gringada* vinha tomando as terras, vinham morar nas terras deles e eles não queriam ir embora e daí então [...] amedrontavam o pessoal que vinha aqui.

Contraste com este depoimento pode ser observado na fala de Carlos D., que fala do período anterior⁶⁸ a colonização, no qual as relações sociais seriam mais harmônicas, o que pode-se sugerir estaria relacionado a disputa pelas terras e o espaço social ainda não serem dominantes.

DF: E o senhor tem lembrança de como era antigamente a relação entre as pessoas que eram de diferentes origens?

CD: Sim, naquele tempo tudo era amizade, era com caboclo, era com alemão, com italiano, aquele tempo sabe que italiano era pouco ainda, tinha pouco italiano [...] porque era tempo bom aquele tempo, o pessoal se respeitava e armado, tudo andava armado, cada um com um baita dum *revólvão* na cinta, um quarenta e quatro, então um respeitava o outro.

Mesmo transparecendo certa harmonia nas relações entre diferentes grupos étnicos, cabe refletir se o respeito não estaria condicionado às armas e ao uso que cada sujeito faria dela no espaço de convívio social, ou seja, a arma serviria como elemento para demonstrar força, poder ou dominação, causando temor e, portanto conferindo uma aparente relação de respeito entre os indivíduos. Ainda na fala do mesmo depoente, outros elementos permitem observar a situação econômica e social vivenciada no período, tal como a desvalorização das terras em relação a outros negócios mais lucrativos, como a venda de peles de animais:

CD: Nos só tínhamos 50 alqueires de terra ali que o meu avô comprou do Bertaso [...] porque você vê, aquele tempo um alqueire de terra valia 400 reis, o alqueire, 400 reis. O que é 400 reis? Não é nada e nós vendíamos um couro de pardo por 20 mil reis. Imagina quantos alqueires dava um couro de pardo [...] matamos doze tigres, vendia vinte real, 20 mil reis aquele tempo o couro de tigre, quantos alqueires de terra [...] vendemos uma cabeça de tigre lá em São Carlos [...] com os dentes tudo assim, com as presas por 50 mil reis calcule, quantos alqueires de terra dava. Dava pra compra a metade da Fazenda quase do Bertaso, nós podíamos ter comprado.

O valor atribuído às peles de animais em relação ao valor do alqueire de terra expõe o panorama econômico da época, no qual a terra em abundância e o interesse das colonizadoras com sua venda, a tornavam elemento de pouco valor, se comparado às peles de animais, que ao longo do século XX representaram

⁶⁸ Os antepassados de Carlos D. migraram para o Oeste Catarinense, no início do século XX, se instalando na margem direita do rio Chapecó, junto à foz do rio Fortaleza, na divisa com a Terra Indígena Xaçecó, entre os municípios de Quilombo e Entre Rios.

importante alternativa de geração de renda em muitas regiões do Brasil (GALETTI, 2017) sendo proibida no país a partir de 1960.

Ainda no que diz respeito às relações sociais, no depoimento de José C., a figura do colonizador expressa “voz de comando” diante dos caboclos, ocupantes de terras das quais legalmente não teriam a posse:

JC: Então viemos em nove abrir as divisas, que tinha feito o agrimensor um ano antes todos os pedaços, porque senão vinha o pessoal as vezes invadir a terra. Sim e já estava um ali, dois ali no posto, ali bem de lá da pinguela. [...] E quando chegamos ali tinha dois caboclos na beira do rio de lá. Um lavando a cara, *pena* levantou, levantou não, porque já estava cozinhando um tatu pra comer, e um sentado. Daí eu pedi - Porque vocês vêm ali? Já tinham começado roçar [...] - Ah de Quilombo me mandaram aqui pra roçar pra um vir morar. Eu disse - Até hoje de noite sumam todos daqui, que aqui é nosso não de vocês, nem de Quilombo, nem de vocês. Ah, mas desapareceu do mapa.

O contraste em relação as condições de acesso à terra, para os diferentes grupos analisados nesta pesquisa, fica evidente no depoimento de pessoas de origem cabocla, que não tinham a posse da terra, e ficavam sujeitos ao trabalho de “empreitada” na terra de outras pessoas, na maioria das vezes em troca de comida, como relata Maria A. O.

DF: E a terra onde vocês moravam era de vocês ou era de outra pessoa?
MO: Nós tivemos terra agora de pouco tempo. [...] nós parava mais fosse em acampamento. Trabalhando de empreitada.
DF: Então vocês trabalhavam na terra de outras pessoas?
MO: De outras pessoas, pra ganhar o que precisava. Ganhar comida, tudo. Nós não tínhamos terra.

Em outros depoimentos, como o do senhor Valdevino P., ainda criança foi forçado a trabalhar para sustentar a família e ao longo da sua trajetória, depois de migrar por diversos lugares se estabelece em uma terra, da qual tentam expulsá-lo, por não ter a posse legal. A regularização da terra ocorre anos depois.

VP: Eu fui trabalhar [...] a minha mãe e meu padrasto ficaram doentes. Não tinha nem o que comer, fui trabalhar numa casa, na outra, pra ganhar pra mim comer e dá de comer a minha mãe e meus irmãos [...] eu trabalhei com um homem que eu ganhava um macinho de couve e um prato de farinha de biju. Trabalhava hoje pra comer amanhã. [...] Nós ficava acampado lá [...] nós parava tudo lá num galpão [...] Daí depois minha mãe melhorou, [...] nós fomos trabalhar com safrista de porco [...] assim foi indo, até que cheguei aqui, cheguei aqui entrei aqui de agregado, queriam me tirar. Fiz a casa aí, digo - Num saio. Primeiro pedi cinco *conto* pro dono da terra. Aí eu disse pra ele - Tenho que sair, você me dá cinco *conto* vou embora amanhã [...] Não

quis me dá, digo - Ó então o senhor me desculpe, eu num saio [...] Depois que ele morreu daí foi que eu comprei a terra.

Já no depoimento de Ademírio C., o entrevistado relata que após a compra de quatro alqueires de terras, a família migra para Santa Catarina, e ao longo dos anos conviveu com diversas pessoas de origem cabocla, que eram contratados para pequenos serviços nas terras da família.

AC: Nós sempre tivemos uns *peãozinho* pra cortar mato [...] moraram em cima da terra muito tempo. Muitas pessoas fizeram a vida em cima do nosso pedaço de terra lá

DF: É essas pessoas que trabalhavam na terra de vocês, como é que era a relação de vocês com elas, tinha algum contrato, ou era só de palavra?

AC: Olha, na época não se fazia contrato, os mais velhos diziam assim ó (faz gesto), fazer um negócio e mostrava o bigode, era assim e depois com cuidado vê quem que tu colocava em cima pra depois não se complica né, era muito, classificadas essas pessoas [...] Tem um peão que te leva na justiça, tu colocava um na terra te incomodava até não querer mais, antigamente não tinha essa história.

DF: E esses agregados, esses peões que vocês contratavam, era pra que tipo de serviço mais?

AC: Ah mais na foice, eles não sabiam na enxada. Roçar estrada, roçar inverno, quebrar milho, isso eles sabiam fazer, mas o resto, não tinha.

DF: Era diferente a forma como as famílias italianas viviam e esses brasileiros viviam?

AC: Mas não era assim tão diferente [...] porque não tinha [...] esse modernismo que tu tinha que comprar [...] Então os costumes mais ou menos era igual.

Como é possível observar, as condições de acesso à terra e de sobrevivência, são diferentes nos depoimentos apresentados. Enquanto os caboclos entrevistados conseguiram adquirir terras legalmente só recentemente, descendentes de europeus, migrantes do estado gaúcho, chegam em Santa Catarina, já com a posse legal de quantia significativa de terras para o sustento da família e potencial exploração econômica.

Em outra perspectiva de análise, as relações sociais afetivas mantinham princípios de orientação e divisão de mundo, tendo a etnia também como fator determinante. Nas relações afetivas, os descendentes de europeus geralmente deveriam buscar matrimônio com pessoas da mesma origem, imperando grande preconceito ao relacionamento com pessoas de origem cabocla, como expressa o depoimento de Catarina L.

DF: E como que era naquela época o relacionamento assim de casar caboclo com italiano, as famílias costumavam aceitar?

CL: Mas não muito [...] porque muitos [...] muitos odiavam os negros, não gostavam dos pretos, então não dava assim aquele casamento bom. Mas tinha poucos que casavam com outros assim. Muito pouco.

Situação semelhante em relação à exclusão de um grupo social por outro, ocorria na organização comunitária. A formação das comunidades com a construção de espaços de convívio social e lideranças populares, surge após a chegada das famílias de colonizadores, descendentes de europeus. Nesse momento, são construídas as igrejas, salões comunitários, escolas e outros espaços importantes para a coletividade. Geralmente os caboclos não participavam desses espaços, especialmente da igreja, sendo muitas vezes considerados “sem religião”, por não aderirem a prática da fé católica, seguindo os ritos apostólico romanos.

Para o entrevistado Arno S., “o principal ponto de encontro era a igreja no início, depois o padre, o prefeito e o delegado eram eles as principais autoridades do município, a igreja tinha mais forte influência em toda a organização da sociedade”. No depoimento de Catarina L., a presença dos caboclos não era bem vista nas festas comunitárias, pela desordem causada pelo comportamento agressivo deste grupo. Nesse sentido, as pessoas de cor “branca” precavidas da situação, tomavam providências, confiantes de que a lei estaria ao seu lado.

DF: Naquela época quando vocês vieram pra cá, tinha famílias de origem italiana e tinha brasileiro, como é que era?

CL: Tinha em brasileiros também. Os brasileiros que vinham entrar quando tinha festa eles vinham pra perseguir os gringos né. Mas aí os gringos já se uniram bastante [...] *atropelaram* os pretos né. Porque eles tinham casa no meio do mato [...] aqui era só sertão, sabe.

DF: E a organização na igreja, essas pessoas de origem brasileira elas participavam também?

CL: Muito pouco [...] Eles vinham [...] mais, pra destruir a festa, se eles podiam destruir eles vinham destruir, mas já esses daqui e os outros brancos, digo eles vieram prevenidos, eles eram sempre prevenidos, a gente sabia, pois a lei era sempre do lado nosso. Era mais fácil.

DF: A lei era mais para o lado do branco?

CL: Mais [...] sim.

Em outros depoimentos, a organização comunitária transparece relações de troca mútua e convívio harmonioso entre os moradores de diferentes etnias. Conforme depoimento de Luís R., “onde morávamos todos se enquadravam bem, lá não tinha olhar porque aquele era de outra nação ou não, todo mundo se queria bem. Não tinha porque aquele é caboclo, aquele é alemão, era uma amizade só”.

No depoimento de Arno S., merece destaque a abordagem do entrevistado em relação ao preconceito de descendentes de europeus em relação aos caboclos, mas também na relação entre italianos e alemães, reforçando a fato da fricção étnica, reforçar as fronteiras entre os grupos sociais.

[...] a família italiana e a família alemã aqui, elas tinham um preconceito muito grande contra o caboclo, porque o caboclo não tem aquela preocupação com o futuro e nem bem a preocupação com propriedade, com material, com coisa material [...] tinha um pouco de preconceito também entre os alemães e italianos, eu não sei por causa de que, mas os italianos não gostavam muito dos alemães. Mas se davam assim formalmente na organização social, religiosa etcétera, tinham respeito, mas no fundo, no fundo, também tinha essa questão do italiano não casar com o alemão [...] mas era muito menos que o caboclo.

Com base nos depoimentos é possível observar que as relações interétnicas são fruto de um processo histórico, que não pode ser observado sem considerar as perspectivas de vida dos diferentes sujeitos e suas trajetórias dentro do espaço de convívio social. Os pontos de vista não se apresentam como verdades absolutas ou visões compartilhadas por todos os entrevistados, reforçando que as relações sociais são construções fluídas e sempre em movimento, transformadas pelos sujeitos que dela fazem parte.

Nesse sentido, as memórias e relatos evocados são parte dessa construção fluída, que está em constante movimento. Meneses (1992, p. 10) indica que em relação às memórias não “[...] há como considerar que sua substância é redutível a um pacote de recordações, já previsto e acabado. Ao inverso, ela é um processo permanente de construção e reconstrução”. Assim, percebe-se que no movimento da história, a sociedade cria mecanismos fluídos e mutáveis constantemente, para dinamizar suas próprias memórias na arena das relações sociais, construindo processos de ordem e gestão social.

Meneses (1992, p. 11) apresenta que tanto a memória como suas formas de exteriorização, tal qual a tradição, estão sujeitas às dinâmicas sociais, uma vez que “[...] nunca se refere a nenhum corpo consolidado de crenças, normas, valores, referências definidas na sua origem passada, mas está sujeita permanentemente à dinâmica social”. Assim, a reflexão proposta neste trabalho pretende considerar as histórias, as memórias, as tradições e o contexto social, construído por diferentes sujeitos, de forma que todos passem a ser vistos não como dominantes e dominados, descendentes de europeus ou caboclos, fortes ou fracos, mas como

indivíduos singularmente importantes em algum aspecto do desenvolvimento do espaço social e da região.

4.2 OS PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO DE MEMÓRIAS: A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO E DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Este tópico apresenta considerações sobre o campo do patrimônio cultural e os processos de patrimonialização de memórias, fazendo referência a necessidade de memória, que ancorada em suportes exteriores, pretende conferir uma espécie de vida simbólica aos fatos, coisas e objetos considerados patrimônios significativos de serem preservados. A partir da análise dessa necessidade de memória são observadas as políticas públicas no campo do patrimônio cultural, em Santa Catarina e mais especificamente na região Oeste.

Com base neste cenário é analisada a atuação do poder público e das organizações da sociedade civil, as estratégias de preservação adotadas, bem como o espaço de representação social conferido aos diferentes grupos que povoaram os municípios da antiga Fazenda Saudades, caracterizando suas contribuições à formação da região e percebendo como as memórias desse processo têm impacto na construção identitária e, como contextos históricos de desigualdades são minimizados ou perpetuados ao longo do tempo.

O patrimônio cultural, enquanto conjunto de manifestações, tradições, bens e representações, tanto materiais quanto imateriais, pode ser compreendido como um produto de significados atribuídos pelos sujeitos aos atos ou objetos representativos em seu contexto individual e coletivo. Candau (2018, p. 159) sugere que:

Após uma longa evolução histórica da noção de patrimônio, desde a acepção romana do termo *patrimonium* (legitimidade familiar que mantém a herança) até a concepção moderna (adesão efetiva a certos traços do passado e reapropriação de heranças diversas concernentes tanto ao material quanto ao ideal, o cultural e o natural), sua “extensão quase metafórica” abre a ele o caminho de uma expansão conquistadora (pode ser patrimônio nacional, etnológico, natural, imaterial, histórico, arqueológico, artístico e mesmo genético).

De acordo com Torelly (2012) o conceito de patrimônio cultural, da forma como hoje conhecemos, surge com a Revolução Industrial, ao final do século XVIII, em paralelo com a Revolução Francesa, momento em que se define uma nova

ordem política, jurídica, social e econômica. Neste cenário, as nações buscavam a unificação e o reconhecimento, bem como uma simbologia comum entre os cidadãos de cada território, de forma que monumentos, documentos, obras de arte, entre outros símbolos se apresentam como capazes de “[...] assegurar à unidade política a identidade nacional necessária” (TORELLY, 2012, p. 3).

No Brasil, a evolução do conceito de patrimônio cultural ocorre especialmente após a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1937. Contudo, sua ampliação de sentido e momentos de grandes avanços, ocorrem somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988⁶⁹, que reconhece a dimensão imaterial, incluindo e conferindo importância as contribuições dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira e seu amplo espectro de manifestações (TORELLY, 2012).

O reconhecimento das dimensões material e imaterial, tangível e intangível do patrimônio cultural, está relacionado à valorização simbólica, econômica ou cultural que a sociedade confere a determinado bem. Dessa forma, a busca por identificar e atribuir valor a edificações, objetos, manifestações e paisagens é uma espécie de mecanismo de proteção, que alimenta o fenômeno da patrimonialização. Tal fenômeno pode ser percebido, por meio de ações articuladas por diferentes grupos e instituições ligados ao setor público ou privado, este último especialmente considerado em nosso estudo, na forma das organizações da sociedade civil.

De acordo com Cruz (2012, p. 96) o processo de “patrimonialização do patrimônio” faz parte de um movimento:

[...] cujo início remonta à Revolução Francesa e à tomada de decisão, pelo então novo governo francês, da necessidade de intervenção do Estado com vistas à proteção de seu patrimônio material, incluindo-se edifícios e obras de arte. Em terras brasileiras, tais medidas remontam ao início do século XX e, embora apareçam já nos primeiros anos do século passado, é no contexto do movimento modernista que ganham força política. Uma espécie de receio institucionalizado de que tudo fosse literalmente tombado para dar lugar ao novo, ao moderno, parece ter sido uma das molas propulsoras do movimento de “patrimonialização do patrimônio”, no qual destaca-se a figura de Mário de Andrade, autor do primeiro anteprojeto de lei de proteção do patrimônio cultural, datado de 1936.

⁶⁹ O Art. 216 da Constituição compreende o patrimônio cultural brasileiro como o conjunto de todos os bens materiais ou imateriais, considerados elementos de identidade, que são: formas de expressão; modos de fazer e viver; criações científicas, artísticas e tecnológicas; obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Dessa forma, o processo de patrimonialização, ou a busca por conferir significado às coisas que nos cercam, estaria relacionado ao que Nora (1993) chama de uma necessidade de memória, “menos a memória é vivida do interior, mais ela tem necessidade de suportes exteriores e referências tangíveis de uma existência que só vive através delas” (NORA, 1993, p. 14).

De acordo com Nora (1993) lugares de memória, que podemos aqui interpretar como os objetos, manifestações, monumentos e outras formas de representação, seriam investidos de uma “vida simbólica”, restituindo o passado e o “sabor das coisas” no presente. Portanto, seria dessa vida simbólica que estaria investido o processo de patrimonialização, uma vez que seria a chave capaz de conferir sentido ao presente, numa trajetória do passado, ainda latente e envolta em um apego memorial do que somos, tanto nas narrativas pessoais, quanto nas narrativas e manifestações dos que nos antecederam.

O processo de patrimonialização é aqui compreendido como o ato de conferir significado ou importância às manifestações, objetos ou representações de natureza material ou imaterial que seriam significativas para a sociedade. Tal processo não seria espontâneo, mas sim induzido pela ação dos agentes sociais, sejam eles da esfera pública ou privada, enquanto condutores dos processos de construção da ordem social.

Para Candau (2018, p. 159) a busca memorial e a patrimonialização, pela via da afirmação identitária respondem “[...] a uma demanda social em direção ao passado [...]”, numa ilusão de eternizar narrativas e feitos tidos como significativos, “[...] num esforço de enraizamento na terra natal [...]” (CANDAU, 2018, p. 161). Com base nessa perspectiva sugere-se observar as políticas públicas no campo do patrimônio cultural em Santa Catarina, de forma a compreender como a busca memorial ganha sentido, seja como demanda em relação ao passado, seja como uma forma de refletir sobre o presente.

No Estado de Santa Catarina, as políticas de valorização e preservação do patrimônio cultural estão relacionadas principalmente à exploração do potencial turístico, por meio do reconhecimento do patrimônio material, em especial na arquitetura, mas também com o reconhecimento do patrimônio imaterial, nos saberes, fazeres e práticas tradicionais de diferentes grupos étnicos e culturais. Uma das iniciativas que surge com o intuito de explorar o potencial turístico e cultural no

Estado é o levantamento desenvolvido por meio do projeto Roteiros Nacionais de Imigração, iniciado na década de 1980, através de uma parceria entre a Fundação Catarinense de Cultura e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Ao reconhecer o patrimônio cultural dos imigrantes que se deslocaram para Santa Catarina, especialmente nas regiões do Planalto Norte e Vale do Itajaí, durante os séculos XIX e XX, os grupos étnicos, especialmente alemães, italianos, portugueses, poloneses, austríacos e ucranianos ganham destaque por sua trajetória e seus feitos. A publicação “Roteiros Nacionais de Imigração: Santa Catarina - O Patrimônio do Imigrante” (2011) destaca que significativas representações do patrimônio cultural europeu, fora da Europa, estão em Santa Catarina, de forma a reforçar a importância da preservação e exploração desse potencial.

O reconhecimento dos grupos étnicos, descendentes de europeus, confere a estes atores sociais uma representatividade, que legitima a ideia do imigrante “construtor de progresso” para o país e para o Estado. Contudo, mesmo considerando a contribuição deste grupo social, sugere-se pensar na forma como o reconhecimento de um grupo social, pode em decorrência direcionar os discursos e as práticas sociais, originando distinções excludentes de outros grupos formadores da sociedade, como por exemplo, indígenas e caboclos.

Nesse sentido, questionar os processos de produção de narrativas e afirmação identitária, revela uma linha tênue entre a salvaguarda como ressignificação do próprio presente, e o esforço de um “discurso oficial” da história, destacando personagens de forma particularizada, que se contrapõe a realidade vivida, em que relações sociais de desigualdade se perpetuam e acentuam. Dessa forma, propõe-se pensar os processos de patrimonialização, como formas de “reapropriação, restituição e reabilitação do próprio presente, em prol de um futuro de relações sociais mais justas” (MICHELON; MACHADO JR; GONZÁLEZ, 2012, p. 07) e não somente como forma de afirmação de um discurso.

Avançando para o campo das políticas públicas, sejam elas de estado ou de governo, compreende-se que um dos papéis primordiais do Estado é a formulação de políticas que traduzam e possibilitem o alcance dos direitos sociais dos cidadãos. No exercício da cidadania, a sociedade almeja que o Estado assumira esse papel e garanta o atendimento de questões relativas ao bem-estar social coletivo. Para Secchi (2013), as políticas públicas abordam tanto o conteúdo concreto quanto o

simbólico de decisões políticas e da construção e atuação a partir dessas decisões. Na argumentação do autor, a política pública deve ser compreendida como uma diretriz, que pode ou não ser implementada pelo governo. Contudo, a inação governamental não pode ser aceita como política pública, não sendo assim passível de análise.

Ao observar o contexto regional do Oeste Catarinense, percebe-se que ainda são poucas as iniciativas, tanto de preservação do patrimônio cultural, quanto de redução de contextos de desigualdades historicamente construídas, o que sob o olhar de Secchi (2013) caracterizaria a ausência de políticas públicas ou políticas de Estado na maioria dos municípios, sendo, portanto simplesmente políticas de governo, que mudam a cada troca de gestão. Analisando os municípios da antiga Fazenda Saudades, pode-se observar que são poucos os instrumentos de gestão e iniciativas do poder público, no sentido de salvaguardar o patrimônio cultural, especialmente patrimonializando as memórias do processo de formação da região.

Conforme informações obtidas na página oficial dos municípios e em pesquisa com os gestores das prefeituras, dos doze municípios, somente Formosa do Sul, Quilombo, São Domingos, Santiago do Sul e São Lourenço do Oeste possuem museu, e destes, somente o Museu Formosa do Sul está em funcionamento regular, com atendimento ao público e de acordo com a política nacional de museus, que preconiza a existência de Plano Museológico⁷⁰.

Em relação à existência de políticas de salvaguarda do patrimônio cultural foram identificados até o momento ações no município de Formosa do Sul, que possui Plano Museológico e Plano Municipal de Cultura⁷¹, ambas ferramentas que instituem políticas norteadoras das ações realizadas pelo poder público, de forma a transcender as gestões de governo, que mudam a cada quatro anos, permitindo assim o desenvolvimento de uma política consistente e continuada. No município de São Lourenço do Oeste, de acordo com o gestor entrevistado, vem sendo realizado

⁷⁰ Conforme cartilha do Instituto Brasileiro de Museus, o “Plano Museológico é o principal instrumento para a compreensão das funções dos museus. [...] É a partir dele que as ações administrativas, técnicas e políticas são sistematizadas tanto no âmbito interno, quanto na sua atuação externa. [...] A ferramenta de gestão foi instituída pela Lei nº 11.904/2009, que trata do Estatuto de Museus, legislação específica para orientar e auxiliar as instituições museológicas e regulamentada pelo Decreto 8.124, de 17 de outubro de 2013” (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2016, p. 4).

⁷¹ Os Planos Municipais de Cultura são documentos norteadores da política municipal de cultura, que devem apresentar objetivos, diretrizes, ações e metas para dez contemplando as demandas locais, de forma a potencializar a diversidade cultural de cada localidade (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2013).

um estudo para implantar a política municipal de patrimônio cultural material e imaterial no município.

No que diz respeito à existência de iniciativas de patrimonialização de memórias, foram mapeadas ações que envolvem pesquisas, produção de livros, desenvolvimento de exposições e ações educativas, nos municípios de Campo Erê, Formosa do Sul, Quilombo, São Domingos, Santiago do Sul, Galvão e São Lourenço do Oeste. As iniciativas, em sua maioria, dizem respeito à pesquisa e difusão de informações sobre a história dos municípios, com destaque para as ações desenvolvidas no município de Formosa do Sul, que além da pesquisa, promovem projetos com elaboração de documentários, cartilhas, ações educativas e eventos em rede com museus e entidades socioculturais da região⁷².

Importante ressaltar que os dados coletados têm por base as informações obtidas com os atuais gestores das prefeituras municipais e de acordo com as publicações na página oficial dos municípios. Considera-se, portanto, que possam haver outras iniciativas desenvolvidas no passado, ou mesmo na atualidade e que não foram mapeadas devido à escassez de informação de acesso público.

Durante a pesquisa foram produzidas entrevistas com os gestores das prefeituras municipais de São Lourenço do Oeste, Santiago do Sul, Quilombo e Formosa do Sul. As entrevistas buscaram identificar especialmente, que políticas são adotadas pela gestão pública municipal ou pelas organizações da sociedade civil, de forma a patrimonializar as memórias dos moradores, reconhecendo ou não, a importância de diferentes grupos étnicos no povoamento da região e suas contribuições para a construção da ordem social.

Na entrevista realizada com gestora da Prefeitura Municipal de Quilombo, Dirlei V. foi possível identificar, iniciativas visando a patrimonialização de memórias e preservação da história do município, por meio da elaboração de um livro, produzido a partir de pesquisa do CEOM, entre os anos de 1999 e 2000 e no mesmo período a aquisição de uma casa histórica para ser transformada em Museu.

DF: E que ações o poder público vem desenvolvendo para preservar a história do município e o patrimônio cultural? Tem alguma iniciativa?

DV: No momento não tem, não tem nada mesmo.

DF: E no passado já foi feito alguma coisa, um livro, uma pesquisa, uma exposição?

⁷² Mais informações na Cartilha de Apoio Didático do Museu Formosa do Sul, disponível em <https://www.cataventoproducaocultural.com/portfolio>.

DV: Já, tem um livro que quem teve iniciativa na verdade foi a gestão de [...] acho que foi 98/99 que saiu esse livro. Ah, conta um pouco da história do município, entrevistas com moradores antigos [...] As pessoas que foram os primeiros colonizadores aqui.

DF: E depois desse livro não teve mais nenhuma iniciativa ou teve alguma coisa?

DV: Não, não teve mais nada. A gente tinha Casa da Cultura até que estava aberta ativa, a gente fazia várias exposições itinerantes [...] Mas hoje ela está desativada por falta de manutenção mesmo, ela está precisando de uma reforma.

DF: E fala um pouquinho sobre essa casa, é uma casa histórica como que é a história dela?

DV: [...] foi uma das primeiras casas que foram construídas no município, ela estava no interior. É a casa do seu Anselmo Simon. Ela ficava lá na Barra do Quilombo e ela veio para cá, a prefeitura comprou com o intuito de fazer mesmo um Museu, a Casa da Cultura. Então eles trouxeram ela para cidade foi em 99, instalaram ali na quadra da praça depois dali ela foi transferida para outro terreno da prefeitura. Mas assim, ela já funcionou muito bem, ali funciona o museu na verdade. Tem muita coisa guardada aqui dentro. Mas algumas gestões deixaram e foi se passando e a gente hoje tá correndo atrás de dinheiro para reformar, que poder público não é fácil.

DF: Hoje em dia ela está em funcionamento ou ela está fechada?

DV: Está fechada.

Observa-se no depoimento, a dificuldade da gestão pública, em primeiro lugar, em incorporar e dar continuidade às ações desenvolvidas pela gestão anterior, visto que a pesquisa relacionada à produção do livro e formação do museu, não foram exploradas pelas gestões seguintes, e em segundo lugar a dificuldade de manutenção do equipamento público, no caso o museu, o que prefigura certo descaso com o patrimônio cultural, visto que o mesmo não é prioridade de investimento na maioria dos municípios da região e do Estado.

Em outra perspectiva, na entrevista com o gestor do município de Santiago do Sul, Juliano S., observa-se a dificuldade da gestão municipal em desenvolver ações tanto de preservação, quanto difusão da memória do município. Mesmo havendo uma iniciativa no passado, no sentido de um “resgate” histórico, a falta de gestores efetivos, com conhecimento técnico e mesmo recursos, dificultam que o patrimônio cultural seja salvaguardado e difundindo, especialmente entre as novas gerações.

DF: E dentro da área do patrimônio cultural, a preservação da história do município, a prefeitura realizou ou realiza alguma ação pra preservar um pouquinho da memória?

JS: Na verdade o município ele tem um histórico cultural e a gente sempre tenta manter esse histórico e eu lembro a anos atrás ali, até eu não sei essas gravações aonde estão ou daqui um pouco se está na prefeitura ou o que, foi até entrevistado essas pessoas que citei [...] que tem vindo também do Rio Grande (do Sul) e eu lembro que eu acompanhei o cara lá e eles

fizeram essas entrevistas e daí não sei aonde que se encontra essa gravação, mas no grosso da história a gente tenta de manter.

DF: Então a prefeitura já fez há anos atrás essa iniciativa de preservar?

JS: Sim, eu lembro que foi, foi toda essa história, foi tipo contado, tentado contar por esse pessoal [...]

DF: Você tem lembrança se essa história foi levantada, divulgada pra comunidade, trabalhado na escola?

JS: Sim, sim. Foi divulgada [...] Acho que foi em rádio ou se foi em jornal, mas foi divulgado [...] só que não sei aonde que parou isso daí.

DF: Você sabe me dizer que grupos étnicos vieram para povoar essa região?

JS: Italianos, um pouco de alemães, mas hoje que eu lembre assim acho que são pouquíssimos aqui, temos aqui também poloneses, mas poucos, mais a migração foram italianos e caboclos [...]

DF: E o município tem museu?

JS: É o município ele tem [...] um museu só que ele é particular [...]

Durante a entrevista, o participante destaca que o município não tem Museu Público, mas conta com um Museu particular, localizado no interior. Conforme descreve se trata de um colecionador, que possui objetos históricos que incluem ferramentas utilizadas na agricultura, na construção de casas, utensílios domésticos, entre outros. Iniciativa semelhante é encontrada também no município de Formosa do Sul, na qual um colecionador com mais de 300 objetos, criou no porão de casa o Museu Frezza. Em ambas as iniciativas, as escolas realizam visitação aos acervos para que os alunos conheçam objetos e práticas das gerações passadas.

Os museus particulares, pelos acervos que reúnem, representam essa necessidade de memória, que tem o sentido do seu uso no passado, ressignificado no presente. Nesse sentido, Meneses (1992, p. 12) se referindo a objetos antigos que são imersos na contemporaneidade, sugere que:

[...] todo eventual valor de uso subsistente converte-se em valor cognitivo o que, por sua vez, pode alimentar outros valores que o passado acentua ou legitima. Longe, pois, de representar a sobrevivência, ainda que fragmentada, de uma ordem tradicional, é do presente que ele tira sua existência. E é do presente que deriva sua ambiguidade.

A história imersa nos objetos e nas antigas práticas a eles relacionadas existe no presente, como instrumento de reflexão e, portanto, ação social. Mesmo o poder público tendo dificuldade em ser o agente de preservação, a sociedade civil, seja por meio de ações individuais ou de grupos, garante que a memória e a história permaneçam vivas, nas prateleiras de objetos, nas rodas de conversa, na manutenção de tradicionais práticas de cura, no palavreado, enfim, no seu cotidiano.

A carência de iniciativas do poder público no sentido de preservar o patrimônio cultural, pode ser interpretada como falta de informação e interesse em desenvolver o potencial desse campo nos municípios. Na entrevista com o gestor do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste, Rennã F., o mesmo destaca como o tema patrimônio cultural ainda é pouco explorado e debatido na região, levando tanto poder público quanto sociedade civil a desconhecem mecanismos e políticas de salvaguarda.

DF: E na área de história e patrimônio, que ações o município ou o Instituto vem desenvolvendo pra preservar a história e o patrimônio cultural?

RF: Então essa é uma área que é bem nova [...] as nossas ações, muito recentemente a gente promoveu, em parceria com a Fundação Catarinense de Cultura um encontro estadual de patrimônio cultural aqui em São Lourenço, a gente foi atrás e fez o possível pra trazer esse evento pra cá, por conta da falta de informação que até mesmo agentes públicos e políticos têm sobre o assunto [...] A gente percebe que ao longo do tempo muitas ações patrimoniais tanto materiais quanto imateriais no nosso município elas, se perderam, acredito que não seja nem por culpa específica de gestores, mas sim, justamente pela falta de informação sobre o assunto, sobre o que é um patrimônio, como preservar um patrimônio, que ações, que medidas elas possuem nesse sentido, e também pela falta de atuação do próprio órgão fiscalizador e responsável por isso no nosso estado.

Em nível estadual, o órgão gestor para a área de cultura e patrimônio é a Fundação Catarinense de Cultura (FCC), responsável por dinamizar as políticas públicas de cultura no Estado, juntamente com a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte⁷³ (SOL), a qual está vinculada. A FCC foi criada pelo Decreto n. 7439/1979, com a missão de valorizar a cultura por meio de ações que estimulem, promovam e preservem a memória e a produção artística catarinense. Nas áreas de patrimônio cultural e memória, o setor responsável pelas ações de proteção, preservação e salvaguarda do patrimônio cultural catarinense é a Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC).

Alguns dos atos legais de preservação do patrimônio cultural no Estado são a Lei n. 5.846/1980, que dispõe sobre a proteção do Patrimônio Cultural do Estado, conhecida como Lei de Tombamento Estadual e o Decreto n. 2.504/2004 que institui as formas de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial ou Intangível que

⁷³ Em 22 de maio de 2019 foi aprovado Projeto de Lei Complementar da Reforma Administrativa do Governo de Santa Catarina, por meio da qual a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte é extinta, passando a atuar como órgão gestor de cultura no Estado somente a Fundação Catarinense de Cultura, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social. Mais informações em <https://reformasc.wordpress.com/>.

constituem o patrimônio cultural de Santa Catarina. Atualmente constam no site da FCC, os bens tombados de 42 municípios, sendo que nenhum deles é da região Oeste do Estado. Já em relação aos bens de natureza imaterial ou intangível, não foram encontrados registro no site.

Vinculado a DPPC atua o Sistema Estadual de Museu (SEM), que se define como uma rede organizada, baseada na adesão voluntária, que reúne e articula as instituições museológicas no Estado de Santa Catarina. Conforme Rafael (2017), desde 1980 a FCC já realizava esforços para criar uma política pública para os museus do estado, com foco na organização e profissionalização do setor. Sua criação oficial ocorre por meio do Decreto n. 615/1991, caracterizando-se como um dos primeiros sistemas de museus do país, mas sua estrutura já vinha sendo formatada desde 1986. Ao longo dos anos o SEM em alguns momentos tem suas atividades diminuídas e incorporadas a outros setores, reflexo das mudanças na política nacional de museus, até sua última alteração por meio do Decreto n. 599/2011. Ainda conforme Rafael (2017) o SEM atualmente, reúne 193 instituições museológicas, entre públicas e privadas, de 106 municípios catarinenses.

Observa-se que, em Santa Catarina as políticas públicas ainda sofrem com a falta de legitimação e continuidade pelas características que lhe são atribuídas, conforme os diferentes gestores que norteiam o desenvolvimento das ações. Por outro lado, fica evidente que as políticas públicas em nível nacional são os elementos norteadores, que servem de referência para os Estados, de forma que os atos e programas do Governo Federal motivam e direcionam os demais entes, da mesma forma que ocorre com os municípios, que são guiados pela ação dos órgãos e setores estaduais.

Podemos sugerir, dessa forma, que as discontinuidades na agenda e nas políticas públicas em nível nacional, interferem diretamente na política desenvolvida no Estado, que por sua vez interfere na política dos municípios. Na região Oeste Catarinense, as ações desenvolvidas, patrimônios preservados e práticas salvaguardadas ou reconhecidas, ainda representam número pouco expressivo, mas com perspectivas de crescimento ao se considerar, cada vez mais, “a preocupação documental de nossa sociedade e a preparação da memória futura” (MENESES, 1992, p. 12).

Para observar a importância dos equipamentos culturais como instrumentos não só de gestão de políticas públicas, mas também como espaço de reflexão, uma

análise em contraponto, sobre a realidade de diferentes experiências na implantação de Museus, ajuda a perceber, como a problemática social que envolve os equipamentos que preservam o patrimônio cultural, se refere não só aos mecanismos e conteúdos, mas também aos agentes e as práticas adotadas frente aos desafios (MENESES, 1992).

Para o gestor Rennã F., o fato do Museu Comercindo Pedersetti, de São Lourenço do Oeste, ter sido desativado é reflexo da falta de conhecimento técnico e de uma política de gestão para o equipamento cultural. O fato da instituição não possuir Plano Museológico, nem profissionais com instrução, levou não só a desintegração do acervo, como também a descaracterização da principal função social de um museu, que é comunicar e interagir com a sociedade.

RF: [...] o Museu Comercindo Pedersetti, que era um museu municipal aqui de São Lourenço, a cerca de 8 anos atrás ou 10 não tenho certeza da data específica, ele foi desativado. Foi desativado porque ele não possuía manutenção e não se tinha orientações sobre o tema, nem pessoas qualificadas na área pra lidar com o museu. Então ele nunca possuiu um Plano Museológico, ele nunca recebeu orientações nesse sentido. Então muito recentemente a gente fez a adesão ao Sistema Estadual de Museus junto a Fundação Catarinense, onde a gente está trabalhando num planejamento pra reativar ele muito em breve, planejar qual vai ser a missão, quais serão as linhas de atuação, o que o Museu poderá preservar ou não [...] nesse momento a gente não tem nenhuma atividade [...] existia um acervo no museu, então quando ele foi desfeito [...] foi dividido esse acervo pra vários órgãos da prefeitura municipal [...] no último ano e meio a gente tem buscado esses materiais e tem trazido todos pra cá, pro Instituto [...] depois que ele foi desativado, ele ficou sem espaço físico e o que acontece aqui no Instituto, a gente tem uma sala de exposição, essa sala foi dado como nome do espaço do museu, a gente ainda não tem a estrutura pra fazer a manutenção desses itens, não existe profissional né, contratado também pra nos auxiliar no Plano, nas metas, mas ele existe por lei.

No município de Formosa do Sul, apresenta-se outra perspectiva, com a implantação de um Museu, amparado em parâmetros técnicos, com atuação de equipe multidisciplinar e de acordo com a política nacional de museus. Em entrevista com a gestora da Prefeitura Municipal, Rosemeri S., o Museu é destacado como a principal ação de preservação do patrimônio cultural, junto com as pesquisas desenvolvidas com os moradores.

DF: Que ações o poder público municipal vem desenvolvendo pra preservar a história e o patrimônio do município?

RS: Então eu acho que a questão do patrimônio, a principal ação foi a criação do Museu. Então vem junto preservar uma parte do patrimônio histórico como objetos, mas a principal ação é a questão da preservação da

memória da população de Formosa, através de pesquisas, de entrevistas com o pessoal, os primeiros moradores, o pessoal mais de idade, o livro do município também é uma forma de preservação da memória. Então, as ações em si acho que é o principal, de pesquisa, de entrevista, é a principal forma de preservação da memória do município de Formosa.

DF: E desde quando funciona o Museu?

RS: O Museu ele foi criado em Lei em 2013, de 2013 a 2016 foram estudadas as formas de implantação e na sua reestruturação e ele entra em funcionamento a partir de 2016.

DF: E que memórias são preservadas ou valorizadas no Museu?

RS: [...] acho que a preservação primeiro da história da cidade, a história, o modo de vida das pessoas, além do acervo [...] tem-se sim alguns objetos de preservação, mas a intenção do Museu é através das pesquisas, dos saberes, dos fazeres, então através das exposições, pra deixar isso registrado e passar para as futuras gerações também né. E fazer com que [...] hoje, os mais novos venham pro Museu e que valorizem essa história.

Para além da atuação dos museus, quando lançamos um olhar para a questão do espaço de reconhecimento social, ocupado pelos diferentes grupos étnicos que povoaram a região, observa-se que há um predomínio no reconhecimento das manifestações culturais dos descendentes de europeus, pela própria característica de suas festas e práticas de socialização, como aparece na fala do gestor do município de São Lourenço do Oeste.

DF: Vocês tem algum trabalho relacionado com as etnias que compõem o município, grupos étnicos?

RF: Sim, a gente apoia algumas ações. A gente tem dois grupos de dança folclóricos, um de dança alemã e um de dança italiana, também temos um coral italiano, ambas de comunidades que representam essas ações. E também apoiamos festas típicas, organizadas por essas duas etnias, etnia italiana e alemã.

DF: Existe algum registro, alguma identificação, relacionada a manifestações de pessoas de origem cabocla no município, ou alguma relação que vocês façam com a cultura tradicional das pessoas de origem cabocla?

RF: Os registros, eu acredito que o que tenha seja nesses livros, enquanto instituição a gente não tem conhecimento, até porque, fato histórico que a gente percebe na formação da nossa sociedade mesmo é que os caboclos nunca participaram ativamente nas festividades que são ditas populares aqui do nosso município, tanto festivais como de forma religiosa assim, não surgiu nenhuma festividade tradicional da cultura cabocla. A gente tem conhecimento das localidades e locais onde existiam esses caboclos no início, algumas comunidades aonde chegaram os primeiros colonizadores na região, que já se tinha essas pessoas que residiam aqui e as localidades quais eram, mas de manifestações deles nenhuma ainda.

Pela própria diversidade cultural, fruto da integração de práticas de diferentes grupos étnicos, a presença cabocla não costuma ser notada, uma vez que a organização social do período da colonização e as tradições mantidas posteriormente são comumente associadas a italianos e alemães, por suas festas

típicas, músicas, danças, etc. Se os caboclos não são identificados como participantes ativos em festividades populares, talvez isso se dê ao fato de na memória social coletiva, eles não serem lembrados como figuras de destaque, mesmo estando presentes em tais iniciativas.

De acordo com Renk (2006a) a partir dos processos de colonização, a identidade étnica emerge dando espaço para o surgimento de fronteiras de exclusão, “essa fronteira é traçada pela maioria, no caso, a italiana – definindo a categoria social a ser excluída – os caboclos, um grupo com *habitus* diferente e com menor poder de impor a sua visão e representação de mundo” (RENK, 2006a, p. 157). Com base nas considerações da autora, sugere-se refletir sobre as formas de representação presentes nas tradições, como fruto de uma construção social, que advém de uma memória coletiva dominante, de forma que ser lembrado ou esquecido, faz parte da dinâmica subjetiva de formação da sociedade, seja no passado ou na atualidade.

Na perspectiva de Candau (2018, p. 182) doutrinas, contos, relatos e mitos presentes nas narrativas dos grupos sociais são como:

[...] pedras angulares de memórias fortemente estruturadas que contribuem, no interior de um grupo ou de uma sociedade, para orientar duravelmente as representações, crenças, opiniões e para manter a ilusão de seu compartilhamento absoluto e unânime. Essas grandes categorias organizadoras de representação identitárias coletivas são mais eficazes quando dispõem, dispersos em todo o corpo social, de meios de memória: escola, igreja, Estado, família, que com suas práticas e ritos diversos difundem e fazem viver essas grandes memórias organizadoras.

Nesse sentido, observa-se que festas e tradições presentes ainda hoje na sociedade são meios de afirmação da memória, que permitem a difusão de representações identitárias coletivas, importantes como referências de um passado que se quer preservar e manter vivo na memória coletiva.

Em outra perspectiva, a gestora do município de Formosa do Sul destaca a diversidade de grupos étnicos na formação do município, com presença de diversos atores sociais tanto em pesquisas, quanto exposições do Museu.

DF: E que grupos étnicos compõem o município de Formosa do Sul?

RS: O município de Formosa ele é composto por [...] italianos, alemães, caboclos e indígenas e poloneses.

DF: E no Museu esses grupos étnicos tem o mesmo espaço nas pesquisas, nas ações que o Museu faz?

RS: Eu acredito que sim, porque o resgate tanto no livro, quanto nas exposições do Museu, se cita sim a etnia indígena né, os indígenas, os caboclos, aí se conta também a migração dos italianos, dos poloneses né, ao município. Então se foca também lá nos primeiros moradores de fato, que existiam na época no município.

No depoimento dos gestores de Formosa do Sul, São Lourenço do Oeste e Quilombo, os livros que contam a história dos municípios são destacados como instrumentos que permitem dar voz a diferentes sujeitos, sendo representados descendentes de europeus e caboclos. Observa-se que no livro sobre a história de Quilombo, escrito por Wolff e Schuh (2000) e no livro sobre a história de Formosa do Sul, escrito por Onghero (2012) todos os sujeitos são considerados no processo de formação histórica da região, com suas diferentes contribuições. Já no livro sobre a história de São Lourenço do Oeste, escrito por Folador (1990), na história de Campo Erê, escrita por Folador (1991) e na de Galvão, escrita por Folador (1992), indígenas e caboclos mesmo sendo reconhecidos por sua presença na região, tendo aberto picadas em meio a mata, nomeados riachos e plantas, construído os primeiros ranchos, são estigmatizados como “presença insignificante”, uma vez que “o gaúcho é, incontestavelmente, o povoador do Oeste Catarinense” (FOLADOR, 1990, p. 30), prevalecendo os descendentes de italianos e alemães, como elementos de destaque, pela perspectiva econômica que implantaram na região.

Para Michelin, Machado Jr e González (2012, p. 09) “[...] o ato de valorização implica em que algo será priorizado”. Dessa forma, valorizar uma ação, um grupo ou uma iniciativa, por si só implica em destacar de forma diferenciada. Contudo, com base em Meneses (1992, p. 13) sugere-se refletir, não apenas na generosidade ou a falta dela nestas iniciativas, “[...] mas, do ponto de vista do conhecimento, na sua onerosa serventia”. Ou seja, o que preservar, por que preservar, para quem preservar. Quem será lembrado ou esquecido, pelo ato de patrimonialização e qual será a contribuição desse ato, na configuração social mais ampla.

Essa reflexão permite ponderar sobre nossos posicionamentos frente ao mundo, de forma que a perspectiva dessas experiências merece atenção especial não só como fatos do passado, mas como um reflexo dos paradigmas sociais da atualidade. Assim, não há como compreender o presente, sem remeter um olhar ao passado. As condições sociais e o modelo de desenvolvimento são frutos das práticas, levadas a cabo pelos sujeitos muitas vezes sem consciência das interlocuções implícitas, de forma que uma ação do passado permanece no presente

e assim “[...] formam parte do que nos faz ser o que somos” (MASSEY, 2012, p. 212).

Meneses (1992, p. 09) considera que o tema memória está em voga na atualidade e que “os movimentos de preservação do patrimônio cultural e de outras memórias específicas já contam como força política e tem reconhecimento público”, estando a memória a fornecer “[...] munição para confrontos e reivindicações de toda espécie”. Nessas reivindicações, as fronteiras sociais são tensionadas justamente para pensarmos sobre nossos conceitos em relação ao desenvolvimento e a desigualdade social.

Para Torelly (2012, p. 11) combater desigualdades e preservar o patrimônio cultural são ações inter-relacionadas. Da mesma forma que todo indivíduo tem direito a uma vida digna, também tem direito a sua liberdade de expressão, portanto seu patrimônio, presente na manifestação de seu jeito de ser, seu modo de vida e sua participação na construção do mundo.

Sem combate à pobreza, à desigualdade, ao desemprego, sem acesso a saúde e educação de qualidade, sem garantia de liberdades políticas, étnicas, culturais e religiosas, sem respeito à preservação ambiental, não teremos desenvolvimento. Imprescindível entender que o processo de estabelecimento de políticas públicas no Brasil, interfere na salvaguarda e na defesa do patrimônio cultural material e imaterial.

Ao questionar os gestores sobre, que outras ações poderiam ser realizadas para preservação das memórias dos moradores do município, a gestora do município de Quilombo destaca:

DV: [...] se a gente deixar passar, a história se vai, é como um álbum de fotografia que a gente descarta. Mas enfim o que o poder público pode fazer eu acho que é incentivo, incentivo mais na área cultural e nessa área de divulgação, preservação principalmente porque um trabalho importante também que a gente vai fazer é nas escolas com as crianças [...] eu acredito que é uma peça fundamental assim para que a coisa ande.

Na fala do gestor de São Lourenço do Oeste, a formação é um dos principais caminhos apontados para preservação e valorização do patrimônio cultural:

RF: Então, eu vejo que a principal, uma das principais é a parte da formação, inclusive pros municípios, [...] E isso acontece muitas vezes por parte do próprio poder público, que também não tem formação na área, não tem esse conhecimento, pra saber como nortear [...] essas ações e a própria população de maneira [...] Então um dos primeiros passos que a

gente esta dando, está sendo nessa lei, pra deixar isso registrado onde a instituição não sofra com troca de gestões. Aonde uma próxima gestão continue o trabalho que vem sendo iniciado e que tenha segmento sempre essas ações.

A gestora de Formosa do Sul destaca o papel educativo do Museu e a importância da interação com as crianças:

DF: [...] que importância você acha que tem a existência do Museu, para o trabalho educativo? Existe essa interação do Museu com o trabalho educativo da escola? Qual que é a importância disso?

RS: Eu acho que é extremamente importante porque a ação educativa, ela faz com que a criança [...] consiga ter aquela observação, aquele olhar, pro que foi o passado ou começa a estimular essa criança a ter um outro olhar cultural, esse resgate da cultura do avô da avó [...] essas ações elas fazem com que a criança consiga [...] ter essa interação, hoje as crianças não conhecem [...] como se faz um chapéu de palha por exemplo, não tem o acesso a um chapéu de palha. Então como que o avô e a avó faziam. [...] elas tem muito aquela concepção das coisas prontas, acabadas e o Museu, essas ações educativas, todo esse resgate histórico permite fazer com que a criança tenha conhecimento da sua história, que as coisas não são prontas, que teve um passado, que permitiu que construísse uma cidade, uma vila [...] pra eles também valorizarem o avô, a avó, o pai, a mãe, a importância deles no passado. Então eu acho que é muito bacana essas ações educativas é muito importante pra situar a criança, qual é o tempo real que ela vive e o que aconteceu no passado.

Com base na fala dos entrevistados, observa-se que o incentivo a área cultural, formação e criação de políticas públicas de gestão, trabalho educativo com as novas gerações, valorização dos saberes tradicionais, importância do cidadão na formação histórica da região, são temas importantes para se pensar na salvaguarda do patrimônio cultural. Mesmo havendo dificuldades, tanto na gestão pública, quanto nas dinâmicas propostas pela sociedade civil, por meio de grupos organizados, em valorizar, manter ou ressignificar o patrimônio cultural, ele se mantém vivo e tem força de ação.

Woortmann (1990, p. 57) sugere que categorias socioculturais fazem parte de uma constelação e que “[...] remetem a um ordenamento moral do mundo”. Assim, as categorias, historicamente construídas, tal como o patrimônio, a identidade, entre outros permitem uma interpretação da ordem social estabelecida, conforme o momento vivenciado pela sociedade, estando, portanto imersas em ciclos de transformação no tempo-espaço.

Categorias culturais são elementos de estruturas de significados que dão sentido à ordem social produzida pela história, assim como permitem uma

interpretação da história pelos próprios sujeitos/objetos desta. Mas, elas também se transformam com a história: são inerentes, não à sociedade, mas à ordem social que a configura em determinado momento. Transformando-se a ordem social, transformam-se as estruturas de significados que contêm essas categorias de transformação (WOORTMANN, 1990, p. 70).

Por esse viés, identidade, costumes e tradições não são uma “prisão cultural”, mas são inerentes à ordem social, tendo suas estruturas de significados alteradas conforme o momento histórico, vivenciado de forma individual e coletiva. Nesse sentido, propõe-se refletir sobre ações, políticas ou estratégias que são desenvolvidas, de forma a contemplar a diversidade sociocultural de cada contexto e agir como instrumento de redução de desigualdades e valorização dos indivíduos de diferentes grupos étnicos.

Alguns exemplos que se destacam nesse sentido, e podem ser observados nos municípios pesquisados como iniciativas de redução de desigualdades, independente da condição étnica, dizem respeito a projetos habitacionais e políticas da área de assistência social, projetos e pesquisas relacionadas a história regional que consideram as contribuições de diferentes grupos na formação da organização social, projetos com grupos socioculturais como clubes de mães, de idosos, de jovens em condições de vulnerabilidade social, de artesanato, entre outros que permitem o convívio com as diferenças e são desenvolvidos geralmente por organizações da sociedade civil, em parceria com o poder público municipal.

Com base nessas considerações, procurou-se analisar por diferentes caminhos, as formas como o patrimônio cultural se configura como elemento de transformação social e como os grupos étnicos, com seus embates, interações e redefinições são parte de uma construção social ampla e diversa. Neste cenário e nestas relações, os caminhos em direção a formação de redes de solidariedade, propósitos de paz, respeito às diferenças e construção de diálogos interculturais não podem ser definidos por um único olhar, pela própria dinâmica em que estão inseridos e pelo constante movimento da sociedade. Contudo, precisam ser pauta de debate, para avanços na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. De acordo com Paz (1971, p. 308), precisamos avançar para construção de uma nova sociedade:

Uma sociedade criadora seria uma sociedade universal em que as relações entre os homens, longe de ser uma imposição da necessidade exterior, fossem como um tecido vivo. [...] Essa sociedade seria livre porque, dona de si, nada exceto ela mesma poderia determiná-la; e solidária porque a

atividade humana não consistiria, como hoje, na dominação de uns sobre outros (ou na rebelião contra esse domínio), mas buscaria o reconhecimento de cada um por seus iguais ou, melhor, por seus semelhantes.

Dessa forma, propõe-se pensar em como reinventar a sociedade, as relações e os modos de vida. Essa transformação pode ser o palco para fortalecer as trocas simbólicas entre os indivíduos, em uma sociedade que se reconhece como comunidade criadora, de uma ordem social em que as identidades se interconectam e se transformam num movimento entre a conservar e mudar para o enriquecimento humano e a solidariedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar as relações estabelecidas entre caboclos e descendentes de europeus, durante o processo colonizatório empreendido na primeira metade do século XX, na antiga Fazenda Saudades, Oeste Catarinense, região que compreenderia atualmente parte dos municípios de Formosa do Sul, Quilombo, Irati, Santiago do Sul, Campo Erê, São Lourenço do Oeste, Novo Horizonte, São Bernardino, Jupiá, Galvão, Coronel Martins e São Domingos foi, sem dúvida, uma experiência desafiadora que possibilitou traçar diferentes olhares sobre desenvolvimento do espaço regional e das relações sociais.

Ao construir narrativas, o trabalho configurou-se amparado na teoria da história, por uma metodologia que, ao mesmo tempo em que levou ao conhecimento do passado, permitiu questionar o tempo presente. Dessa forma, as escolhas teórico-metodológicas, as características das narrativas encontradas e as inquietações pessoais produziram uma interpretação do passado. Esta interpretação, sempre aberta a ressignificações, poderá ser alvo de novos olhares, no presente e no futuro, por outros sujeitos e suas respectivas visões de mundo.

Em meio as constantes mudanças da contemporaneidade, uma das funções da pesquisa histórica é compreender como se chegaram a determinadas condições, compreendendo o homem e as relações sociais no tempo passado e no presente, para conseqüentemente tensionar as relações do futuro. Assim, com base no gênero narrativo da micro-história, a pesquisa aprofundou o estudo do cotidiano de certos personagens e nuances das relações entre grupos étnicos que evidenciam a variabilidade dos processos históricos de construção da ordem social, propondo novas dimensões para o estudo do tema.

Nesta tarefa, o papel desta pesquisa foi explorar novas histórias na construção do espaço regional do Oeste Catarinense, compreendendo todos os sujeitos que aqui vivem ou por aqui passaram, como agentes históricos ativos, capazes de construir suas trajetórias de vida e ao mesmo tempo contribuir para estabelecer e modificar, tanto estruturas, quanto relações e mesmo a ordem social. Com base nesse ponto de vista, a história oral foi utilizada como viés complementar de análise, de forma a reconstruir histórias e narrativas pelos sujeitos que vivenciaram o processo histórico.

Ao trabalhar com a história oral, um dos conceitos fundamentais para a compreensão dessa perspectiva metodológica foi a memória. A noção de memória está associada a capacidade humana de lembrar ou reconstruir fatos do passado. Para Candau (2018, p. 15) a memória nos dá ilusão de que “[...] o que passou não está definitivamente inacessível, pois é possível fazê-lo reviver graças à lembrança”.

Como elemento vivo e mesmo estando sujeita à vulnerabilidade da dualidade lembrança e esquecimento (NORA, 1993), a memória dos moradores da região da antiga Fazenda Saudades, abordada por meio das entrevistas é considerada de extrema relevância como possibilidade de fonte histórica. Fatos lembrados ou mesmo esquecidos nas narrativas dos sujeitos entrevistados, revelam um contexto social íntimo que se interconecta a um contexto social coletivo, com múltiplas dimensões para compreender o ser humano e suas formas de viver e se adaptar ao longo do tempo.

O estudo das memórias dos habitantes da região revelou como memórias individuais estão interconectadas à memórias coletivas. Ao remeter os sujeitos, às suas memórias do tempo da colonização, as marcas identitárias surgem em uma espécie de teia pré-definida, na qual as marcas identitárias de cada grupo assim como as lembranças dos papéis na hierarquia social já foram determinados pelo conjunto de práticas e valores e pela origem ou pertença étnica. Nesse sentido, Renk (2006a, p. 13) argumenta a “[...] persistência dos traços de distintividade que marcam as fronteiras [...]”, muito mais que a assimilação entre os grupos étnicos, de forma que trabalhos como o da pesquisadora, que enfatizam o elemento caboclo e a importância de suas contribuições na construção da história regional, seriam uma forma de “[...] contribuir para uma contra-história desta minoria” (RENK, 2006a, p. 11).

Ao mapear aspectos referentes a ocupação do território, na região da antiga Fazenda Saudades observou-se que, este espaço que até então não havia sido alvo de estudos mais aprofundados, mantinha uma série de documentos e informações dispersos em acervos, coleções e nas memórias de antigos moradores. Como um quebra-cabeça do qual não se tem ideia da imagem final, buscou-se visitar alguns elementos considerados importantes na configuração desse espaço, compreendendo assim, outros aspectos, similares e novos elementos para análise, na compreensão da formação do Oeste Catarinense. Dessa forma, o objeto de pesquisa foi levado do silêncio das prateleiras para a narrativa histórica.

A constituição da região e a ocupação das terras na Fazenda Saudades, evidenciaram a terra e a floresta como importante potencial de exploração para sobrevivência e mais que isso como mercadoria rentável, passível de exploração. Neste espaço, com a maioria das terras cobertas por mata fechada, indígenas e caboclos que ali se encontravam, não eram o povoamento pretendido, de acordo com os ideais modernistas do século XX. Dessa forma, as terras são consideradas devolutas e, portanto repassadas às companhias colonizadoras, que exploram o potencial ambiental da região e dinamizam o povoamento com os descendentes de europeus, vindos do estado do Rio Grande do Sul.

A partir desse cenário, o processo de colonização destaca como o diálogo entre diferentes grupos étnicos, evidencia o aspecto étnico, como elemento de distinção a partir do contato entre os grupos, ou seja é no momento de fricção étnica que as identidades emergem como fator distintivo e no caso do contexto pesquisado, como fator de exclusão e dominação. As relações de exclusão e dominação perpassam grupos e contexto geográficos, pois de forma similar podem ser observadas no Oeste Catarinense, nas regiões Norte e Nordeste do Brasil ou mesmo em outros países (MARTINS, 1997).

No que se refere as mudanças estruturais que transformam as sociedades modernas no final do século XX, observou-se que diversos fatores sociais, relacionados especialmente com a globalização, promovem a desestruturação do senso de pertencimento a um grupo social. A aproximação de outros costumes e grupos étnicos nem sempre permitiu que valores e tradições fossem compartilhados coletivamente.

Dessa forma, para além da fragmentação os sujeitos passaram por um processo de imposição dos valores de um grupo sobre o outro, surgindo assim uma fronteira de exclusão, conferindo atributos desqualificativos aos que são considerados de fora do grupo que se entende como parte. Observou-se que os descendentes de europeus, por suas práticas em relação a posse da terra, acúmulo de capital e organização da vida social e do trabalho, mantinham comportamento de forma a se distinguir dos caboclos, considerados inferiores socialmente.

No que tange ao senso de pertencimento pelas novas gerações em consideração a seus antepassados, observa-se que cada vez mais o elemento étnico perde força, uma vez que crianças e jovens não mantêm em sua rotina os costumes e práticas de seus pais e avós, como uma marca de identidade étnica, o

que se observa na perda dos saberes ancestrais, presentes nos dialetos, na culinária tradicional, nas festividades e práticas de sociabilidade. Nesse sentido, as fronteiras se dissolvem em relação a etnia, mas se expandem em relação a condição econômica, que permanece separando indivíduos de forma oclusiva nas relações sociais.

Todas essas experiências individuais e coletivas, bem como as representações ao longo do tempo, reproduzem atitudes que ainda estão refletidas nos espaços de convívio social e nos processos de patrimonialização das vivências dos diferentes grupos que habitaram e habitam o Oeste Catarinense. Muitas das iniciativas desenvolvidas de forma a salvaguardar as memórias do povoamento histórico da região, ainda desconsideram indígenas e caboclos.

Por outro lado, iniciativas recentes de municípios como Quilombo e Formosa do Sul empreendem esforços em reavivar as memórias do período de colonização e formação dos municípios, considerando os vários atores sociais deste processo, como é possível identificar nos livros, nos museus e nas ações educativas realizadas.

Com estas considerações, espera-se que a difusão do conhecimento apresentado nesta pesquisa contribua para se pensar na construção do espaço regional como um cenário múltiplo e diverso, que ainda precisa considerar as contribuições de seus habitantes ao longo do tempo para a formação dos municípios e a estrutura que apresentam na atualidade. Ainda precisamos pensar nos indivíduos, com seus hábitos, tradições, histórias e crenças como um patrimônio fundamental para entendermos a região e a estrutura social e assim, empenhar esforços em salvaguardar histórias e memórias do passado, para repensar o presente e realinhar um futuro de relações sociais mais justas, fruto da generosidade dos seres humanos uns para com os outros.

REFERÊNCIAS

ACERVO FAMÍLIA PICCOLI. **Certidão de casamento de Augusto Piccoli e Elza Corso**. Formosa do Sul. Acesso em: 25 nov. 2018.

ACERVO FAMÍLIA PICCOLI. **Planta da Fazenda Saudades, denominada como parte da propriedade Rio Saudades**. Copiada do original em 1955. 1 mapa. Escala 1: 40.000. Formosa do Sul. Acesso em: 25 nov. 2018.

AMADO, Janaina. Região, sertão, nação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p.145-151, 1995.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2008.

ANDREIS, Adriana Maria. A aula: um território produto-produtor de espaço. **XIII Colóquio Internacional de Geocrítica** – El control del espacio e los espacios del control. Universidade de Barcelona, 5-10 de maio de 2014.

ANTONELLI, Diego. O primeiro caminho das tropas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 abr. 2014. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/o-primeiro-caminho-das-tropas-8crdny1ct68tssmxqfi38ctam>. Acesso em: 05 abr. 2018.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Mapa dos doze municípios entre o curso dos rios Três Voltas e Saudades**. Chapecó: AMOSC/AMNOROESTE, 2018. 1 mapa. Escala 1: 8.000. Formato JPEG. Acesso em: 13 abr. 2018.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Phillipe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**: seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2011, p. 187-227.

BARTH, Fredrik. Towards greater naturalism in conceptualizing society. In: KUPER, Adam (org.) **Conceptualizing society**. Londres: Routledge, 1992, p. 17-33.

BELL, Stephen. Abrindo trilhas rumo à história ambiental brasileira: uma viagem pela geografia histórica. In: FRANCO, José Luis de Andrade (org.) **História ambiental**: territórios, fronteiras e biodiversidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2016. p. 69-88.

BEN, Fernanda; ARGENTA, Denise; RAFAEL, Maurício. **Cartilha de Apoio Didático do Museu Formosa do Sul**. Formosa do Sul, 2016.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **Carta do Estado de Santa Catarina [1917]**. São Paulo: ITA, Unicamp. Disponível em: <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html>. 1 mapa. Escala 1: 400.000. Formato JPEG. Acesso em: 14 mar. 2018.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **Carta dos Campos de Guarapuava e Palmas [1881]**. São Paulo: ITA, Unicamp. Disponível em:

<http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html>. 1 mapa. Formato JPEG. Acesso em: 14 mar. 2018.

BLOEMER, Neusa Maria Sens. **Brava gente brasileira: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 107-132, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Memória do sagrado: estudos de religião e rito**. São Paulo: Paulinas, 1985.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508200/CF88_EC85.pdf. Acesso em: 09 jun. 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Brasília: FGV, 2006. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006>. Acesso em: 29 ago. 2018.

BURKE, Peter. **A revolução francesa da historiografia: A escola dos annales (1929-1989)**. São Paulo: UNESP, 1992.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2018.

CARVALHO, Miguel. **O desmatamento das florestas de araucária e o Médio Vale do Iguaçu: uma história de riqueza madeireira e colonizações**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CARVALHO, Miguel; NODARI, Eunice. As origens da indústria madeireira e do desmatamento da floresta de araucária no Médio Vale do Iguaçu (1884-1920). **Cadernos do CEOM (Bens culturais e ambientais)**, Chapecó, n. 29, p. 63-82, 2008.

CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 76-138.

CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE CATARINENSE (CEOM). **Inventário da cultura imaterial cabocla no oeste de Santa Catarina**. Chapecó: Argos, 2008.

CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE CATARINENSE. **[Entrevista]**. Entrevista de Pedro Alves Kilian concedida a Arlene Renk e Caroline Tedesco para o projeto Inventário da cultura imaterial dos luso brasileiros no Oeste de Santa Catarina. Faxinal dos Rosas: Chapecó, 2006. Acesso em 28 nov. 2018.

CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE CATARINENSE. **Caixa 03 – Pasta 0913**. Acervo da Colonizadora Bertaso. Chapecó. Acesso em: 09 mar. 2018.

CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE CATARINENSE. **Caixa 07 – Pasta 08**. Acervo da Colonizadora Bertaso. Chapecó. Acesso em: 09 mar. 2018.

CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE CATARINENSE. Chapecó.
Correspondências. Acervo da Colonizadora Bertaso. Acesso em: 09 mar. 2018.

CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE CATARINENSE. **Livro Caixa das Terras escrituradas na Fazenda Saudades – Caixa 01**. Acervo da Colonizadora Bertaso. Chapecó. Acesso em: 09 mar. 2018.

CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE CATARINENSE. **Mapa da Fazenda Saudades pertencente a Empresa Colonizadora e Industrial Saudades Ltda**. Acervo da Colonizadora Bertaso. 1 mapa. Escala 1: 40.000. Chapecó. Acesso em: 09 mar. 2018.

CHITOLINA, Valdirene. A empresa colonizadora Irmãos Lunardi e a Fazenda Rodeio Bonito, Oeste Catarinense (1920-1954). **Revista Grifos**, Chapecó, n. 27, p. 89-112, 2009.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Sobre a CEPAL**. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/cepal-0>. Acesso em: 27 set. 2018.

CRUZ, Rita de Cassia Ariza. “Patrimonialização do patrimônio”: ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 31, p. 95-104, 2012.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do oeste catarinense. **Cadernos do CEOM (20 anos de Memórias e Histórias no Oeste de Santa Catarina)**, Chapecó, n. 23, p. 265-343, 2006.

DAL POZ, João. A etnia como sistema: contato, fricção e identidade no Brasil indígena. **Sociedade e Cultura**, v. 6, n. 2, p. 177-188, 2003.

DE PAULA JÚNIOR, Franklin (org.) **Caderno do encontro formativo do círculo de aprendizagem permanente III (CAP III)**. Campinas: Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata: Itaipu: Ministério do Meio Ambiente, 2009.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

DEL PRIORE, Mary. História do cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 376-429.

DILDA, Claudio; BERQUÓ, Neuza Reschke. História viva – Guerino Somavilla. **Jornal Folha da Serra**. Nova Prata (RS), ed.105, 27 ago. 1988.

DUSSEL, Enrique. **Introducción a la filosofía de la liberación**. 5. ed. Bogotá/Colômbia: Editorial Nueva América, 1995.

ELIAS, Norbert. SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERRARI, Maristela. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina: o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX)**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FOLADOR, João David. **História de Campo Erê**. Prefeitura Municipal: Campo Erê, 1991.

FOLADOR, João David. **História de Galvão**. Prefeitura Municipal: Galvão, 1992.

FOLADOR, João David. **História de São Lourenço do Oeste e do oeste catarinense**. ACISLO; Prefeitura Municipal: São Lourenço do Oeste, 1990.

FREIRE, Paulo. Da leitura do mundo à leitura da palavra. Entrevista/Depoimento. **Revista Semestral da Associação de Leitura do Brasil**. Campinas, SP: ALB; Porto Alegre: Mercado Aberto, v. 1, p. 3-9, 1982.

GALETTI, Mauro *et al.* Defaunation and biomass collapse of mammals in the largest Atlantic forest remnant. **Animal Conservation**. São Paulo: UNESP, p. 270-281, 2017.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-1970)**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 7-39, 1997.

HEINSFELD, Adelar. **A questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da colonização alemã no baixo vale do Rio do Peixe**. Joaçaba: Unoesc, 1996.

HELLER, Ágnes. **Sociologia de la vida cotidiana**. Barcelona: Península, 1977.

IBAMA. **O javali asselvajado: norma e medidas de controle**. Brasília: Ibama, 2017. Disponível em: http://www.ibama.gov.br/phocadownload/biodiversidade/javali/ibama-cartilha-javali_asselvajado.pdf. Acesso em: 02 ago. 2018.

IBGE. **Distribuição espacial da Messorregião Oeste no Estado de Santa Catarina.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 21 fev. 2018.

IBGE. **Qual o sistema geodésico de referência em uso hoje no Brasil?** Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geodesia/pmrg/faq.shtm>. Acesso em: 01 mar. 2018.

IBGE. **Recenseamento do Brasil:** realizado em 1º de setembro de 1920. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1929. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv31687.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Subsídios para a elaboração de Plano Museológico.** Brasília: Ibram/MinC, 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Santa Catarina). **Roteiros Nacionais de Imigração:** Santa Catarina - v. 2 - O Patrimônio do Imigrante. Florianópolis: IPHAN, 2011.

JUNIOR, Djalma Ribeiro; SOUZA, Rosangela Pereira de. O fundamento do mundo e o sentido do ser: um estudo sobre a Introducción a la Filosofía de la Liberación de Enrique Dussel. In: TEIXEIRA, Iraí Maria Campos, *et al.* **Texto de Estudos – Cosmovisão.** São Carlos: UFSCar, 2014, p. 30-37.

KAISER, Jakzam. **Guerra do contestado:** a revolta dos caboclos no sertão catarinense. 2. ed. Florianópolis: Letras Brasileiras, 2014.

KLEIN, Roberto M. Mapa fitogeográfico do estado de Santa Catarina. In: REITZ, P. Raulino (org.). **Flora ilustrada catarinense.** V Parte – Mapa fitogeográfico. Itajaí: Herbário Barbosa Rodrigues, 1978.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter. **A Escrita da História:** novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992, p. 133-161.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia 322.** Brasília: UnB, p. 2-30, 2002.

LOURDEAU, Antoine *et al.* Pré história na foz do rio Chapecó. **Cadernos do CEOM (Estudos arqueológicos regionais),** Chapecó, v. 29, n. 45, p. 220-242, 2016.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do contestado:** a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo, SP: HUCITEC, 1997.

MASSEY, Doreen. Espaço, tiempo y responsabilidad política en una era de desigualdad global. In: ALBET, Abel; BENACH Núria. **Doreen Massey: Um sentido global de lugar** (Colección Espacios Críticos: 2) Icaria editorial: Barcelona, 2012, p. 197-214.

MENESES, Ulpiano Bezerra T. A história cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Universidade de São Paulo, p. 9-24, 1992.

MICHELON, Francisca Ferreira, MACHADO JR, Claudio de Sá, GONZÁLEZ, Ana María Sosa. **Políticas públicas do patrimônio cultural: ensaios, trajetórias e contextos**. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2012.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Como fazer um plano de cultura**. São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: MinC, 2013.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

MUSEU FORMOSA DO SUL. **[Entrevista]**. Entrevista de Gloria Dvirge Cella, concedida a André Luiz Onghero para o projeto Patrimônio-Escola-Comunidade. Formosa do Sul, 23 nov. 2010. Acesso em: 18 set. 2017.

MUSEU FORMOSA DO SUL. **[Entrevista]**. Entrevista de Lourdes Assunta Pissaia, concedida a Daiane Frigo para o projeto Registrando memórias: a tradicional festa de São Cristóvão em Formosa do Sul. Formosa do Sul, 2016. Acesso em: 18 set. 2017.

MUSEU FORMOSA DO SUL. **[Entrevista]**. Entrevista de Sebastião Ribeiro da Saldanha, concedida a André Luiz Onghero para o projeto Patrimônio-Escola-Comunidade. Formosa do Sul, 2010. Acesso em: 18 set. 2017.

MUSEU FORMOSA DO SUL. **Grupo exibindo cabeça de veado obtida durante caçada, década de 1960/1970**. 1 fotografia. Formato JPEG. Acesso em: 18 set. 2017.

MUSEU FORMOSA DO SUL. **Homens sobre ponte improvisada, com paisagem ao fundo devastada pela derrubada da madeira, década de 1960/1970**. 1 fotografia. Formato JPEG. Acesso em: 18 set. 2017.

MUSEU FORMOSA DO SUL. **Título de compra e venda de terras**. Transmissor: Luiz Cella. Adquirente: Giocondo José Cella. Acesso em: 18 set. 2017.

MYSKIW, Antonio M. Uma breve história da formação da fronteira no Sul do Brasil. In: RADIN, José C.; VALENTINI, Delmir J.; ZARTH, Paulo A. (org.) **História da fronteira sul**. Porto Alegre: Letra & Vida, Chapecó: UFFS, 2015, p. 43-72.

NIXON, Rob. **Slow violence and the environmentalism of the poor**. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

NODARI, Eunice. **Etnicidades renegociadas**: práticas socioculturais no oeste de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2009.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Índio e o mundo dos brancos (a situação dos Tukúna do Alto Solimões)**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.

ONGHERO, André Luiz. **Retratos e memórias da história de Formosa do Sul**. 2 ed. Chapecó: GEOM/UNOCHAPECÓ, 2012.

PAZ, Octavio. **Los signos en rotación y otros ensayos**. Madri: Alianza Editorial, 1971.

PIAZZA, Walter. **A colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: LUNARDELLI, 1994.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. **Cadernos do CEOM (20 anos de Memórias e Histórias no Oeste de Santa Catarina)**, Chapecó, n. 23, p. 149-187, 2006.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões na ética sobre história oral. **Projeto História**, v. 15, p. 13-33, 1997.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2011.

RADIN, José Carlos. **Representações da colonização**. Chapecó: Argos, 2009.

RADIN, José Carlos. Um olhar sobre a colonização da fronteira Sul. In: RADIN, José C.; VALENTINI, Delmir J.; ZARTH, Paulo A. (org.) **História da fronteira sul**. Porto Alegre: Letra & Vida, Chapecó: UFFS, 2015, p. 146-166.

RÁDIO DOZE DE MAIO. Entrevista de Ariovaldo José Filipini, concedida a José Carlos Krumenaur, no Programa Destaque, da Rádio Doze de Maio. São Lourenço do Oeste, 16 nov. 1995. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1Vl2dGlpAQE>. Acesso em: 29 jul. 2018.

RÁDIO DOZE DE MAIO. Entrevista de Cairú Hack, concedida a José Carlos Krumenaur, no Programa Destaque, da Rádio Doze de Maio. São Lourenço do Oeste, 1995/1996. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fTOplFmqHTc>. Acesso em: 29 jul. 2018.

RÁDIO DOZE DE MAIO. Entrevista de José Janczeski, concedida a José Carlos Krumenaur, no Programa Destaque, da Rádio Doze de Maio. São Lourenço do Oeste, 1995/1996. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4MFr6MGYzVg>. Acesso em: 29 jul. 2018.

RAFAEL, Maurício. Gestão de políticas públicas: uma análise sobre o programa de capacitação museológica do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, n. 05, São Paulo: SESC, 2017.

REBELATTO, Martha; FREITAS, Frederico. Desafios e possibilidades ao uso de Sistemas de Informação Geográfica na história. **5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, de 11 a 13 de maio de 2012. Porto Alegre: UFRGS.

RENK, Arlene. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. **Cadernos do CEOM (20 anos de Memórias e Histórias no Oeste de Santa Catarina)**, Chapecó, n.23, p. 37-71, 2006b.

RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. 2 ed. Chapecó: Argos, 2006a.

RENK, Arlene. **Migrações**: de ontem e de hoje. Chapecó: Grifos, 1999.

RENK, Arlene. Uns trabalham e outros lutam. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 239-258, 2000.

RENK, Arlene; WINCKLER, Silvana. Para uma biografia da pequena propriedade rural no oeste catarinense. **Revista História: Debates e Tendências**, v. 17, n. 2, p. 307-319, 2017.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização (a integração das populações indígenas no Brasil moderno)**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

SALINI, Ademir. **Colonização e meio ambiente**: a transformação da paisagem do oeste catarinense (1930 a 1970). 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018.

SANTA CATARINA (Estado). **Reforma administrativa**: transparência, integridade, eficiência, qualidade, agilidade, simplicidade e inovação. Florianópolis: Governo do Estado, 2019. Disponível em: <https://reformasc.wordpress.com/>. Acesso em: 26 mar. 2019.

SANTOS, Eucléia Gonçalves dos. **Em cima da mula, debaixo de Deus, na frente do inferno**: os missionários franciscanos no sudoeste do Paraná (1903-1936). 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

SANTOS, Robson dos. *et al.* **Biodiversidade em Santa Catarina**: Parque Estadual da Serra Furada. Criciúma: Ediunesc, 2016.

SCHMITZ, Pedro Ignacio. A ocupação indígena do oeste catarinense. In: CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro Ignacio (org.) **Antes do Oeste Catarinense**: arqueologia dos povos indígenas. Chapecó: Argos, p. 73-136, 2011.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SILVA, Rosângela Cavallazzi da. **Terras públicas e particulares**: o impacto do capital estrangeiro sobre a institucionalização da propriedade privada: um estudo da “*Brazil Railway Company*” no Meio Oeste catarinense. 1983. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1983.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Mapa da Bacia Hidrográfica do Rio Chapecó**. Chapecó: Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável, 2015. Disponível em: <http://www.aguas.sc.gov.br/base-documental-rio-chapeco-irani/mapas-rio-chapeco-irani>. Acesso em: 10 fev. 2018.

SUINOCULTURA INDUSTRIAL. **Primeira indústria da Aurora de Chapecó comemora nesta sexta-feira 40 anos de atividades**. São Paulo, 18 out. 2013. Disponível em: <https://www.suinoculturaindustrial.com.br/imprensa/1a-industria-da-aurora-de-chapeco-comemora-nesta-sexta-feira-40-anos-de/20131018-082130-q726>. Acesso em: 10 fev. 2018.

TORELLY, Luiz. Notas sobre a evolução do conceito de patrimônio cultural. **Fórum Patrimônio**. Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 1-18, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Comitê de Ética em Pesquisa**. Chapecó: UFFS, 2011. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/bd/pro-reitoria-de-pesquisa-e-pos-graduacao/equipes-de-trabalho/comite-de-etica-em-pesquisa/cep>. Acesso em: 20 out. 2017.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.) **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 189-241.

VALENTINI, Delmir José. **Da cidade santa à corte celeste**: memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado. 2. ed. Caçador: Universidade do Contestado - UnC, 2000.

VALENTINI, Delmir José. **Memórias da Lumber e da Guerra do Contestado**. Porto Alegre: Letra&Vida: Chapecó: Ed. UFFS, 2015.

VICENZI, Renilda. Colonizadora Bertaso e a (des) ocupação no Oeste Catarinense. **Cadernos do CEOM**, Ano 19, n. 25, p. 301-318, 2006.

VICENZI, Renilda. **Mito e história na colonização do oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2008.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1984.

WAIBEL, Leo. Princípios da colonização europeia no sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 159-222, 1949.

WOLLF, Juçara Nair; SCHUH, Marcos Batista. **Memória e experiência: a construção da história no município de Quilombo**. Chapecó: Grifos, 2000.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, n. 87, p. 11-73, 1990.

ZARRILLI, Adrian. Bacia Platina: rios, planícies e sociedades no Cone Sul. In: LEAL, Claudia, PÁDUA, José Augusto e SOLURI, John. **Novas histórias ambientais da América Latina e do Caribe**. Munique: Rachel Carson Center, p. 41-48, 2013.

FONTES ORAIS – ENTREVISTAS

C., Líbera M. C. Entrevista concedida a Daiane Frigo. Formosa do Sul, 18 mai. 2018.

C., José L. Entrevista concedida a Daiane Frigo. Formosa do Sul, 18 mai. 2018.

C., Dulce I. Entrevista concedida a Daiane Frigo. Santiago do Sul, 24 jul. 2018.

C., Ademírio J. Entrevista concedida a Daiane Frigo. Formosa do Sul, 16 mai. 2018.

D., Carlos. Entrevista concedida a Daiane Frigo. Formosa do Sul, 03 ago. 2018.

D. R., Vitorio P. Entrevista concedida a Daiane Frigo. Formosa do Sul, 18 mai. 2018.

F., Rennã. Entrevista concedida a Daiane Frigo. Santiago do Sul, 07 jun. 2018.

L., Catarina. Entrevista concedida a Daiane Frigo. Formosa do Sul, 16 mai. 2018.

O., Assis A. Entrevista concedida a Daiane Frigo. Formosa do Sul, 16 mai. 2018.

O., Maria A. Entrevista concedida a Daiane Frigo. Formosa do Sul, 16 mai. 2018.

P., Sebastião. Entrevista concedida a Daiane Frigo. São Lourenço do Oeste, 13 jul. 2018.

P., Valdevino. Entrevista concedida a Daiane Frigo. Santiago do Sul, 18 jul. 2018.

P., Maria F. Entrevista concedida a Daiane Frigo. Formosa do Sul, 16 mai. 2018.

R., Luís. Entrevista concedida a Daiane Frigo. São Lourenço do Oeste, 11 jun. 2018.

R., Rosalina. Entrevista concedida a Daiane Frigo. São Lourenço do Oeste, 11 jun. 2018.

S., Arno. Entrevista concedida a Daiane Frigo. Quilombo, 18 jul. 2018.

S., Juliano. Entrevista concedida a Daiane Frigo. Santiago do Sul, 18 jul. 2018.

S., Luís. Entrevista concedida a Daiane Frigo. Santiago do Sul, 27 jul. 2018.

S., Genuíno. Entrevista concedida a Daiane Frigo. Santiago do Sul, 27 jul. 2018.

S., Rosemeri. Entrevista concedida a Daiane Frigo. Formosa do Sul, 17 mai. 2018.

V., Dirlei. Entrevista concedida a Daiane Frigo. Quilombo, 15 jun. 2018.